

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
DOUTORADO EM ESTUDOS DE LITERATURA**

MÁRCIA RODRIGUES GONÇALVES

O RIO DE JANEIRO DE COELHO NETO: do Império à República

**Porto Alegre
2016**

MÁRCIA RODRIGUES GONÇALVES

O RIO DE JANEIRO DE COELHO NETO: do Império à República

Tese de Doutorado em LITERATURA PORTUGUESA E LUSO-AFRICANA, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^ª. Dr. Regina Zilberman

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Gonçalves, Márcia Rodrigues
O Rio de Janeiro de Coelho Neto: do Império à
República / Márcia Rodrigues Gonçalves. -- 2016.
146 f.

Orientador: Regina Zilberman.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-
Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Coelho Neto. 2. Rio de Janeiro. 3. Abolição. 4.
República. 5. Revolta da Armada. I. Zilberman,
Regina, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

MÁRCIA RODRIGUES GONÇALVES

Tese de Doutorado em LITERATURA PORTUGUESA E LUSO-AFRICANA, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^ª. Dr. Regina Zilberman

Aprovada em 07 de novembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr. Débora Teresinha Mütter da Silva (ULBRA)

Prof. Dr. Pedro Brum Santos (UFSM)

Prof. Dr. Antônio Marcos Vieira Sanseverino (UFRGS)

Prof^ª. Dr. Regina Zilberman (UFRGS) – Orientadora

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meus pais, Jurandyr e Maria Louri, exemplos de luta e de superação, os quais sempre me cobraram para que eu fosse “alguém na vida” e, para esse feito, muito contribuíram. Hoje posso dizer que consegui concretizar esse sonho.

Para meu filho, Roberto, que este trabalho ilustre que nunca é tarde demais, nada se realiza sem persistência e que tudo é possível àquele que acredita em si mesmo.

Para Augusto, meu marido, meu companheiro de todas as horas, cujo amor e carinho incondicional têm alimentado minha alma e meus dias. Muito obrigada pela cumplicidade e pela paciência comigo nos meus momentos de desalento.

À Prof^a PhD Mara Cristina de Matos Rodrigues, minha prima-irmã, representando nossa alfabetizadora, Professora Maria Conceição de Matos Rodrigues (*in memoriam*), que nos aceitou como alunas ouvintes em sua sala de aula, entendendo nossa ânsia de aprender a ler quando tínhamos apenas cinco anos de idade. Onde quer que se encontre, que possa orgulhar-se desse momento e de nós duas.

Ao meu eterno aluno, Lucas Neves Costa, hoje colega das Letras, por me provar que lecionar, com e por amor, vale a pena.

Às minhas colegas de curso, Gisélle Razera, Quênia Regina, Christini Roman e Laurene Veras pelo carinho, pela cumplicidade e pelas ajudas paralelas.

A todos os amigos e às amigas, não nominados, que, de uma forma ou de outra, ajudaram-me a prosseguir neste caminho, entendendo minha ausência. Igualmente, aos meus desafetos, por me fazerem descobrir quão forte sou.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por poder fazer parte do qualificado Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Letras, cujo quadro de professores envaidece nosso Estado.

À minha orientadora, Prof^a PhD Regina Zilberman, pelo privilégio de poder ter sido sua aluna e hoje orientanda. Minha eterna gratidão pela paciência diante dos muitos contratempos pelos quais passei durante esta trajetória, pelos ensinamentos, pela postura irretocável e pela condução segura deste trabalho. Muito obrigada pela oportunidade e por permitir que seu nome fique perpetuado em minhas trajetórias acadêmica e profissional.

Ao Prof. Dr. Antônio Marcos Vieira Sanseverino, pelo acompanhamento deste trabalho desde a defesa do projeto inicial. Muito obrigada pelas observações pontuais que me ajudaram a nortear este texto.

A José Canísio Scher, secretário do Programa de Pós-Graduação e Letras, pela paciência, pela atenção, pelo carinho e por muitas vezes efetuar minha matrícula após eu perder o prazo oficial para realizá-la.

À Faculdade de Educação, que me recebeu do Campus Litoral Norte, na figura da diretora, Prof^a Dr^a Simone Valdete dos Santos, e de sua vice, Prof^a Dr^a Helena Dória Lucas de Oliveira, que contribuem, de todas as formas, para minha estada na FACED ser a mais agradável possível.

Aos membros da Comissão de Pesquisa da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, COMPESQ-EDU, representados por minha coordenadora, Prof^a Dr^a Luciane Magalhães Corte Real, pela amizade, companheirismo, pelo carinho, pelas ajudas e pelas muitas lições recebidas acerca da pesquisa científica e do trabalho em equipe.

À Prof^a Me. Karin Sachs, minha ex-aluna, colega de revisão e de muitas agruras, pela tradução cuidadosa do Resumo deste trabalho.

Há vitórias que exaltam, outras que corrompem; derrotas que matam, outras que despertam.

Antoine de Saint-Exupéry

RESUMO

Coelho Neto escreveu muito: produções para crianças (com o cunho educativo e cívico), peças teatrais, poesia, crônicas, contos e romances. Foi o escritor mais lido e aclamado no final do século XIX e início do XX não só no Brasil, mas também em Portugal. Escolhido o *Príncipe dos Prosadores Brasileiros* e indicado ao prêmio Nobel de Literatura, representando Brasil e Portugal, recebeu todas as lãureas que alguém poderia conceber. Foi agente por ocasião dos principais momentos da História brasileira: a abolição e a República. Mesmo com esse currículo glamoroso, seu nome não consta nos livros didáticos da atualidade; sua fortuna crítica foi sendo retomada lentamente no final do século XX e ainda provoca divergência nos dias que seguem. A dualidade de opiniões deve-se à abundância de produções porque muitas delas, escritas por encomenda para poder sustentar a família numerosa, carecem de qualidade. Coelho Neto transitou entre várias escolas literárias sem, no entanto, filiar-se a nenhuma, preso em seu próprio estilo – outra dificuldade de aceitação pelos historiadores da Literatura Brasileira. Quando se dedicou a observar a realidade local, preocupado em registrar o momento social e político em que vivia, no entanto, propiciou uma “crônica romanceada”, escritos nos quais a figura do escritor está refletida direta ou indiretamente. Este estudo pretende analisar três obras desse autor, quais sejam: *A conquista* (1899), *A capital federal* (1893) e *O morto* (1898), seguindo a cronologia histórica a que se remetem e não a data de publicação, as quais, por terem como pano de fundo acontecimentos seminais da História brasileira, como a abolição, a República e a Revolta da Armada, em conjunto, tecem um panorama sociológico e histórico da cidade do Rio de Janeiro, durante esse período.

Palavras-chave: Coelho Neto. Rio de Janeiro. Abolição. República. Revolta da Armada.

ABSTRACT

Coelho Neto wrote a lot: he wrote for children (educational and civic texts), plays, poetry, essays, short stories and novels. He was the most widely read and acclaimed writer in the late nineteenth century and early twentieth century not only in Brazil but also in Portugal. He was named as “Prince of Brazilian Prose Writers” and was nominated for the Nobel Prize of Literature, representing Brazil and Portugal, having received all the honors that anyone could conceive. He was also active on the occasion of the key moments of the Brazilian history: the abolition of slaves and the Republic. Even with this glamorous resume, his name does not appear in the textbooks of today; his critical fortune was slowly taken up at the end of the twentieth century and still causes divergence. The duality of opinions is due to the abundance of productions since many of them, written by order as a mean to support the family, lack quality. Coelho Neto moved between various literary schools without, however, getting affiliated to any, trapped in his own style – another difficulty of acceptance by historians of Brazilian literature. When he dedicated himself to observe the local reality, concerned to register the social and political moment in which he lived, however, he provided a “romanticized chronic”, texts in which the writer's figure is directly or indirectly reflected. This study aims to analyze three works of this author, namely: *Conquest* (1899), *The Federal Capital* (1893) and *The Dead* (1898), following the historical chronology to which they refer and not the date of their publication. The three of them have as background main events of Brazilian history, such as the abolition, the Republic and the Revolt of the Armada (a Navy uprising); together they weave a sociological and historical overview of the city of Rio de Janeiro during this period.

Keywords: Coelho Neto. Rio de Janeiro. Abolition. Republic. Revolt of the Armada.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 AFINAL, QUEM FOI COELHO NETO?	16
1.1 Um pouco de biografia	17
1.2 Por que estudar Coelho Neto?	23
1.3 As Recordações eivadas de críticas	29
1.4 De acusado a fruto das circunstâncias	33
1.5 A fênix	37
2 RIO DE JANEIRO, O PALCO DAS MUDANÇAS: OS INTELECTUAIS NAS RUAS DA CAPITAL FEDERAL	43
2.1 A mudança de sede	44
2.2 Rio de Janeiro: sociedade e cultura	47
2.2.1 Cenário das produções literárias	49
2.3 Palco catalisador de mudanças	54
2.4 A conquista (1899)	55
2.4.1 Aos da caravana, uma homenagem extemporânea	58
2.4.2 Fotografia da cidade	64
2.4.3 A formação da confraria	66
2.4.4 A militância e a abolição	74
2.5 E a vida seguiu seu curso	81
3 RIO DE JANEIRO, A CAPITAL FEDERAL	85
3.1 Dedico essa obra a	86
3.2 A viagem	87
3.4 Enfim, a Capital	90

3.5 Mais um passeio	94
3.6 O advogado pedagogo	97
3.7 Teatro nacional, chirinolas e saracoteios.....	100
3.7 Mais problemas nacionais.....	104
3.8 Alguns esclarecimentos	109
4 A REVOLTA DA ARMADA PELA PENA DE COELHO NETO	112
4.1 Um cenário nada animador	112
4.2 Os desmandos do Marechal de Ferro	115
4.3 A insatisfação publicada em jornais	117
4.4 Morto?	121
4.5 Considerações sobre o romance.....	129
CONCLUSÃO	134
REFERÊNCIAS	138

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi idealizado quando se constatou que o autor Henrique Maximiliano Coelho Neto, segundo Alfredo Bosi, em *História Concisa da Literatura Brasileira* (1989), foi o escritor mais lido no período que antecedeu a Semana de Arte Moderna (SAM), em 1922. Nas palavras de Bosi, “reabilitá-lo incondicionalmente tem ares de queixotismo digno de melhor causa; compreendê-lo em sua situação histórica é tarefa que o crítico de hoje deve tentar” (BOSI, 1989, p. 229). Apesar do convite à pesquisa e ao aprofundamento da obra de Coelho Neto, verifica-se a quase total ausência do nome desse autor nos livros de literatura brasileira para os ensinos médio e superior.

Até onde se pôde pesquisar, nos compêndios de literatura, quando Coelho Neto é mencionado, alega-se que a maioria de suas obras não merece ser revisitada devido à sua superficialidade, ao vocabulário preciosista e à verborragia. Muitas produções são criticadas, em especial as denominadas imaginativas, como *Esfinge*, de 1908, uma narrativa fantástica, cheia de misticismo e tragédia, que trata do desespero de um homem em embate com seu ser, pois tinha uma cabeça feminina sobre um corpo masculino, literalmente. Lúcia Miguel Pereira critica a produção de cunho mais fantasista ou sobrenatural, afirmando que Coelho Neto “[...] resvalou pelo romance de aventuras no *Rajá de Pendjab*, atolou-se, levado pela sedução de um orientalismo de bazar, nos mistérios do ocultismo, abordados em *Saldunes* e *Esfinge*” (PEREIRA, 1988, p. 266).

Franklin de Oliveira, no entanto, ressalta que, por questão de sobrevivência financeira, em decorrência dos precários rendimentos oriundos da venda de livros, Coelho Neto escrevia freneticamente, fato que explicaria a falta de aprofundamento de determinadas produções. Salienta, ainda, que o autor de *O morto* aspirava, “por meio de um ciclo de romances, reconstituir, artisticamente, a evolução histórica do Brasil. Sonhava com uma espécie de *Comédia Humana Brasileira*, a qual as duras condições de vida do escritor deixaram ficar em estado de projeto” (OLIVEIRA, 1993, p. 71-72).

Diante dos registros acerca da produção literária dos “1900”, identificou-se um hiato nos estudos sobre as obras de muitos autores que brilharam no período entre 1890 e 1910. Alguns escritores, como Machado de Assis e Lima Barreto, demoraram a ser resgatados do esquecimento das prateleiras, enquanto outros, como Coelho Neto, permanecem em

ostracismo, ainda vítimas de acusações preconceituosas, como afirma Franklin Oliveira: “O antioelhonetismo cego induz a um equívoco tão pernicioso quanto o é qualquer movimento que tente destruir a literalidade, a própria essência artística da arte literária” (OLIVEIRA, 1993, p. 73).

Em direção contrária ao antioelhonetismo, a hipótese que norteia este estudo é a de que o autor maranhense Henrique Maximiliano Coelho Neto, em três livros, *A conquista* (1899), *A capital federal* (1893) e *O morto* (1898), expõe um rico panorama sociológico e histórico da cidade do Rio de Janeiro dos anos anteriores à abolição, durante os prenúncios da República, até o período em que ocorreu a Revolta da Armada (1893). Para este trabalho, será considerada a cronologia dos acontecimentos retratados em cada romance, por isso as obras não estão ordenadas por data de publicação. Em virtude das opiniões divergentes quanto à fortuna crítica do autor, empreendeu-se uma investigação que compilasse e organizasse essas informações. Entende-se que a recuperação desses textos, até hoje pouco lidos e analisados, pode ser útil a quem se proponha entender como Coelho Neto descreveu e representou o cotidiano carioca, os acontecimentos históricos que alteraram a forma de articulação da sociedade brasileira, igualmente, a participação de intelectuais, literatos ou não, em momentos tão decisivos ao país, fazendo-se uma interseção entre História e Literatura.

Este trabalho terá natureza bibliográfica, elaborado com base nas leituras das obras elencadas de Coelho Neto e nos escritos de críticos e historiadores da literatura dedicados ao assunto. Circundando o tema, serão analisados o movimento abolicionista, a proclamação da República, a Revolta da Armada e como ficou, após esses episódios, o dia a dia do Rio de Janeiro, bem como a repercussão que essas situações provocaram na produção literária do escritor maranhense. Almeja-se, pois, cotejar os fatos históricos que serviram de pano de fundo a essas narrativas com a forma como o escritor maranhense retratou-os.

Ressalta-se que não será analisado todo o acervo coelhonetiano (outros tantos romances, crônicas, contos, peças de teatro, poemas, narrativas infantis e discursos) por não ser pertinente à tese; porém, nesse cabedal buscar-se-á suporte, sempre que necessário, a fim de balizar as ideias defendidas nesta pesquisa.

O presente estudo inicia com uma pergunta: *Afinal, quem foi Coelho Neto?*, que busca traçar um panorama sucinto de sua vida e de sua obra e o porquê de se resgatar um autor tão criticado e pouco lido nos dias que correm. São introduzidas as possíveis causas de ter sido tão veementemente atacado e trazidas as justificativas para que seja relido e suas obras

revisitadas. Igualmente, avaliar se as críticas desferidas a ele têm cabimento ou são apenas frutos de avaliações parciais, geradas por ideias vigentes quando o Brasil passou por uma revolução literária.

A seguir, apresenta-se brevemente a formação e a transformação do país, de Colônia a Império, de Império à República, mudanças que passaram inevitavelmente pela cidade do Rio de Janeiro, a Capital Federal, matéria do segundo capítulo, denominado de *Rio de Janeiro, o palco das mudanças: os intelectuais nas ruas da Capital Federal*. Essas contextualizações procuram fornecer subsídios para uma análise crítica dos romances a serem examinados na sequência.

Compõe igualmente o capítulo dois, a análise do romance *A conquista* (1899), que expõe a visão intelectual, o trabalho e a remuneração do escritor, a militância política e os mais belos momentos da campanha abolicionista em sua etapa carioca. O autor centraliza-se em Anselmo Ribas, *persona* literária de Coelho Neto. Junto consigo, traz à narrativa os nomes mais significativos de seu grupo de amigos letrados, por meio de codinomes, mas que facilmente podem ser identificados. Dentre tantas agruras por quais passaram para obter visibilidade em suas carreiras, percebe-se, igualmente, a importância da pena da geração boêmia, que influenciou a opinião pública, pelas ruas do Rio de Janeiro, ainda denominado *município neutro*.

O terceiro capítulo, *Rio de Janeiro, a Capital Federal*, analisa *A capital federal* (1893), seu romance de estreia, que contém vários traços autobiográficos, pois, mais uma vez, o protagonista é Anselmo Ribas. Nessa obra é retratada a paisagem urbana da capital no início da República. Contribuem a esse panorama, as ideias de um personagem, Dr. Gomes de Almeida, advogado, livre pensador, que tece suas opiniões acerca das consequências que advieram da mudança de regime no país.

O quarto capítulo, denominado de *A Revolta da Armada pela pena de Coelho Neto*, tem como objeto de estudo *O morto*, romance publicado em 1898. Essa seção tem o propósito de trazer à luz como foi retratada a Revolta da Armada e a perseguição aos intelectuais quando da ditadura florianista, momento em que Marechal Floriano Peixoto implantou o estado de exceção no país. Coelho Neto, como pano de fundo, monta um painel da Capital durante os meses que durou esse cerco: o êxodo da população litorânea, o bombardeamento da cidade, o sentimento de insegurança e as conspirações que tomaram conta da vida dos cidadãos. O personagem principal, Josefino Soares, pode ter sido inspirado em Olavo Bilac,

que – da mesma forma que o protagonista do romance – vivenciou momentos de perseguição policial com o consequente afastamento de suas atividades por ter sido acusado de conspirar contra o governo do presidente Floriano Peixoto.

Não se pretende, com o resgate desse Autor, um retrocesso e uma apologia ao academicismo, ao modelo europeu de escrever, à *belle époque* literária, características do período em que Coelho Neto brilhou; porém, perceber, por intermédio da ficção, como o Autor mostrou aos seus leitores, os da ocasião e os atuais, a “acomodação” da cidade após os episódios da abolição da escravatura, da proclamação da República e da Revolta da Armada, o que, de fato, alterou-se no dia a dia dos habitantes locais e, por extensão, do brasileiro.

Se Coelho Neto foi, inclusive, citado para concorrer ao Prêmio Nobel de Literatura, representando o Brasil e Portugal simultaneamente, seus livros tinham relevância e conteúdo, pois cativaram o gosto do público do início do século XX. Suas obras eram lidas não só no Rio de Janeiro – capital das letras – mas também nos demais Estados brasileiros, tendo o autor recebido honrarias de Borges de Medeiros quando de sua vinda ao Rio Grande do Sul, em 1907 (BROCA, 2004, p. 199). Amigo de Machado de Assis, participou, igualmente, da fundação da Academia Brasileira de Letras, mas teve o caso súbito, como cita Franklin de Oliveira: “O escritor que inspirava admirações incondicionais, ou admirações só discretamente pontilhadas de restrições, de repente viu-se não apenas questionado, mas violentamente negado” (1993, p. 59).

Faz-se necessário esclarecer que esta tese não tem a pretensão de esgotar o debate acerca da fortuna crítica de Coelho Neto, tampouco as obras revisitadas, visto que há muito a ser estudado e publicado sobre seus escritos. Ao longo deste trabalho, existe um norte que persegue o objetivo principal deste estudo: a partir de três romances, constatar como a cidade do Rio de Janeiro foi retratada por Coelho Neto.

1 AFINAL, QUEM FOI COELHO NETO?

O Romantismo popularizou a literatura nacional por meio dos romances de Joaquim Manuel de Macedo e de José de Alencar. Com as publicações, em 1881, de *O mulato*, de Aluísio Azevedo, e de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, a produção literária mudou seu rumo e, conseqüentemente, tomou vulto, com o significativo aumento do público-leitor dos romances, consagrando vários outros nomes de autores brasileiros. Muitos autores, desde então, são lidos e valorizados, sendo objeto de estudo de trabalhos acadêmicos ou partícipes das listas de leituras obrigatórias a concursos vestibulares. Um escritor, entretanto, não consta no rol dos mais significativos: Coelho Neto, embora tenha sido, nos últimos anos do século XIX e no início do XX, o escritor mais lido e aclamado no Brasil.

Coelho Neto recebeu, em 1928, sua maior consagração, ao ser nomeado o *Príncipe dos Prosadores Brasileiros*, em votação aberta ao público pela revista *O Malho*. Tendo escolhido a literatura como profissão e dela obtido seu sustento e o de sua numerosa família, muito produzia para sobreviver. Sua inconstância literária – permeada por diversas escolas, como o Realismo, o Naturalismo, o Parnasianismo e, até, o Simbolismo – resultou em críticas desferidas por muitos críticos literários da época e também por Lima Barreto, seu maior desafeto, em especial em *Recordações de Isaías Caminha* (1917).

Posteriormente, os partidários da Semana de Arte Moderna elegeram-no o paradigma da literatura artificial e prolixa – modelo contra o qual se rebelaram. Conforme Brito Broca, “os modernistas negaram também Castro Alves, Álvares de Azevedo, Alencar, todos os românticos e os naturalistas também” (1958, p. 5), que foram, contudo, resgatados pelos estudiosos. Astrogildo Pereira, em *Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos*, informa que também Machado de Assis, apesar de todo o mérito que sempre mereceu e o respeito com que era tratado enquanto vivo, após o advento da Semana de Arte Moderna, ficou relegado a segundo plano nas letras nacionais (PEREIRA, 1991, p. 217). Somente em 1935 e 1936, com as publicações de Augusto Meyer e de Lúcia Miguel Pereira, respectivamente, reavivou-se a fortuna crítica desse grande expoente (1991, p. 217). Doravante os anos 1930, a vasta produção literária de Coelho Neto caiu no esquecimento do mercado editorial e, conseqüentemente, dos compêndios de literatura.

1.1 Um pouco de biografia

Henrique Maximiano Coelho Neto nasceu em Caxias, Maranhão, em 21/02/1864, e faleceu no Rio de Janeiro, em 28/11/1934; mameluco, era filho de uma índia aculturada e de um negociante português. Tinha seis anos quando seus pais mudaram-se para a cidade do Rio de Janeiro. Em 1883, após tentar estudar Medicina em São Paulo, onde morava com Raul Pompeia, transferiu-se para Recife a fim de cursar a faculdade de Direito, sendo aluno de Tobias Barreto, cujas ideias foram o mote para a formação da Escola de Recife, conhecida como a Geração de 1870.

Retornou a São Paulo e dedicou-se ardentemente às campanhas abolicionista e republicana. Em 1885, desistiu do bacharelado e voltou ao Rio de Janeiro. Integrou um grupo de boêmios, figuras notórias das nossas letras, dentre os quais se incluem Olavo Bilac, Luís Murat, Guimarães Passos, Pardal Mallet, Paula Ney, os irmãos Aluísio e Artur Azevedo. Do mesmo grupo participava José do Patrocínio – por intermédio de quem iniciou sua carreira de jornalista na *Gazeta da Tarde* – ao qual o Autor uniu-se em defesa da abolição dos escravos. Conforme Herman Lima, Coelho Neto fora “abolicionista ardoroso, de participação das mais vivas na campanha libertadora do escravo, quando da sua juventude. O romancista pretendeu [...] singularizar no protagonista de *Rei negro*, Macambira, as grandes qualidades negadas ao elemento servil pelos seus algozes do passado”, sendo a obra mais divulgada no estrangeiro, traduzida e editada em francês, alemão, italiano e espanhol (LIMA, 1958, p. LXIV-LXVI).

Coelho Neto estreou na imprensa com um poema de expressão abolicionista *No deserto*, publicado no *Jornal do Commercio*, em 17 de dezembro de 1881, “em meio às colunas do ‘A pedidos’” (PEREIRA, 2000, p. 1). Na ocasião, contava o Autor dezessete anos e, por ser paga essa coluna, renunciava-se a dificuldade de ser um literato de renome. Dois anos depois, divulgou artigos, poemas e contos no quinzenário abolicionista *Onda* (SP), junto com outros jovens acadêmicos abolicionistas, “formando uma identidade combativa com os demais colegas” (PEREIRA, 2000, p. 14). Em 1889, dirigiu com Pardal Mallet e Paula Nei, *O Meio; social, político, literário e artístico*, que durou quatorze números e foi suspenso por disposição do governo republicano provisório, que julgou a gazeta subversiva. No mesmo ano, publicou o livro *O meio*, uma compilação dos textos de sua autoria impressos nesse periódico (COELHO NETO, 2007, p. XLIII).

Em 1890, casou com Maria Gabriela Brandão – dona Gabi – com quem teve quatorze filhos. Foi seu padrinho de casamento o próprio Presidente da República, Deodoro da Fonseca. Compareceram às núpcias outros tantos nomes ilustres como Machado de Assis, Olavo Bilac e Aluísio Azevedo. Desde então, adotou posicionamento menos proativo quanto às questões políticas, tendo em vista a necessidade de sustentar os muitos filhos. Paulo Coelho Neto, filho do Autor, revela que a morte de Dona Gabi, em 01 de dezembro de 1931, aniquilou seu pai completamente, tornando-o indiferente a tudo. Nem mesmo a notícia da escolha de seu nome para candidato ao Prêmio Nobel de Literatura, representando o Brasil, em dezembro de 1932, despertou nele qualquer reação. Já não saía mais do quarto e, pouco antes de falecer, em 1934, quando um médico foi chamado para vê-lo, Coelho Neto perguntou: “Não se iluda, nem tente iludir-me; a medicina ainda não realiza milagres. Você pode curar a saudade?”. Ao morrer, não pesava mais de 40 quilos (NETO, 1958, p. CIII).

Rapsódias (1891), uma coletânea de contos, foi publicada no mesmo ano em que Marechal Floriano Peixoto iniciou seu governo e em que ocorreu a Primeira Revolta da Armada, chefiada por Custódio de Melo. Já casado, o Autor seguiu escrevendo e sobrevivendo com os rendimentos de sua profissão. Seu primeiro romance foi *A capital federal* (1893) – publicado primeiramente em folhetim em *O país* (RJ). Em 1894, publicou *Baladilhas* (novelas), *Bilhetes postais* (crônicas) e *Praga* – que, a partir de 1896, integraria o volume *Sertão* (COELHO NETO, 2007, p. XLVI).

O Autor produzia, muitas vezes, mais de duas publicações por ano. Em 1895, vieram à luz *Fruto proibido* (contos), *Miragem*, (romance) e *O rei fantasma* (romance). Em 1896, publicou *Sertão* (contos). No ano seguinte, em 1897, a Academia Brasileira de Letras (ABL) foi fundada, e Coelho Neto tomou posse da cadeira número dois, cujo patrono é Álvares de Azevedo – poeta que era parente de sua esposa, dona Gabi. Igualmente, foi levado a palco o poema dramático *Pelo amor!* e publicados *Inverno em flor* (romance), *América* (educação cívica) e *Álbum de Caliban* (contos *cum grano salis* de erotismo) (COELHO NETO, 2007, p. XLVI).

O ano de 1898 foi muito produtivo, totalizando dez títulos: *A descoberta da Índia* (texto comemorativo à descoberta da Índia pelos portugueses); *O rajá de Pendjab* (em dois volumes); os contos *Romanceiro* e *Seara de Rute*; as crônicas *Lanterna mágica*; as peças de teatro *Artemis* e *Hóstia*; *A terra fluminense* (em parceria com Olavo Bilac); *O paraíso, excelsa fantasia* e *O morto*, (romance) primeiramente estampados em folhetins na *Gazeta de*

Notícias (COELHO NETO, 2007, p. XLVII). Em 1899, somente o romance *A conquista* foi publicado.

Segundo Octávio de Faria, a fortuna crítica de Coelho Neto é composta por 112 volumes publicados, cinco inéditos, quatro não terminados e nove considerados perdidos (FARIA, 1958, p. 121). Paulo Coelho Neto contabilizou dados ainda mais surpreendentes:

Coelho Neto escreveu 120 volumes, mas se lhes adicionassem todas as crônicas e artigos diversos publicados nos jornais do país e do estrangeiro – aproximadamente 8.000 – aquele número oscilaria entre 280 e 300. Suas improvisações, que orçavam 3.000, segundo cálculos do próprio escritor, dariam matéria para mais 100 volumes contendo cada um 30 trabalhos. Ele deixou apenas 120 obras, quando poderia ter acumulado cerca de quatrocentas (NETO, 1942, p. 143).

Dentro desse universo, o Autor transitou pelos mais variados tipos textuais, quais sejam: romance, lendas ou ações lendárias, contos, teatro, crônicas, narrativas históricas ou bíblicas, reminiscências, obras cívicas. O Quadro 1 organiza a fortuna crítica de Coelho Neto, separando as obras, o gênero literário escolhido, a data de publicação e o total produzido anualmente.

Quadro 1: Publicações de Coelho Neto por tipologia e data de publicação

DATA PUBLICAÇÃO	TIPOLOGIA	TÍTULO	TOTAL ANUAL
1889	CRÔNICAS	O MEIO	01
1891	CONTOS	RAPSÓDIAS	01
1893	ROMANCE	A CAPITAL FEDERAL	01
1894	CONTOS	PRAGA	03
	CONTOS	BALADILHAS	
	CRÔNICAS	BILHETES POSTAIS	
1895	ROMANCE	MIRAGEM	03
	ROMANCE	O REI FANTASMA	
	CONTO	FRUTO PROIBIDO	
1896	CONTOS	SERTÃO	02
	CIVISMO	A COLÔNIA PORTUGUESA NO BRASIL	
1897	ROMANCE	INVERNO EM FLOR	04
	CONTOS	ÁLBUM DE CALIBAN (2 volumes)	
	TEATRO	PELO AMOR (poema dramático)	
	CIVISMO	AMÉRICA	
1898	ROMANCE	O MORTO	10
	ROMANCE	O PARAÍSO	
	ROMANCE	O RAJÁ DE PENDJAB (2 volumes)	
	CONTOS	ROMANCEIRO	
	CONTOS	SEARA DE RUTH	
	CIVISMO	A TERRA FLUMINENSE (em colaboração com Olavo Bilac)	
	CRÔNICAS	LANTERNA MÁGICA	

	NARRATIVAS	A DESCOBERTA DA ÍNDIA (narrativa histórica)	
	TEATRO	ARTEMIS (episódio lírico); HÓSTIA (balada)	
1899	ROMANCE	A CONQUISTA	02
	CRÔNICAS	POR MONTES E VALES	
1900	LENDA	SALDUNES	01
1901	ROMANCE	TORMENTA	02
	CIVISMO	BELAS ARTES	
1904	CONTOS	APÓLOGOS	04
	CONTOS	A BICO DE PENA	
	TEATRO	PASTORAL (evangelho)	
	CIVISMO	CONTOS PÁTRIOS (em colaboração com Olavo Bilac)	
1905	ROMANCE	O ARARA	05
	CONTOS	ÁGUA DE JUVENTA	
	TEATRO	TEATRO INFANTIL (em colaboração com Olavo Bilac)	
	CIVISMO	COMPÊNDIO DE LITERATURA BRASILEIRA; A PALAVRA (conferência)	
1906	ROMANCE	TURBILHÃO	03
	CONTOS	TREVA	
	CIVISMO	A ÁGUA (conferência)	
1907	CONTOS	FABULÁRIO	05
	NARRATIVAS	AS SETE DORES DE NOSSA SENHORA (narrativa bíblica)	
	TEATRO	Vol. II: AS ESTAÇÕES, AO LUAR, IRONIA, A MULHER, FIM DE RAÇA Vol. III: NEVE AO SOL, A MURALHA.	
	CIVISMO	O INSTITUTO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA (conferência)	
1908	ROMANCE	ESFINGE	03
	CONTOS	JARDIM DAS OLIVEIRAS	
	TEATRO	Vol. IV: QUEBRANTO, NUVEM	
1909	CONTOS	VIDA MUNDANA	02
	CIVISMO	CONFERÊNCIAS LITERÁRIAS; PÁTRIA BRASILEIRA (em colaboração com Olavo Bilac)	
1910	CONTOS	CENAS E PERFIS	01
1911	NARRATIVAS	MISTÉRIO DO NATAL (narrativa bíblica)	03
	TEATRO	Vol. I: O RELICÁRIO, OS RAIOS-X, O DIABO NO CORPO	
	CIVISMO	ALMA	
1912	CIVISMO	PALESTRAS DA TARDE	01
1913	CONTOS	BANZO	02
	CONTOS	MELUSINA	
1914	ROMANCE	REI NEGRO	02
	CONTOS	CONTOS ESCOLHIDOS	
1917	CRÔNICAS	VERSAS	03
	CIVISMO	O MAR (conferência); DISCOURS SUR LA BATAILLE DE L'YSER	
1918	TEATRO	Vol. V: O DINHEIRO, BONANÇA, O INTRUSO	01
1919	CRÔNICAS	A POLÍTICA	02
	CIVISMO	FALANDO	
1920	ROMANCE	O MISTÉRIO (em colaboração com Afrânio Peixoto, Medeiros e Albuquerque e Viriato Correia)	03
	CRÔNICAS	ATLÉTICA; FRUTOS DO TEMPO	

1921	CIVISMO	ENCÍCLIAS (conferência); A PORTUGAL (discurso); BREVIÁRIO CÍVICO	03
1922	CONTOS	CONVERSAS	03
	CONTOS	VESPERAL	
	CRÔNICAS	O MEU DIA	
1923	TEATRO	O DESASTRE	03
	CRÔNICAS	FRECHAS	
	CIVISMO	ORAÇÕES;	
1924	ROMANCE	O POLVO	06
	CONTOS	AMOR	
	CIVISMO	PELOS CEGOS; A VIDA ALÉM DA MORTE (conferência); DISCURSO NA LIGA DE DEFESA NACIONAL	
	REMINISCÊNCIAS	MANO	
	TEATRO	Vol. VI: O PATINHO TORTO, A CIGARRA E A FORMIGA, O PEDIDO, A GUERRA, O TANGO, OS SAPATOS DO DEFUNTO; FOGO DA VISTA	
	CRÔNICAS	ÀS QUINTAS	
1926	LENDAS	IMORTALIDADE	02
	CRÔNICAS	FEIRA LIVRE	
1927	CONTOS	O SAPATO DE NATAL	03
	CONTOS	CONTOS DA VIDA E DA MORTE	
	REMINISCÊNCIAS	CANTEIRO DE SAUDADES	
1928	CONTOS	VELHOS E NOVOS	05
	CONTOS	A CIDADE MARAVILHOSA	
	CONTOS	VENCIDOS	
	CRÔNICAS	BAZAR	
	CIVISMO	LIVRO DE PRATA	
1929	ROMANCE	FOGO FÁTUO	02
	CONTOS	A ÁRVORE DA VIDA	
1931	CIVISMO	DISCURSO NO LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS	01
1933	CIVISMO	DICIONÁRIO LELLO UNIVERSAL (em colaboração com João Grave)	01
	TEATRO	TEATRINHO (inédito)	01
	CRÔNICAS	CINEMA (inédito)	01
	CIVISMO	LITERATURA (inédito)	01

Fonte: adaptado de Octávio de Faria (1958, p. 121-123).

Em *O momento literário*, de João do Rio, coletânea de entrevistas com os autores da época, Coelho Neto confessa:

A verdade é que, enquanto escrevo, sinto um grande prazer e depois fico assustado com os defeitos. Tenho um processo de trabalho constante. Só as novelas foram acabadas e retocadas antes de serem entregues aos editores. O resto da minha obra tem sido escrito dia a dia para os jornais. Assim fiz *A Capital Federal*, *O Rei Fantasma*, *Turbilhão* (RIO, 1994, p. 19).

Coelho Neto, por ter tido longa vida, conviveu com vários autores das mais diferentes escolas literárias. Tinha treze anos quando faleceu José de Alencar; estava no auge de sua

carreira, com mais de duas dezenas de obras publicadas, das mais diversas tipologias, quando da publicação do romance *Esau e Jacó*, de Machado de Assis, em 1904. O quadro geracional, a seguir, situa a trajetória de Coelho Neto (1864-1934) e de seus pares. Outra observação que se faz pertinente é que, em 1922, do grupo de amigos que habita as páginas de *A conquista*, apenas estava vivo Luís Murat, de menor vulto literário, por isso o Autor recebeu, praticamente sozinho, todos os anátemas lançados à sua geração inteira.

Quadro 2: Geração de Coelho Neto

José de Alencar	1829-1877
Machado de Assis	1839-1908
Rui Barbosa*	1849-1923
José do Patrocínio	1853-1905
Artur Azevedo	1855-1908
Aluísio Azevedo	1857-1913
Paula Nei	1858-1894
Luís Murat*	1861-1929
Cruz e Souza	1861-1898
Raul Pompéia	1863-1895
Coelho Neto*	1864-1934
Pardal Mallet	1864-1894
Olavo Bilac	1865-1918
Euclides da Cunha	1866-1909
Medeiros Albuquerque*	1867-1934
Guimarães Passos	1867-1909
João do Rio	1881-1921
Lima Barreto*	1881-1922
Monteiro Lobato*	1882-1948
Augusto dos Anjos	1884-1914
Manuel Bandeira*	1886-1968
Humberto de Campos*	1886-1934

Legenda: (a) trechos com preenchimento dão conta dos parceiros retratados em *A conquista*.

(b) pessoas cujos nomes estão marcados com asterisco estavam vivas quando da Semana de Arte Moderna, em fevereiro de 1922.

Fonte: a autora.

Coelho Neto viveu durante um período agitado. Seus setenta anos de vida atravessaram muitas alterações nacionais e internacionais, algumas das quais mudariam para sempre a história do mundo e, sobretudo, do Brasil. Não só assistiu à libertação dos escravos, mas também dela participou ativamente; presenciou, no ano seguinte, a transição do regime monárquico, que durara 67 anos, desde a Independência, para o republicano. Se não tivesse tido postura mais discreta, também teria sido vítima das perseguições de Floriano Peixoto

quando da tentativa de golpe da Marinha, em 1893, o que gerou a denominada Segunda Revolta da Armada.

Na virada do século, vivendo no Rio de Janeiro, experimentou a influência das ideias que vieram do Velho Mundo, que acreditava no prenúncio de um áureo período, de otimismo e de esperanças, a *belle époque*. Essa onda de “brinde à paz universal”, igualmente, chegou ao Brasil, em especial ao Rio de Janeiro. No cenário mundial, Coelho Neto viu eclodir a I Guerra Mundial (1914-1918), que desajustou a economia mundial, crise que também respingou no Brasil; a Revolução Russa de 1917, o imperialismo e a luta de classes. Um pouco antes de sua morte, em 1934, “conjunturas político-econômicas provocaram a Revolução de 1930, seguida pela Revolução Paulista de 1932” (FARIA, 1958, p. 6).

1.2 Por que estudar Coelho Neto?

Coelho Neto, mesmo tendo sido definido como autor de “confeitaria”, com mais ou menos intensidade, retratou o Rio de Janeiro, suas modificações estruturais e sociológicas e, para isso, trouxe como pano de fundo as questões que alterariam nossa história até hoje. Nas obras elencadas para este estudo – escolhidas pelos acontecimentos históricos que as permeiam – encontra-se a figura do escritor que se confunde com o jornalista. O Autor tece, igualmente, críticas à falta de cultura do povo, ao analfabetismo da maioria da população, às produções teatrais – que eram pautadas pelo gosto do público e não pela qualidade – e à forma como as notícias eram escritas e divulgadas. O Autor foi protagonista em alguns desses romances, compondo o que se denomina de *roman à clef* (PINHO, 2009).

Em cada narrativa percebem-se seus comentários contra o modelo de gestão do país, as injustiças sociais, a necessidade premente dos artistas saírem da terra natal – deixando suas famílias e suas lembranças – para tentar nova vida e sucesso na Capital, o local para onde convergiam as oportunidades. Parecem ser descabidas as acusações de Coelho Neto ter escrito demais e com pouca qualidade, pois nas obras selecionadas para este trabalho ficam claras as críticas à monarquia, à escravidão, aos desmandos de Floriano Peixoto e à instabilidade social. Em momento algum se percebe sua empáfia, sua boa condição financeira, mas sim o idealismo da juventude, o amor à pátria e a esperança de o país tornar-se mais justo, mais culto, mais moderno e com menos preterimentos.

José Maurício Gomes de Almeida, em *Coelho Neto: escritor maldito*, prefácio do romance *O morto*, afirma que “o momento atual pode e deve abrir espaço à reavaliação de numerosos escritores – dentre os quais Coelho Neto – banidos sumariamente da cidade das letras por não se conformarem a um modelo ideológico fixado *a priori* pela crítica” (1994, p. IX). É digna de nota, igualmente, situação análoga pela qual passou Bastos Tigre (1882-1957), o qual chegou a ser apontado como a síntese do que alguns consideravam um “escritor moderno”, devido à sua capacidade e a seu empenho em atuar em diferentes arenas: jornalismo, teatro, poesia e publicidade. Tal como Coelho Neto, procurava redefinir a literatura, fazendo dela um meio de vida, sua profissão (BALABAN, 2012, p. 53).

O depoimento de Jorge Amado em uma entrevista comprova que houve, de fato, um esquecimento compulsório e proposital de sua obra, tendo ficado esse literato como o “bode expiatório” de tudo o que o movimento modernista combatia:

Os escritores não-modernistas a gente combatia violentamente, **sem ter lido**. Eu sempre conto que tinha vergonha de meter o pau em Coelho Neto, pois lera e gostara de um livro dele, *A capital federal*, mas a gente tinha que esculhambar Coelho Neto, não é mesmo? Esse é um remorso que vou carregar a vida toda, de ter achado o livro ótimo e falado mal do autor, mas Coelho Neto era para nós o símbolo do atraso em matéria de literatura (AMADO, 1981, p. 12, grifo nosso).

Segundo Marco Antônio de Moraes, em *Coelho Neto entre os modernistas*, 2004, no processo de vanguarda brasileira:

o Autor passou a simbolizar **todo o período beletrístico** e vazio que sucedera Machado de Assis e Euclides da Cunha. Encarnava a literatura oficial da Academia Brasileira de Letras, de que fora fundador e, em 1926, presidente. [...] no período mais beligerante da *belle époque* literária, em plena atividade, **a ele destinavam-se prioritariamente os ataques da “matilha do futurismo”**, como qualificava os modernistas em uma carta de 1923. Os outros dois escritores símbolos de uma época singular – a do culto à palavra – já haviam descido à campa. Nesse mesmo 1923, morrera Rui Barbosa; em 1918, Olavo Bilac (MORAES, 2004, p. 104-105, grifos nossos).

Nos últimos anos de sua vida e depois de morto, o Autor foi alvo da maior campanha de descrédito, cujo maior responsável foi o ímpeto demolidor do Movimento Modernista e da sessão da Academia Brasileira de Letras, em 1924, quando Coelho Neto situou-se como o campeão do “passadismo”, gritando: “Eu sou o último heleno”, contra o discurso demolidor

de Graça Aranha. No final da década de 1940, Octávio de Faria tomou sua defesa em sessão da ABL, mas a produção do Autor permaneceu, por muito tempo ainda, esquecida. Lentamente, poucas vozes ousam remexer nesse passado que ficou estagnado pelas críticas negativas a seu respeito. Sintoma desse fato é que foram localizadas apenas quatro dissertações acerca desse autor:

(1) *No purgatório da crítica: Coelho Neto e o seu lugar na história da literatura brasileira*, de Marcos Aparecido Lopes, UNICAMP, 1997, que discute de que forma o autor foi tratado pela crítica literária no período do Pós-Modernismo, trazendo notável apêndice bibliográfico e documental de publicações e/ou de críticas sobre sua obra.

(2) *Em Fagulhas: uma coluna de crônicas de Coelho Neto na Gazeta de Notícias (1897-1899)*, de Vanessa Kitizo Venturelli, UNESP, 2009, a autora compila e analisa 261 crônicas do período citado no título, que versam sobre a opinião do escritor em relação às turbulências sociais daquela época.

(3) *Releituras de Coelho Neto*, de Andreia Angel de Moraes Dominguez, UFRJ, 1991, analisa várias obras, como as narrativas urbanas, nas quais se incluem: *Miragem*, *Inverno em flor*, *O morto*, *Tormenta*, *Turbilhão* e *Esfinge*. Das crônicas da vida intelectual, são revistos *A capital federal*, *A conquista* e *Fogo fátuo*, o romance *Rei negro* e os contos que compõem *Sertão*, *Treva* e *Banzo*.

(4) O mais recente trabalho encontrado é de autoria de Claunísio Amorim Carvalho, *O insigne pavilhão: nação e nacionalismo na obra do escritor Coelho Netto*, de 2012, apresentado na Universidade Federal do Maranhão. Essa pesquisa analisa a condição de Coelho Neto (escritor, orador e político) enquanto intelectual brasileiro do período da República Velha. Enfatiza o caráter nacionalista presente em suas crônicas, discursos, ficção e educação cívica, com destaque para as décadas de 1910 e 1920, sendo o Brasil-Pátria a temática principal do discurso coelhonetiano, objeto máximo de seu culto cívico, análogo ao culto religioso.

Dadas as poucas publicações acadêmicas acerca do Autor, passados tantos anos de seu sucesso, cabe reavaliar algumas de suas obras sob novo viés: a visão sociológica do Rio de Janeiro, entre os anos que precederam a abolição e a implementação da República, que nos legou Coelho Neto. As ideias da Geração de 22 ficaram por muito tempo sacralizadas na literatura brasileira e remexer em autores anteriores à SAM – especialmente em Coelho Neto,

o maior representante daquilo que os modernistas rejeitavam – suscita ainda algum desconforto no âmbito do ensino de literatura. Este estudo, ao analisar, pelo olhar desse Autor, um período conturbado, a transição da forma da gestão do País, quando uma nova classe social emergia, pode acrescentar mais informações que ficaram obscurecidas, tanto quanto a produção coelhonetiana. Como escreve Antônio Soares Amora:

Passadas as intransigências, naturais na primeira onda revolucionária do Modernismo, pouco a pouco se vão reconhecendo os méritos do Escritor que é, incontestavelmente, dos mais sólidos patrimônios artísticos da história da literatura em língua portuguesa (AMORA, 1965, p. 163).

Segundo Brito Broca (2004, p. 62), “as duas primeiras décadas do século [XX] foram, por excelência, o período de apogeu de Coelho Neto”, pois esse autor exercera sensíveis influências em nossas letras, aclamado não somente no Brasil como em Portugal, sendo o escritor mais lido naquele momento. Recebeu, todavia, muitas críticas, sobretudo por seu desafeto mais ferrenho, Lima Barreto, e posteriormente pelos intelectuais que idealizaram a Semana de Arte Moderna.

Segundo Marco Antônio de Moraes, a fortuna crítica de Coelho Neto é “um dos problemas mais intrincados do sistema literário brasileiro. Aquilo que parecia um sólido cabedal artístico para as letras nacionais [...] transformou-se, depois de sua morte, em seara inóspita e pouco visitada por leitores e críticos” (2007, p. XII). As respostas ao sucesso dos escritos do Príncipe dos Prosadores Brasileiros podem se revelar por meio da teoria elaborada por Hans Robert Jauss, que elege o leitor como quem escolhe e quem acolhe as obras de acordo com suas expectativas e suas identificações.

Jauss procura situar a obra literária em um “horizonte histórico”, centrada não nos autores, influências e tendências literárias, mas na literatura, interpretada pelos seus vários momentos de “recepção” crítica (EAGLETON, p. 89, 1994). Acrescenta Jauss (1994, p. 6) que:

[...] a qualidade e a categoria de uma obra literária não resultam nem das condições históricas ou biográficas de seu nascimento, nem tão-somente de seu posicionamento no contexto sucessório do desenvolvimento de um gênero, mas sim dos critérios de recepção, do **efeito produzido pela obra** e de sua fama junto à posteridade, critérios estes de mais difícil apreensão (1994, p. 6, grifo nosso).

Pelo raciocínio de Jauss, pode-se compreender o sucesso de Coelho Neto, tendo em vista que “a relação entre literatura e leitor possui implicações tanto estéticas quanto históricas” (JAUSS, 1994, p. 23); logo, o público que lia, no Brasil do início do século XX, era formado por pessoas que se identificavam com o estilo do Autor. Embora criticado severamente por Lima Barreto, que o denominava de elitista, os leitores de Coelho Neto aclamavam-no porque sua escrita retratava situações vivenciadas por aquela sociedade. Regina Zilberman ratifica essa ideia quando afirma que o texto responde às necessidades do público com o qual dialoga, sem o que sua presença não se justifica (ZILBERMAN, 2009, p. 36). Ao mesmo tempo, acrescenta a autora que “é irrelevante se a literatura [...] reproduziu fielmente o universo circundante [...] Importa antes recuperar como a realidade foi transferida para a ficção, pois a explicitação desse processo permite definir a resposta do artista às necessidades e às solicitações de seu público” (2009, p. 100).

Nos romances escolhidos para este estudo, o Autor usa como mote os acontecimentos que mudaram a vida brasileira para construir histórias cujos personagens se identificavam com o público: escritores, funcionários da redação de jornais, trabalhadores de classe média – um elenco verossímil a seus leitores. Segundo Amora (1965, p. 163), “como romancista, contista e cronista foi o escritor da sua geração que mais vivamente dominou o interesse do público brasileiro”. Jauss observa que “a maneira pela qual uma obra literária, no momento histórico de sua aparição, atende, supera, decepciona ou contraria as expectativas de seu público inicial oferece-nos claramente um critério para a determinação de seu valor estético” (JAUSS, 1994, p. 31).

Desprezando-se as críticas à pessoa do Autor, feitas por Lima Barreto, por exemplo, para quem Coelho Neto era “o sujeito mais nefasto do meio intelectual”, e o apagamento compulsório de sua obra pelo ideal modernista, consegue-se visualizar o caráter artístico de sua produção, sua importância àquele momento da literatura brasileira. Conforme assevera Jauss, (1994, p. 35), “o método da estética da recepção é imprescindível à compreensão da literatura pertencente ao passado remoto”, pois é necessário entendê-la à luz da perspectiva de sua época, tendo em vista que o Autor ia ao encontro do gosto de seus leitores. Ao mesmo tempo:

[...] um passado literário só logra retornar quando uma nova recepção o traz de volta ao presente, seja porque, em um retorno intencional, uma postura estética modificada se reapropria de coisas passadas, seja porque o novo momento da

evolução literária lança uma luz inesperada sobre uma literatura esquecida, luz esta que lhe permite encontrar nela o que anteriormente não era possível buscar ali (JAUSS, 1994, p. 43).

Tendo sido Coelho Neto um político, professor, escritor de romances, poemas, peças teatrais, obras infantis e crônicas, não causa estranhamento que seus livros tenham tido receptividade, levando-se em conta que era favorável à abolição dos escravos e à instauração da República. Os leitores encontravam nele, sobretudo nas obras selecionadas para este trabalho, ecos de suas ideias. “Desaparecia da cena histórica o bacharel combatente, com seu saber enciclopédico, substituído por escritores e intelectuais partidários ou especializados” (VENTURA, 1991, p. 167).

Segundo Regina Zilberman, em *Estética da recepção e história da literatura*, “há, entre escritores e audiência, sempre uma assimetria, provocadora simultaneamente do diálogo e da controvérsia” (2009, p. 100), e “um intervalo a ser preenchido por novos leitores, mesmo em outras épocas e contextos”. Revisitar a obra de Coelho Neto, em especial a que ele teria imaginado como a reconstituição da “evolução histórica do país”, é uma tarefa que merece ser realizada. Moraes indica que “é preciso ler Coelho Neto, suas habilidades estilísticas e sua erudição, **tendo no horizonte o ideário nacionalista de seu tempo**, tanto na vertente ufanista de Afonso Celso **quanto em outra, mais lúcida, de força crítica e de expressiva amplitude social**” (MORAES, 2007, p. XVII, grifos nossos). A produção coelhonetiana, portanto, dá uma amostra de como foi esse período tão fértil e tão cheio de mudanças seminais, as quais se refletem até os nossos dias, na vida dos brasileiros.

Marisa Lajolo diz que “a literatura foi e é sempre realista [...] Por mais deformado, transformado ou transfigurado que seja, o real esteve e está nos livros, para quem quiser vê-lo” (LAJOLO, 1984, p. 79). Segundo Octávio de Faria, Coelho Neto legou-nos um painel de nossa realidade mais íntima, desde os anos que antecederam a República até o fim da terceira década deste século: “panorama completo, extraordinário mesmo, não igualado por nenhum dos melhores ficcionistas da época” (FARIA, 1958, p. 9). Acrescenta ainda que, se o Autor não logrou êxito em realizar o sonho utópico de registrar uma vasta e uniforme História do Brasil – a história da Pátria condensada em uma série de romances –, o que conseguiu escrever não deixa de ser uma autêntica síntese de nossa existência como povo em determinada época (FARIA, 1958, p. 10). Montou um retrato total do país daquele período porque não ficou

circunscrito ao aspecto histórico-social – como se poderia concluir das leituras de *A capital federal*, *A conquista*, *Fogo-fátuo*, *Miragem* (parte relativa à Proclamação da República), *O morto* (parte relativa à Revolta da Esquadra). [...] não limitado às coordenadas psicológicas – como se pode inferir da leitura dos romances: *Turbilhão*, *Inverno em flor*, *Tormenta*, *Esfinge* [...]. Retrato total ainda, porque não se contentando com a vida intensa e complexa das nossas cidades, e **especialmente da Capital Federal**, invadiu a nossa selva e a nossa alma primitiva [...] *Rei negro*, *O rajá de Pendjab*, como em uma série de contos famosos: *Os velhos*, *Praga*, *Firmo*, *o vaqueiro* [...], que formam o encanto básico da trilogia já hoje clássica: *Sertão*, *Treva* e *Banzo*, obras de seguro e indescritível cunho nacional, mas felizmente indenadas de regionalismo sistemático (FARIA, 1958, p. 10-11, grifo nosso).

1.3 As Recordações eivadas de críticas

Maurício Silva, em *A Héliade e o subúrbio: confrontos literários na belle époque carioca*, traz à tona a contenda que houve entre os dois dos mais expressivos autores da época, Coelho Neto e Lima Barreto. Nessa obra, Silva traça comparações acerca da produção literária de ambos os autores, qualificando Coelho Neto de representante da “literatura oficial, resultante da euforia vigente durante as primeiras décadas do novo século” (2006, p. 25) e Lima Barreto de arauto das ideias pré-modernistas, sendo um visionário das mudanças que ocorreriam doravante a Semana de 1922.

Em *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, publicado em 1907, Lima Barreto fez críticas ferozes à imprensa, à política, aos jornalistas e aos escritores que circulavam pelo Rio de Janeiro daquela época. Os alvos de suas agressões foram Coelho Neto (alcunhado de Veiga Filho) e Pedro da Costa Rego (Oliveira), jornalista de *Correio da Manhã* (na história, o jornal *O Globo*) sempre descrito como pessoa de poucas luzes: “– ... um moleque! **zurrou** o Oliveira” (1997, p. 133, grifo nosso). Edmundo Bittencourt (Ricardo Loberant) é proprietário do periódico *Correio da Manhã*, cujo retrato traçado por Isaías conota-o como um homem apaixonado, endinheirado e que, no final da obra, faz de Isaías seu parceiro de noitadas e de bebedeiras. Autor e personagem trabalharam em um jornal, sendo subordinados à mesma pessoa. Raul Gusmão é João do Rio, descrito como “um porco Yorkshire e corpo alentado de elefante” (1997, p. 63). As críticas a essas pessoas foram implacáveis, salientadas com palavras agressivas os defeitos que supostamente possuíam. Não se pode esquecer de que, sendo o romance narrado em primeira pessoa, tem-se somente a visão de Isaías, narrador que compromete a fidelidade das informações.

Conforme Broca, não era fácil os autores terem um original aceito pelos grandes editores. *Recordações ...* foi publicado na revista *Floreal*, editada pelo próprio escritor.

Posteriormente, essa obra foi oferecida a um livreiro português, sem que o autor recebesse direitos autorais (BROCA, 2004, p. 203). Simultaneamente, Afrânio Peixoto, que também aparece em *Recordações ...*, na figura de Deodoro Ramalho – discípulo de Veiga Filho – publicou *A esfinge*, cujo sucesso arrebatou o público feminino, sendo considerado o *best-seller* da década de 1900. A coincidência de datas e o foco desviado à obra que causou frenesi nas leitoras ofuscou *Recordações ...* “no qual o mestiço pobre e revoltado procurava justamente vingar-se dessa sociedade” (BROCA, 2004, p. 208).

A análise de *Recordações...*, em *Guia de leitura da Cia. das Letras*, esclarece: “[...] Veiga Filho, escritor de destaque, pronunciava conferências e escrevia artigos para as páginas literárias”. O autor de *Clara dos Anjos* depreciou a aparência física do Autor: “Com aquele frontal estreito, com aquele olhar desvairado, com aquela fisionomia fechada, balda de simpatia, apareceu-me sem mobilidade, sem ductibilidade, rígido, sinistro e limitado” (BARRETO, 1997, p. 134-135).

Não satisfeito com o menoscabo à figura do Autor, as descrições do comportamento de Veiga Filho/Coelho Neto denotam uma pessoa pernóstica, soberba e extremamente narcisista. Em algumas ocasiões, sua crítica remete-se à cobiça desenfreada de Veiga Filho, que escrevia pelo menos três livros por ano, cobrava muito por suas conferências e tentava se passar por uma pessoa necessitada. Reforçando suas acusações, Isaías, em uma ocasião, visitou a famosa casa da Rua do Rozo “apalaçada [...] com altos e baixos [...] mobiliada com relativa opulência” (BARRETO, 1997, p. 204). Quando citado, Veiga Filho não merecia todo o sucesso que fazia, não correspondia ao prestígio recebido pela imprensa e pela sociedade – era uma figura ambiciosa, fabricada pelos jornalistas, por seus amigos influentes e pelos conchavos políticos.

Em contraponto à descrição da residência do Autor por Isaías Caminha, Ana Lee escreve que, na Rua do Rozo, onde o escritor morava e reunia amigos, em quase todos os sábados aconteciam rodas literárias, congregando os muitos filhos e Dona Gabi com os escritores, em um ambiente familiar e fraterno. Conforme a autora, “era uma construção de dois andares bastante acolhedora, com um jardim ao lado. Nada tinha de ostensiva, pelo contrário” (LEE, 2004, p. 32). Ana Lee complementa ainda que “participavam dessas reuniões não só literatos renomados, mas também muitos dos que procuravam uma oportunidade no mundo das letras” (2004, p. 31). A descrição de Isaías acerca da residência do autor e do modo como tratava os menos favorecidos não se coaduna com os registros

encontrados, tampouco se percebe a exclusão dos novatos que gostariam de participar do elenco dos escritores da época, no caso, Lima Barreto. Complementa a autora: “Chamava a atenção, sobretudo, pela generosidade com que distribuía elogios a todos” (2004, p. 32).

Segundo Herman Lima:

[...] na Rua do Rozo, hoje com seu nome, uma série de brilhantes reuniões literárias e artísticas, ainda hoje rememoradas com saudades pelos seus remanescentes, como Olegário Mariano, Viriato Correia e Gustavo Barroso. No seu gabinete de trabalho, compareceram muitas das celebridades internacionais de passagem pelo Rio, como Enrico Ferri, Novelli, Paul Fort, Zacconi, além dos *habitués* locais, dentre eles, Euclides da Cunha, Sílvio Romero, Miguel Couto, Martins Fontes, João do Rio, Pinheiro Machado, Alberto de Oliveira, Afonso Arinos, Guilherme de Almeida, Roselina Coelho Lisboa e tantos outros, de referência obrigatória no noticiário social, político e literário da cidade. Não era somente, no entanto, para festas que a tornavam uma ‘academia de ciências, artes e letras’ que se abriam as portas (1958, p. XV).

Paulo Coelho Neto, em *Imagem de uma vida*, acrescenta que: “A casa de Coelho Neto tinha as portas abertas para quantos sonhadores viessem das províncias realizar seus sonhos no Rio de Janeiro” (1957, p. 28) e engrossa a lista dos eméritos frequentadores da casa de seu pai: Machado de Assis, Hermes da Fonseca, Rui Barbosa, Carlos de Laet, Santos Dumont, Osório Duque Estrada, Carlos Chagas, Afrânio Peixoto, Monteiro Lobato, Menotti del Pichia e tantos outros nomes não menos importantes. Conclui: “**Era o Brasil mental**” (NETO, 1957, p. XCVI, grifo nosso).

Martins Fontes, amigo de Coelho Neto, dedicou seu livro, *Terras da fantasia*, à Dona Gabi, pela generosidade com que tratava os amigos do esposo. Nessa obra, quando descreve as reuniões que ocorriam na Rua do Rozo, revela que:

Naquella casa tudo era transfiguração. Homens humildes, de pés descalços, doentes de todas as enfermidades, foram sempre recebidos e tratados carinhosamente na **Santa Casa de Coelho Netto**. Nesse asylo dos sonhadores todos os artistas eram nababos [...]. Desde que revelasse intelligencia ou bondade, não mais se desejava para ser admitido como Irmão (FONTES, 1933, p. 12, grifo nosso)¹.

Francisco de Assis Barbosa, no prefácio de *Recordações...*, afirma que “engana-se quem quiser ver apenas uma explosão de recalques ou um ataque desabrido de mulato

¹ Manteve-se a grafia original do texto.

despeitado a certos figurões das letras, do jornalismo e da política” (1997, p. 10). Outros críticos, no entanto, discordam de Barbosa. Brito Broca informa que “Lima Barreto deixava, com frequência, transparecer o ressentimento que lhe ia na alma e não conseguia manter a objetividade de um ataque sereno: azedava-se” (BROCA, 2004, p. 217).

Lúcia Miguel Pereira, em *Prosa de ficção (de 1870 a 1920): história da literatura brasileira*, traz igualmente visão diversa da de Francisco de Assis Barbosa, que vê Lima Barreto como uma vítima de uma sociedade escravagista e preconceituosa, dominada por figurões da Academia. A autora analisa a obra e a vida de Lima Barreto e revela que *Recordações...* constrói-se como um romance de tese, para provar que “os mestiços fracassam sempre, pois mesmo os que parecem triunfar só o fazem à custa do sacrifício da dignidade e da compostura moral”. E acrescenta que “a tese parece falsa, ou, pelo menos, exagerada; basta relançar os olhos pela lista dos homens [mulatos] que no Brasil se destacaram em qualquer campo de atividade” (PEREIRA, 1988, p. 288) e que o personagem Isaías, “depois de instalado como escrivão, quando se sentia superior a todos com quem lidava, é que transige, sem necessidade, sem razão” (1988, p. 290).

Destinou-se espaço generoso a uma análise de *Recordações* ..., quando o foco do estudo são apenas três obras do autor Coelho Neto, pela crítica afiada que Lima Barreto dirigiu a ele, elegendo-o como o responsável por seus insucessos. Pelos anátemas que lançou ao autor de *O morto*, tem-se a impressão de que Lima Barreto foi prejudicado especial e pessoalmente por Coelho Neto, sendo o responsável pelo insucesso de o autor de *Clara dos Anjos*.

Franklin de Oliveira colabora com essas elucubrações quando afirma: “registra-se equivocadamente, que a desvalia de sua obra [de Coelho Neto] foi arguida pelos autores salonários da Semana de Arte Moderna (1922)”. Sua opinião é que essa assertiva generalizada, inclusive em Brito Broca, é falsa. Oliveira afirma que o “passional artigo” *Histrião ou literato*, publicado na *Revista Contemporânea*, em 1919, por Lima Barreto, “não era um ato crítico, mas uma ata de acusação” e que a partir dessa publicação partiram os ataques dos “rapazes de 22” (OLIVEIRA, 1993, p. 60). Qualquer biografia de Lima Barreto enfatiza seu comportamento desregrado, sem limites; foi sempre afastado dos grupos de escritores não por sua falta de talento, mas por sua maneira de proceder e de sua língua ferina quando renegado. Registra Broca que: “O seu tipo de desajustado, vindo-se postar nas

esquinas da avenida, sujo e bêbado, refletia os extremos de um não-conformismo já *démodé*” (BROCA, 2004, p. 43).

Maurício Silva (2006, p. 21) ressalta que, tendo em vista a aura de modernidade e das mudanças ocorridas no país após a instauração da República, a instabilidade do novo formato de governo não impediu que Coelho Neto tivesse “arroubos patrióticos e otimistas” em seus escritos. Lima Barreto, ao contrário, esforçava-se para denunciar a situação da classe marginalizada – na qual se incluía. Usava o idioma nacional de forma descuidada, como se esse formato pudesse se insurgir contra a literatura oficial. O maior problema das críticas efetuadas a Coelho Neto, sua produção abundante que, na maioria das vezes, foi rotulada de “ficção parnasiana”, é que os críticos modernistas e os atuais baseiam-se em toda a fortuna crítica de Coelho Neto, desprezando a boa parte pelo todo. O que se pretende discutir e analisar neste trabalho são obras elogiadas por vários nomes ilustres e que poderão produzir um panorama da sociedade carioca quando dessas transformações sociais.

1.4 De acusado a fruto das circunstâncias

Registrou Paulo Coelho Neto que seu pai adoecera gravemente em 1900 e, impossibilitado de escrever, “viu-se na contingência de vender, em leilão, não só os seus móveis, livros e cristais, mas também uma coleção completa de armas e artefatos de nossos índios”. No ano seguinte, premido pela necessidade, viajou para Campinas, onde prestou concurso para lente de literatura no ginásio local, obtendo o primeiro lugar e a vaga pretendida (NETO, 1958, p. XCII). Retornou ao Rio de Janeiro, em 1905, quando enfrentou o momento mais difícil de sua carreira, pois os livros e a escrita em jornais não lhe rendiam o suficiente para prover o lar.

Não só Coelho Neto passou por momentos difíceis quando os honorários advindos da escrita escasseavam. Ruy Vaz, persona literária de Aluísio Azevedo, no romance *A conquista*, tenta penhorar apetrechos pessoais para poder se manter, uma humilhação para pessoa pública e reconhecida em outros países:

Ruy, uma noite, muito enfraquecido, pôs-se a procurar nas estantes desfalcadas alguns livros que lhe pudessem dar qualquer coisa: só restavam romances e alguns poetas ingleses. Lembrou-se, então, da caixa de música... Se a empenhasse? Estava perfeita, podia dar dinheiro – tomou-lhe o peso, era grande, mas como tinha um níquel, podia levá-la no bonde até a Rua Gonçalves Dias e dali, nos braços, à casa de

penhores. Decidiu-se e, não ouvindo rumor na casa, estando a família à mesa, saiu, pé ante pé, com o precioso fardo e, alcançando a rua, apressou o passo receoso de que o vissem (COELHO NETO, 2000, p. 91).

Coelho Neto, em entrevista a João do Rio, em *O momento literário*, confessa que, certa ocasião, por estar necessitando de dinheiro, aproveitou-se da situação de desconforto do jornal *Gazeta*, que havia perdido um “novo autor e um sensacional folhetim”. Prontificou-se a escrever um romance sobre um príncipe encantado, o qual denominou de *O rajá de Pendjab*, escrito em menos de uma semana (RIO, 1994, p. 18). Acrescenta, ainda, que precisava rodear os filhos de bem-estar: “Hei de ir até o fim com o prazer de ter pago sempre as minhas dívidas...” (1994, p. 20). Conforme o próprio Autor, em entrevista concedida ao jornal *A Noite*, em 1925: “Quanta vez ajustei romances tomando parcelas adiantadas para entrar em casa, feliz, levando um corte de vestido, um chapéu gracioso, uma joia modesta. *O rajá de Pendjab* ... [...] escrito sem plano, sem notas, dia a dia para a *Gazeta de notícias...*!” (NETO, 1942, p. 151).

Confirmam as afirmações o que escreve Amora:

Casado (1890), inicia uma vida de luta pelo ganha-pão, e de intensa produção. Da imprensa, como cronista, tira o essencial para viver: da imprensa saem para livros algumas crônicas (*O Meio*, 1889; *Bilhetes e Postais*, 1894; *Lanterna Mágica*, 1898; *Por Montes e Vales*, 1899) (AMORA, 1965, p.162).

A situação financeira dos escritores era muito difícil, por isso houve uma tentativa de regular os direitos autorais: “data de 1883 a fundação do que parece ter sido a primeira sociedade interessada em organizar as aspirações dos intelectuais e artistas brasileiros, Associação dos Homens de Letras do Brasil” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2001, p. 130). Tal agremiação tinha como molde fato semelhante ocorrido em França, em 1838, quando, pelos mesmos motivos, os escritores franceses resolveram, juntos, firmarem as bases da propriedade literária. A Associação não vingou, mas a ideia ressurgiu pelas mãos de Pardal Mallet anos depois (2001, p. 136). Em 1890, outra tentativa de organização: foi criada a *Sociedade dos Homens de Letras*, nos moldes da *Société des Gens de Lettres* (fundada em Paris, nos meados do século XIX) a fim de que o lucro das vendas dos livros fosse maior aos autores, objetivando “a defesa direta dos respectivos interesses profissionais, econômicos, morais e sociais, quer em juízo, quer fora dele” (BROCA, 2004, p. 93).

A tentativa inicial de agremiação aparece em *A conquista*, quando Paula Neiva (Paula Ney) sugeriu a criação de um clube literário, as bases de uma sociedade artística e literária porque não tinham um centro de reunião, uma sala onde pudessem em intimidade poder receber algum famoso oriundo de outro país. Para tanto, alegava que os escritores eram desunidos, que andavam em eterno sismo provocado pela vaidade, “porque cada qual se julga o maior, o pontífice das letras. [...] Uma das causas da decadência literária, talvez a principal, é esta maldita Rua do Ouvidor [...] aqui vocês passam os dias bebericando, elogiando-se, discutindo sonetos e crônicas ou farejando *cocotes*” (COELHO NETO, 2000, p. 133). O grupo aceitou a ideia, menos Fortúnio (Guimarães Passos), alegando que essa agremiação não duraria um mês porque os escritores não tinham espírito de associação. Sua previsão foi certa, pois apenas quinze dias bastaram para que o *Grêmio de Letras e Artes*, esperança do Brasil literário, fechasse as portas depois de renhida discussão entre os associados, que quase chegou às vias de fato (COELHO NETO, 2000, p. 138).

Anos depois, associado a outros intelectuais abolicionistas e republicanos (o mesmo grupo que habita as páginas de *A conquista*), Pardal Mallet “dedicou-se à questão dos direitos autorais, por cujo reconhecimento e remuneração lutou” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2001, p. 136), valendo-se de artigos publicados em periódicos da época, dirigidos a Benjamin Constant – ministro de Deodoro da Fonseca, “expondo as reivindicações da classe intelectual a que pertencia” (2001, p. 136). Registra Brito Broca que a *Sociedade ...* durou até 1917, mas seu objetivo maior – melhor remuneração aos autores – não foi alcançado (BROCA, 2004, p. 93).

Sevcenko fornece dados que comprovam a penúria pela qual passavam os que decidiram viver da literatura: “Casos de recordes de vendas eram os quatro mil volumes de poesia de Bilac vendidos em um ano, ou os oito mil volumes em seis anos do livro *As religiões do Rio*, de João do Rio” (2003, p.110). Acrescenta, ainda, que os autores tentavam cativar o público, procurando vencer a barreira de “frieza e desdém das elites sociais”. Essa situação foi relatada em *A conquista*, de Coelho Neto, que narra o esforço para a sobrevivência dos escritores, sendo descritas situações em que a fome conviveu com os artistas. Sevcenko complementa que, em vez de exaltar a competência e o prestígio, os escritores ficaram subjugados ao valor de mercado, “forçando uma carreira paralela aguerrida a valores éticos alternativos e próprios ao seu tirocínio” (SEVCENKO, 2003, p. 115).

Igualmente Olavo Bilac teve de se render aos grilhões do jornalismo; porém, nunca se conformou com essa imposição. Como os demais companheiros de letras, teve de escrever em

jornais para sobreviver, embora com talento inegável. Mais maduro, mostrou-se amargurado quanto à condição de escritor neste país: “Mas se um moço escritor viesse [...] pedir um conselho à minha tristeza e ao meu desconsolado outono, eu lhe diria apenas: ama a tua arte sobre todas as coisas e tem a coragem, que eu não tive, de morrer de fome para não prostituir o teu talento!” (RIO, 1905, p. 7).

Complementa Brito Broca:

Depois de João do Rio, Olavo Bilac **foi o cronista mais fecundo da primeira década do século XX**. Somente por volta de 1910 ele foi abandonando esse gênero de atividade jornalística e literária de que fez durante muito tempo seu principal meio de vida. O prosador em Bilac nunca chegou, porém, à altitude do poeta. O cronista caracteriza-se pela facilidade, leveza, tom fluente, sem grande relevo. [...] Muito da vida do Rio de Janeiro também se reflete em suas páginas, **embora lhe faltasse a vocação de repórter** – o aspecto da personalidade de Bilac que dominou na época não foi a do cronista e sim a do orador (2004, p. 325-326, grifos nossos).

Paulo Coelho Neto apresenta dados que impressionam acerca dos direitos autorais. Olavo Bilac e Coelho Neto receberam somente dois mil cruzeiros cada um pela publicação de *Contos pátrios* e *A pátria brasileira* ao passo que os editores contabilizaram cerca de 400.000. Acrescenta que *Álbum de Caliban*, em 1897, rendeu ao seu pai a soma de 500 cruzeiros em contraponto aos 20.000 cruzeiros embolsados pelos editores (NETO, 1958, p. CV). Os valores aqui citados não estão atualizados com a moeda atual nacional, porém podem fornecer um paradigma da discrepância do que era pago aos autores em contrapartida do que rendia aos editores.

Machado Neto, em *Estrutura social da república das letras: sociologia da vida intelectual brasileira: 1870-1930*, traz uma informação chocante, revelada no *Diário secreto*, de Humberto de Campos, (1929): Coelho Neto e Olavo Bilac, em virtude da incerteza do pagamento dos editores e/ou do pouco valor dado à sua obra intelectual, produziram literatura pornográfica. Coelho Neto não sabia se a obra tinha sido publicada, mas o almanaque obsceno fora escrito e pago pelo editor Jacinto. Em outra ocasião, quando Bilac estava desterrado para fugir da perseguição de Floriano Peixoto, “empenhou joias maternas para fazer uma viagem”. Mais uma vez, valeu-se da amizade leal com Coelho Neto para escreverem, em parceria, um romance e um livro de contos escolares. Obras prometidas e não feitas, foram redigidas às pressas em menos de uma semana, pois receberiam metade quando do contrato e o restante no momento da entrega dos originais (MACHADO NETO, 1973, p. 82).

Cabe registro a informação de Adolfo Caminha:

José de Alencar, Macedo, Bernardo Guimarães, os escritores que mais produziram em nosso país, morreram lastimavelmente pobres, numa quase indignação, não que a obra deles ficasse encalhada por falta de leitores, no fundo poento das livrarias. O autor de *O guarani* ainda é lido com entusiasmo por muita gente. Morreu pobre, com elementos de fortuna, em consequência da usurária especulação de seus editores. Esta é que é a verdade (CAMINHA, 1897, p. 151).

1.5 A fênix

Maurício Silva traz dados interessantes acerca do autor de *O morto*, pois relata que as obras coelhonetianas faziam igualmente muito sucesso em Portugal e, tal qual João do Rio, o apuro do idioma devia-se por seus romances serem lidos e publicados na antiga Metrópole (SILVA, 2006, p. 51). Outrossim, Silva comenta que “essa ornamentação parnasiana na prosa não era um apanágio do autor maranhense, podendo ser encontrada até com maior intensidade noutros ilustres representantes da literatura oficial” (2006, p. 54). Cabe, então, outro argumento para que se revisitem algumas obras de Coelho Neto, tendo em vista que os escritos dos demais autores – mais “parnasianos” que ele – não sobreviveram.

Lúcia Miguel Pereira afirma que “não se pode negar a Coelho Neto a mais honesta devoção à literatura, e se, escritor, vivendo de seu ofício – situação rara entre nós – devia procurar também o êxito comercial, nunca para isso desceu de sua dignidade” (PEREIRA, 1988, p. 253). Franklin de Oliveira também reitera que, por ser um homem pobre, Coelho Neto “não praticou a sua literatura como um diletante. Ela foi o instrumento de trabalho: assegurou-lhe a honrada sobrevivência”, por isso a desigualdade de sua obra; uma das maiores, senão a maior das críticas que o Autor recebeu e ainda recebe.

Nos dias que correm, percebe-se uma retomada da fortuna crítica de Coelho Neto. Várias publicações em periódicos digitais tratam de suas obras, analisando o conteúdo e não seu estilo ímpar de escrever, que foi demais erudito à parcela diminuta de leitores da ocasião; porém, detêm-se em suas análises e nas informações que os textos trazem.

Machado de Assis, em crônica datada de 11 de agosto de 1896, publicada em *Gazeta de Notícias*, referiu-se desse modo ao romance *Miragem*:

Coelho Neto tem o dom da invenção, da composição, da descrição e da vida que coroa tudo. Não vos poderia narrar a última obra, sem lhe cercear o interesse. Parte dele está na vista imediata das coisas, cenas e cenários. Não há transportar para aqui os aspectos rústicos, as vistas do céu e do mar, as noites dos soldados, a vida da roça, os destroços de Humaitá, a marcha das tropas, o 15 de novembro, nem ainda as últimas cenas do livro, tristes e verdadeiras. O derradeiro encontro de Tadeu e da mãe é patético. Os personagens vivem, interessam, comovem. A própria terra vive (ASSIS, 1961, p. 28)

Analisando *O rei fantasma*, Machado de Assis não disfarçou sua impressão:

As descrições são vivas, as paixões ajudam a natureza exterior e a estranheza dos costumes. Há quadros terríveis: a cena de Amani e a concubina tem grande movimento, e o suplício desta dói ao ler, tão viva é a pintura da moça, agarrada aos ferros e fugindo aos leões. O mercado de Peú e a *panagíria* de Isis são páginas fortes e brilhantes (NETO, 1958, p. XC).

Comentando *O sertão*, em 1897, revelou a grande simpatia que tinha pelo Autor:

Coelho Neto ama o sertão, como já amou o Oriente, e tem na palheta as cores próprias – de cada paisagem. Possui o senso da vida exterior. Dá-nos a floresta, com seus rumores e silêncios, com os seus bichos e rios, e pinta-nos um caboclo que, por menos que os olhos estejam acostumados a ele, reconhecerão que é um caboclo (ASSIS, 1961, p. 29)

Carlos David, em *Coelho Neto, sim*, texto publicado no *Diário carioca*, do Rio de Janeiro, em 07 de fevereiro de 1954, expressa sua surpresa ante o “terrível engano” que cercou o escritor maranhense:

Há um Coelho Neto bem mais simples, menos preocupado em armar efeito, mais próximo que em arte se entende por natural, e este vale a pena trazermos para as nossas culturas e cogitações. *Miragem, Turbilhão, O morto, Inverno em flor*, eis a obra de Coelho Neto, depurado, segundo o gosto de Brito Broca. Para D. Lúcia Miguel Pereira: *A conquista, O morto, Miragem*, alguns contos de *Banzo, Treva e Sertão*. **Um leitor cheio de preconceitos ficará surpreso desde as primeiras linhas de *O morto*, quase sussurradas, de tão discreta a narrativa.** O Coelho Neto verboso, o amante das descrições fogosas, o fantasista de imagens pouco espontâneas e rebuscadas em excesso [...] cede aqui lugar ao escritor disciplinado, sereno, ao ironista sutil (DAVID, 1954, grifo nosso).

Brito Broca, em *Coelho Netto, romancista*, afirma que o estilo de Coelho Neto, tão combatido, é gritante se comparado com a “pobreza vocabular dos escritores modernos, principalmente romancistas, com vocabulário e sintaxe restrita” (BROCA, 1958, p. 23). Essa constatação poderia ser a explicação do porquê da repulsa que a variedade de palavras utilizadas pelo autor de *Miragem* despertou. “A primeira acusação que lhe fazem é do abuso de palavras difíceis e pouco usadas. De fato, Coelho Neto leva isso, por vezes, ao excesso e à afetação; mas, de maneira geral, sobretudo em alguns dos seus romances, tais exageros não são orgânicos” (BROCA, 1958, p. 23).

Euclides da Cunha também é considerado um autor de difícil leitura: “o número de palavras desusadas avulta, sem que o estilo sofra na estrutura íntima. E que dizer de Fialho? Que dizer de Malheiro Dias? José Veríssimo apontou em uma das obras dele mais de cinquenta palavras não encontradas em dicionário” (BROCA, 1958, p.24). Coelho Neto foi acusado de ser prolixo e de fazer predominar a forma sobre o conteúdo; porém, em Portugal, o Autor encontrou uma crítica mais benévola, “onde ninguém se espanta com a riqueza léxica de um Camilo, a exuberância de um Fialho, o preciosismo de um Aquilino Ribeiro” (BROCA, 1958, p. 24).

Desde o início de sua carreira, sempre foi criticado acerca de sua forma de compor; entretanto, foi ele mesmo “o pioneiro de algumas dessas críticas, em *A conquista*, quando seu *alter ego* foi confrontado com os excessos de sua prosa preciosista” (MURARI, 2011, p. 26). Artur (Artur Azevedo) elogiou e, ao mesmo tempo, criticou Anselmo, dizendo que tinha talento, mas possuía “a mania do Oriente [...] exuberante, excessivo”, ao que Anselmo retrucou, dizendo que acompanhava a coqueluche literária (COELHO NETO, 2000, p. 118). Nesse momento, criador e criatura confundiram-se porque, pela voz de Artur, Coelho Neto fez *mea culpa* de seu estilo.

Em uma de suas conversas com Ruy Vaz, em *A conquista*, Anselmo expôs ao amigo o plano de um romance, denominado *O rei fantasma*, cuja ação se desenvolvia em um reino imaginário da África, folhetim que tencionava publicar na *Cidade do Rio*. Ruy criticou-o, dizendo que abandonasse a mania de orientalismo. Aconselhou-o a aplicar o espírito ao meio, criando obra magnífica sem sair do Brasil, porque aqui havia natureza e almas; que se colocasse em relação com a natureza da própria pátria. Acusou-o de que preferia fabricar títeres a lidar com homens; que, se assim permanecesse, nunca faria um livro verdadeiro, sempre uma obra convencional. Disse a Anselmo que havia um campo vasto de explorações,

“desde o sertão, quase virgem, até a Rua do Ouvidor, que é o círculo central das almas brasileiras”. Por estar quase pronta essa obra, que a terminasse, mas que não escrevesse mais outros romances; que publicasse contos, estudasse o povo porque:

a alma moderna é mais sofredora do que a antiga e a dor é um manancial inesgotável. Deixa-te de ninfas e de faunos, trabalha com homens. Queres saber a razão por que muitos escritores preferem o orientalismo? Porque é mais fácil fazer a pompa do que a verdade. Lança os olhos à obra de Balzac. Tudo nela é humano, desde *Eugenie Grandet* e o *Pêre Goriot* até o *Le lys dans la vallée*. Tu mesmo, no dia em que começares a lidar com almas, hás de convencer-te da verdade. Vê a obra do que copia uma academia como se amesquinha diante de um estudo do natural. Posso falar-te assim porque conheço ambos os processos, sei quanto custa transportar para o livro uma alma surpreendida na grande vida e quanto é fácil fazer obra maravilhosa. Experimenta. (COELHO NETO, 2000, p. 166).

Conforme Herman Lima:

A voz dos interlocutores, seja dos companheiros lembrados, seja um títere de sua criação, soa como um freio no desbordamento de imagens do outro que é, inequivocamente, o *alter ego* do escritor. O sentido de autocritica pressente-se desse modo, muitas vezes, em autoflagelação, embora inoperante, por força daquela torrencial imaginação (1958, p. XIX).

Somam-se à defesa do estilo do Autor, argumentos semelhantes, dessa vez pela voz de Octávio de Faria, indicando que de obra tão vultosa não seria estranho muitas das produções não terem a qualidade habitual que seu talento já provara em tantas outras. Traz como exemplo, Shakespeare, Balzac, Tolstói, Dostoievski ou Camilo Castelo Branco, os “grandes mestres” que igualmente tiveram condições de vida difíceis que os obrigavam a uma produção intensa. No acervo de Coelho Neto, portanto, há de se distinguir “o essencial do que não o é, obras-primas de livros simplesmente comuns” e que “nenhum desses senões invalida, nem de longe que seja o peso da obra total (como outros pequenos senões não conseguem atingir a grandeza das obras de Shakespeare, Balzac, Tolstói, Dostoievski ou Camilo)” (FARIA, 1958, p. 11).

Faria segue sua defesa, afirmando que Coelho Neto “não é um autor fácil”, porém para “nossa comum e moderna ignorância da língua portuguesa [...] difícil de entender para a ignorância de muitos”, tendo em vista que grande parte da crítica que fazem à sua obra adveio de convicções ideológicas dos leitores, muito em virtude da disputa entre “passadistas” e os

modernistas saídos da Semana de 1922. Segundo Marcos Aparecido Lopes, tanto a consagração quanto a excomunhão de Coelho Neto, apesar de serem posições antagônicas, mantêm viva a memória desse autor (LOPES, 1997, p. 2).

Octávio de Faria questiona: “um empolado? um gongórico? um cego apologista do culto do estilo pelo estilo? um escravo da forma?”, e conclui: “É praticamente impossível classificá-lo” (FARIA, 1958, p. 12). Se não se consegue entender as palavras que Coelho Neto usou, da mesma forma é difícil ler com proficiência o que escreveu Camilo Castelo Branco, Euclides da Cunha, Rui Barbosa, Aquilino Ribeiro, ou outros, em virtude de nossa exclusiva culpa por não conhecermos nossa língua materna (FARIA, 1958, p. 14). O conselho de Octávio de Faria? “Lê-lo, realmente lê-lo, sem o preconceito dos que preferiram renegá-lo ou a má fé dos que, não podendo compreendê-lo, resolveram ignorá-lo” (FARIA, 1958, p. 14).

Lopes levanta questionamentos interessantes, que valem ser repensados: a geração de 1922, ao negar a obra de Coelho Neto, foi capaz de construir um novo ideário no tocante à literatura nacional ou permaneceu diante dos mesmos problemas já levantados pelo Autor: a necessidade de valorização nacional, a pobreza cultural, a falta de uma língua autônoma? (LOPES, 1997, p. 4); logo, “ler Coelho Neto não significa apenas uma questão de gosto estético, mas uma tomada de posição cultural diante de nosso passado literário” (LOPES, 1997, p. 7).

Muitos dos elogios que o Autor recebeu, quando ainda em vida, partiram de amigos, talvez pela pessoa que suas memórias dizem ter sido: amigo, companheiro, catapultador de talentos incipientes. Não se pode negar, no entanto, que, apesar da dificuldade para ler algumas de suas obras, Coelho Neto consegue iluminar o passado brasileiro, revelando os nomes dos que colaboraram para que os escravos fossem libertos em definitivo; informações que não estão presentes nos livros didáticos de História. Ao mesmo tempo, algumas dessas mesmas pessoas igualmente contribuíram para a mudança de regime e para denunciar os desmandos oriundos da ditadura implantada por Floriano Peixoto, o segundo presidente brasileiro.

Em virtude de textos publicados em jornais, muitos colegas de profissão foram presos ou até deportados para locais inóspitos para que se calassem, tamanha influência tiveram perante o público-leitor da época. Mais uma vez, a interseção entre História e Literatura mostra-se condição *sine qua non* para que se preencham as lacunas que a historiografia oficial

brasileira deixou. Comenta-se muito acerca das prisões políticas ocorridas no período getulista e quando do Golpe Militar de 1964, porém, na República Velha, essa situação também ocorreu, envolvendo não só homens do povo, mas também, e principalmente, os artistas e os intelectuais pelo alcance que suas ideias têm, prática recorrente quando se instaura uma ditadura.

Marcos Antônio de Moraes registra o que disse Manuel Bandeira, concluindo carta de 13 de setembro de 1925 a Mário de Andrade, referindo-se à conferência que Coelho Neto proferiu antes da apresentação de Heitor-Villa Lobos, no Instituto Nacional de Música do Rio de Janeiro, em 22 de setembro. Espantado, Bandeira diz que Villa Lobos estava de “concubinagem” com o Príncipe dos Prosadores Brasileiros. O evidente paradoxo causou certo mal-estar, pois colocou um dos ícones do “passadismo” em larga camaradagem com o músico “genial”, estandarte dos vanguardistas da Semana de 1922. Essa relação ímpar provocou reservas e apartes no grupo modernista (MORAES, 2007, p. XVIII).

Para que deixasse claro sua posição assumida desde sempre, mesmo se relacionando bem com o músico modernista, registram-se as palavras de Coelho Neto, nesse discurso de abertura:

[...] para que não insistam em arrolar-me em bandos, declaro que **não sigo bandeiras nem pendões, que não tenho compromisso de escolas**, que faço livremente o que entendo, que sou eu, enfim, e só! Ou em latim, que é mais grave: *Ergo sum qui sum*. E tal como sou é que devo ser julgado (COELHO NETO, 1922, apud MORAES, 2007, p. XX-XXI, grifo nosso).

2 RIO DE JANEIRO, O PALCO DAS MUDANÇAS: OS INTELLECTUAIS NAS RUAS DA CAPITAL FEDERAL

Este capítulo retoma alguns dados acerca da história do Rio de Janeiro, a passagem da condição de sede da capitania, desde o tempo do Brasil Colônia, para a de *município neutro* da Corte, o qual respondia diretamente ao regente Dom João VI. A cidade passou por mudanças significativas não só no que tange ao formato administrativo, mas também à estrutura física. Era o destino dos estrangeiros e dos migrantes de outros Estados e, da mesma forma, o centro para onde convergiam as novidades europeias.

Essa digressão é necessária para que se possa entender de que forma essa cidade foi ganhando corpo e visibilidade no cenário nacional, centralizando o poder administrativo do país e, por extensão, o modelo de vida cultural que se espalhava pelo restante do território brasileiro. Igualmente, porque foi palco de muitas obras ficcionais, ou não, que tentaram idealizá-la, transformando-a em *cidade maravilhosa*, perífrase dada por Coelho Neto, igualmente o título de uma coletânea de contos seus, publicada em 1928.

Pelas ruas do Rio de Janeiro, não tão feliz, tampouco maravilhoso, andavam e, até, vagavam, muitos letrados e intelectuais dispostos a viver da pena e transformar para melhor não só essa cidade, mas também o país e, quiçá, o mundo. São os personagens de *A conquista* (1899), narrativa que mostra como esse grupo ilustrado lutou para que fosse extinta a escravidão, uma volta à barbárie. Ao mesmo tempo, a compra e a venda de seres humanos denegriam a imagem da cidade que pretendia ser uma filial de Paris, modelo de progresso e de perfeição.

Esse romance é analisado na sequência, mostrando como esses rapazes encontraram-se e uniram-se. São retratadas suas aventuras juvenis, a força de suas palavras, seus estudos, que muitas vezes foram abandonados em virtude da militância política. Entre eles havia um denominador comum: o desejo de o país desligar-se totalmente de Portugal; todavia, para tanto, era necessário alterar a forma como o país era governado. Muitos deles se rebelaram contra um monarca obsoleto e cansado e, mais uma vez, emprestaram sua voz aos que queriam a proclamação da República.

A confraria tinha em comum o desejo de ver a arte e a cultura predominarem na literatura brasileira, vivenciar a alfabetização das crianças para que se formassem gerações

posteriores mais iluminadas, limpar a corrupção que já grassava no meio político, elevar o nível cultural do país. Eram homens eruditos, viajados, reconhecidos no país e no exterior, mas em muitas ocasiões tiveram de prostituir seus talentos, escrevendo diuturnamente para garantirem uma refeição ao dia. Vendiam ou penhoravam seus pertences para quitarem suas dívidas e foram explorados por editores gananciosos. O idealismo, no entanto, não compra o alimento, a moradia decente, não sustenta uma família numerosa – situação comum naqueles tempos –, tampouco a dignidade e, em virtude disso, muitos subverteram suas idiossincrasias para “viver de escrever em um país em que ler sempre foi um luxo” (OLIVEIRA, 1993, p. 68).

2.1 A mudança de sede

O panorama econômico dos fins da fase colonial brasileira era desalentador: o ouro esgotara; o açúcar sofria com a concorrência antilhana; o algodão enfrentava a concorrência do sul dos EUA; o pau-brasil já não era mais extraído para exportação, e o cacau, o café e a borracha ainda não tinham aparecido no sistema produtivo. A atividade manufatureira havia sido proibida, assim como o ouro e o gado estavam se tornando um fator de povoamento do interior do Nordeste e do Sul (LOPEZ, 1987, p. 14). A atividade produtora brasileira, em plena decadência, concentrava-se no litoral nordestino brasileiro, por isso, em 31 de agosto de 1763, o ministro português Marquês de Pombal transferiu a capital do Brasil Colônia da cidade do São Salvador da Bahia de Todos os Santos para São Sebastião do Rio de Janeiro (LOPEZ, 1987, p. 24).

Contribuiu, igualmente, à mudança de sede, a descoberta das minas de pedras e metais preciosos no Centro-Sul do país. As características físico-geográficas do Rio de Janeiro melhorariam a fiscalização e o envio dessas novas riquezas a Portugal, bem como o controle de impostos. A Baía da Guanabara oferecia um abrigo natural à nova capital e também favorecia a instalação de fortificações para defender a cidade contra a entrada de navios invasores (IBGE CIDADES; PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO).

A chegada da família real portuguesa, em 1808, promoveu grandes transformações na cidade, porque suas construções eram antigas e sua infraestrutura muito precária para abrigar o rei de Portugal e os seus muitos súditos. Não só o aspecto físico do Rio de Janeiro foi alterado, mas também a legislação: o Alvará de 05 de abril de 1808 criou a Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil, dando ao intendente geral de polícia as atribuições

idênticas às de prefeito (IBGE CIDADES). Antes da vinda da família real, o Brasil apresentava panorama típico de uma colônia e impérios ibéricos. Portugal sempre proibiu a formação de órgãos de imprensa ou de Universidades porque, mantendo o atraso cultural interno, a Metrópole prolongava o mais possível a dominação política e econômica (LOPEZ, 1987, p. 14).

A presença da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, coincidindo com a transferência do centro das decisões políticas do Nordeste para o Sudeste, funcionou como um núcleo catalisador que acabou com a dispersão das classes dominantes brasileiras. Um governo centralizado fez essa diminuta parcela da população tomar consciência de seus interesses comuns como classe, estimulando o embrião da nacionalidade (LOPEZ, 1987, p. 20).

A população da cidade do Rio de Janeiro, antes da chegada da Corte,

girava em torno de cinquenta mil almas, dentre eles muitos escravos, sendo até então superada demograficamente pela antiga capital soteropolitana. Porém passados cerca de dois anos após a chegada da Família dos Bragança acompanhada de seu séquito real, a população carioca tornara-se numericamente superior à baiana chegando a um quantitativo de 113 mil pessoas em 1819 (SILVA, 2010, p. 37).

Sendo sede da antiga capitania do Rio de Janeiro, e também capital da província do mesmo nome, a cidade separou-se da província em 1834, por meio do Ato Adicional à Constituição de 1824 (Carta Outorgada). O Rio de Janeiro, então, passou a ser *município neutro* da Corte, ligado diretamente à administração imperial (IBGE CIDADES; PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO).

O Rio de Janeiro permaneceu como capital do país, enquanto a província passou a ter a mesma organização político-administrativa das demais, tendo sua capital na *Vila Real da Praia Grande* que, no ano seguinte, passou a se chamar Niterói. À cidade do Rio de Janeiro, foi criada uma Câmara Municipal, que cuidaria da vida da cidade sem interferência do presidente de província e, em 1889, após a implantação da República no Brasil, continuou sendo a capital nacional. O então *município neutro* transformou-se em Distrito Federal. Entre 1893 e 1903, a capital do Estado do Rio de Janeiro foi transferida para a cidade de Petrópolis, em virtude da ameaça de invasão da cidade de Niterói pelos revoltosos da Revolta da Armada, em 1893 (IBGE CIDADES; PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO).

No plano administrativo, o governo de D. João VI criou inúmeras repartições, reproduzindo o que existia em Portugal, implantando o gigantismo burocrático. Ao romper com Portugal em 1822, não foi preciso montar uma estrutura administrativa interna para o novo Estado que nascia (LOPEZ, 1987, p. 20). Criaram-se igrejas, prédios e instituições para darem suporte à família que lá chegara. A cidade do Rio de Janeiro iniciava, então, um período civilizatório. Após algum tempo, por meio das remodelações, a cidade era portadora de características minimamente dignas de uma capital imperial, tornando-se ambiente propício para a vinda de inúmeras companhias artísticas e científicas, como foi o caso da Missão Francesa, em 1816. Não bastava dar à cidade uma condição física embelezada, era preciso dotá-la de condições culturais com base no referencial europeu (SILVA, 2010, p. 39).

Dom João VI tornou mais refinada a sociedade do Rio de Janeiro, renovando o plano cultural e sofisticando os hábitos de consumo. Nasceu a imprensa (*Gazeta do Rio de Janeiro*) e foram fundadas a Biblioteca Nacional, as Academias de Medicina do Rio de Janeiro e de Salvador, e a Escola de Belas Artes, proporcionando grande progresso cultural e educacional, embora para as elites. No plano financeiro, surgiram o Banco do Brasil e o Erário Régio ou Casa da Moeda. Esses avanços alteraram o *modus vivendi* do Rio de Janeiro porque no Brasil, no início do século XIX, predominava uma sociedade concentrada em determinados pontos do litoral, dispersa em outros e rarefeita no interior. Apesar da existência de cidades e de ter florescido uma vida urbana em Minas Gerais, prevalecia o sistema de vida agrária. A sociedade urbana era mero prolongamento da sociedade rural em um ambiente de maior concentração populacional (LOPEZ, 1987, p. 20).

Os “homens bons” que constituíam, habitualmente, as câmaras municipais vinham da elite agrária ou eram seus porta-vozes (LOPEZ, 1987, p. 13). Pessoas das altas camadas agrárias passaram a ocupar espaços públicos, constituindo-se de um círculo restrito, em que se mesclaram poder econômico, político, cultura e saber. Inúmeras foram as vezes em que um encontro social era pretexto para fortalecimento de laços políticos ou econômicos dos organizadores (SOARES, 2010).

Durante o século XIX, o Rio de Janeiro foi palco de grandes acontecimentos políticos. A independência do Brasil foi consolidada e o Primeiro e o Segundo Reinados foram sediados nessa mesma cidade. Ao fim desse século, também foi o lugar em que o decreto que acabava com a escravidão foi assinado, em 1888. No ano seguinte, uma mobilização militar foi responsável por derrubar a ordem imperial e instalar o regime republicano em nosso país.

Apesar da mudança de governo, o Rio de Janeiro permaneceu a capital do Brasil até a transferência para Brasília, em 1960.

2.2 Rio de Janeiro: sociedade e cultura

À época da primeira publicação romântica brasileira (*Suspiros poéticos e saudades*, de Domingos José Gonçalves de Magalhães, 1836), D. Pedro I havia retornado a Portugal, e o Brasil era um país independente. O Romantismo trouxe consigo o nacionalismo e a exaltação da pátria; porém, a monarquia brasileira, na presença de D. Pedro II, vinculava-se conscientemente aos valores culturais da Europa burguesa, de onde provinham os produtos manufaturados e para onde se vendia o café. “D. Pedro II, sintomaticamente apelidado de ‘neto de Marco Aurélio’, por um expoente da cultura burguesa europeia, Victor Hugo, dá mais a ideia de um monarca do Velho Mundo do que de um governante do Brasil” (LOPEZ, 1987, p. 64).

Acrescenta Roberto Ventura:

D. Pedro II já havia se empenhado em dotar o Brasil de uma cultura moderna. Apoiou, como mecenas e interlocutor, o grupo romântico, de orientação católica e monárquica, patrocinou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – criado em 1838, com a missão de pensar a história pátria, apoiando a consolidação do Estado nacional e a preservação da sua unidade política e territorial (VENTURA, 1991, p. 41).

As melhorias consolidadas na infraestrutura da cidade propiciaram o aumento do comércio, aliado às inovações tecnológicas nos mais variados campos urbanos. Essa repaginação do Rio de Janeiro não apenas facilitou (ou até “empurrou”) a expansão populacional para o subúrbio, mas também viabilizou a vivência das novidades estrangeiras – quase sempre europeias – de novas diversões desejadas pela aristocracia (SOARES, 2010). Associado a um processo crescente de europeização, o escol refinou-se, aumentando mais ainda a distância social em relação à grande massa do povo.

Essa elite dirigente não era exatamente composta de uma nobiliarquia hereditária, mas forjava-se por comprovação de serviços prestados. Essas pessoas encontraram, no período compreendido entre 1840 e 1870, um próspero caminho para a instauração do conceito de civilidade que, na visão da época, acompanhava tais reformas (SOARES, 2010). O Rio de

Janeiro modernizava-se e perdia, paulatinamente, os acanhamentos provincianos: a Corte divertia-se com novidades como as touradas, cavalhadas, os torneios, rodeios e saraus musicais. “No restrito círculo de uma aristocracia parasitária, desenvolvia-se uma brilhante cultura do ócio mundano” (LOPEZ, 1988, p. 14).

Surgiram, pois, novas formas de sociabilidade, baseadas nos grandes centros europeus. O espaço da rua foi invadido pela multidão; porém, não mais restrito ao mundo masculino a despeito do padrão de comportamento consolidado pela família patriarcal agrária. Percebia-se, mais e mais, a presença das mulheres nas ruas centrais – em especial a Rua do Ouvidor² – novo lugar de encontro, de exposição pública, de diversão, de satisfação dos desejos consumistas e de interação social (LIUTI, 2007, p. 86).

Acrescenta a autora:

A Rua do Ouvidor foi comparada às ruas elegantes de Paris e pode ser definida como a superposição de Paris sobre a cidade do Rio de Janeiro, esta como periferia do mundo e aquela como local em que já se consolidava o sistema capitalista. A Rua do Ouvidor pode ser vista como metonímia espacial do Rio de Janeiro, talvez, até do Brasil urbano, no século XIX, sob a perspectiva das elites e não do povo em geral. A Rua do Ouvidor [...] simboliza a própria cidade que tentava mudar conforme padrões cosmopolitas, notadamente parisienses, na tentativa de superar a História de colonização do Brasil e tornar a cidade um reduto da elite que se dizia francesa, ideal de imagem procurado naquele momento (LIUTI, 2007, p. 87).

Conforme Brito Broca (2004, p. 143), Paris exerceu forte influência em nossa vida literária, por isso não seria de admirar que vivêssemos, vestíssemos e escrevêssemos pelas receitas parisienses. A França e, sobretudo, sua capital, ditou as regras ao mundo europeu e ocidental nessa época, tornando-se o centro de atração da humanidade, o maior empório de prazer do planeta, sendo o paradigma do belo. A literatura de Zola, Maupassant, naturalistas, simbolistas, impressionistas projetou no mundo o livro francês, a moda francesa, o gosto francês. Paris ditava figurinos e fórmulas, seduzindo os povos.

A cidade do Rio de Janeiro, na virada do século XIX para o XX, embora já tivesse o *status* de Capital do país, necessitava de reformas urgentes, pois sua infraestrutura não

² Nascida de um desvio do mar, ainda no século XVI tornou-se uma das vias definidoras da capital da América portuguesa, constituindo-se no eixo da vida econômica, política e intelectual e mundana no século XIX. A rua fora aberta em 1568, denominada de *Desvio do mar*. Em 1870, recebeu o apelido de *Rua do Ouvidor* por abrigar o ouvidor Francisco Berquó da Silveira, oficial de justiça da cidade. Em 1897, foi renomeada para *Rua Moreira César*, mas o nome não foi aceito pela população, que eternizou o nome dado em 1870 (MENDES; SILVA, 2010).

comportava os emigrantes de todas as partes do Brasil que para lá se dirigiam. O cais do porto, não obstante a bela paisagem natural, impedia o desembarque dos estrangeiros. Esse local prolongava-se sobre terrenos alagadiços, onde o mosquito transmissor da febre amarela encontrava abrigo. Doenças como o cólera, a febre amarela e a varíola tornaram-se verdadeiras endemias, afastando do Rio de Janeiro aqueles que pretendiam lá chegar (NOSSO SÉCULO, 1980, p. 26).

A cidade precisava ser remodelada, colocando abaixo as construções improvisadas, alargando as avenidas e, sobretudo, ser saneada para que pudesse equiparar-se à bela Paris. Ao mesmo tempo, os escritores superestimavam a transformação da cidade, atribuindo ao Rio, em contos, romances e crônicas, ambientes que não existiam. Os velhos costumes recuaram à zona suburbana, criando-se, portanto, um antagonismo entre os bairros aristocráticos e o subúrbio (BROCA, 2004, p. 38).

2.2.1 Cenário das produções literárias

O Romantismo foi a escola literária do Brasil Império, refletindo, de modo direto ou indireto, as expectativas, os projetos, as contradições e os conflitos que envolveram as elites brasileiras no processo de consolidação da independência e de construção de um novo país. Essa postura explica certas características marcantes que, embora influenciadas pelo Romantismo europeu, aqui ganharam feição especial, como o nacionalismo e o indianismo de Gonçalves Dias e o engajamento social e político de Castro Alves.

Nas décadas de 1850 e 1860, verificou-se o florescimento da prosa de ficção, que se tornou uma mania, visto o afã com que eram acompanhados os romances de folhetim. Autores como Joaquim Manoel de Macedo, Bernardo Guimarães e, principalmente, José de Alencar povoaram a imaginação e os sonhos dos brasileiros, sobretudo os dos jovens da Corte. Quanto aos temas, os prosadores românticos procuraram abster-se de diversos aspectos “menos nobres” da vida brasileira; no entanto, conferiram novo tom à vida na cidade, à análise psicológica e comportamental, ao indígena e aos episódios da História do Brasil. Os escravos, quando apareciam, eram apenas figurantes ou descaracterizados. O romance *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, é um exemplo, pois denuncia a vida infame não dos africanos cativos, mas de uma escrava branca.

O teatro, considerado o principal espaço de diversão pública noturna da Corte brasileira, em meados do século XIX, apresentava em seus palcos músicas, peças teatrais e

atrações circenses. Além de simples divertimento e espaço de sociabilidades, o teatro assumiu um papel significativo dentro do projeto civilizatório que inspirava o imaginário da elite letrada do Império. A necessidade de se criar uma nação para o novo Estado que se formava era questão fundamental; logo, a aristocracia procuraria cultivar e promover a imagem de uma localidade europeia transplantada para o Brasil. O teatro passou a ser visto como um símbolo de civilização, como um importante papel a ser cumprido: difundir os ideais de bom gosto e moralidade às plateias, tentando inserir o Brasil no rol das nações ocidentais evoluídas (AMORIM, 2010). Embora já houvesse encenações das peças de Martins Pena, Castro Alves, de José de Alencar e de outros escritores, foi a partir de Artur Azevedo que o teatro brasileiro ganhou fôlego e conquistou o público.

Joaquim Manoel de Macedo e José de Alencar assumiram “papel vital à consolidação da identidade nacional” (MATTA, 2003, p. 261). Ao mesmo tempo em que retrataram a família burguesa, esses autores disseminavam uma moral que tinha a intenção de refinar a sociedade e, por consequência, levar a nação ao progresso. Fiéis à escola que adotaram, Alencar e Macedo idealizaram as famílias, os lugares, a natureza, a civilidade dos cariocas, punindo os maus e coroando de glórias as moças e os rapazes que seguiam as normas impostas pela sociedade burguesa. Da mesma forma, muitos autores de diversas escolas literárias, como Manuel Antônio de Almeida, Machado de Assis, Aluísio Azevedo, Lima Barreto e outros também elegeram a cidade do Rio de Janeiro como cenário para suas narrativas. O objetivo deste estudo, no entanto, não comporta que sejam analisados, tendo em vista que se tangenciaria o tema proposto sem dar a merecida importância a cada um deles.

2.2.1.1 Joaquim Manoel de Macedo

Apesar da grande aceitação entre seus leitores contemporâneos, a obra de Macedo foi, posteriormente, alvo de crítica severa por causa de seu condicionamento ao gosto popular, compondo sempre os mesmos esquemas que lhe garantiam sucesso junto ao público-leitor. Muitos autores, no entanto, apontam Macedo como um bom cronista do Rio de Janeiro do Segundo Reinado, capaz de descrever a vida social e familiar com fino senso de observação.

Seu *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro* (1862-63), composto por dois volumes, é um livro de crônicas publicadas primeiramente no *Jornal do Comércio*, entre 1862 e 1863. Cada capítulo do livro ou crônica corresponde a um passeio realizado em algum ponto da cidade. O autor descreveu as características físicas e históricas do Rio de Janeiro de forma diferenciada. O primeiro volume é um registro poético sobre a história e os usos de alguns

lugares do Rio Imperial. Macedo narrou com imaginação a origem do Passeio Público, seus usos pela comunidade e as mudanças pelas quais passou (SIQUEIRA, 2014). Esse local era frequentado pelas famílias burguesas, que ali desfrutavam de momentos de descontração e lazer coletivo. O autor também criticou a falta de preservação da memória pelo brasileiro, que alterava seus espaços públicos, trocando-lhes inclusive o nome, sem se preocupar com seu sentido simbólico para as gerações passadas a ser transmitido às gerações futuras (SIQUEIRA, 2014).

Memórias da Rua do Ouvidor (1878), outro livro desse autor, traz informações acerca do Rio de Janeiro do século XIX. Macedo registrou desde a criação da rua, quando era apenas um “desvio”, passando por descrições no tempo de D. João VI, comentando sobre lojas, jornais, hotéis, fatos referentes à história do país que têm conexão com a rua, até chegar à Rua do Ouvidor de seu século. Usou, nesse relato, um dos artifícios que os românticos adotaram em seus romances: tradições colhidas em “velhos manuscritos”. Em outras palavras, o autor levantou fatos históricos, nomes de estabelecimentos, localizações precisas, mas contou histórias de personagens que por ali passaram, os quais não se sabe se são reais. Narrou muitos casos, episódios, anedotas, em um tom displicente e, ao cabo de uma série de capítulos, todo o Rio de Janeiro de tempos idos é incorporado à imaginação e à sensibilidade do leitor (SIQUEIRA, 2014).

Peculiar é o momento em que Macedo fala que a Rua do Ouvidor era povoada de diversas lojas de perfumarias e, por consequência, deveria ser a rua mais bem cheirosa entre todas as da cidade do Rio de Janeiro; porém, esses odores ficavam presos em frascos. A rua à noite, principalmente das vinte horas em diante, era horrivelmente miasmática. Conta o autor sobre os *tigres*. Os dejetos orgânicos das casas eram acondicionados em barris não tampados que escravos levavam ao mar. Por ser a Rua do Ouvidor reta e de fácil comunicação com a praia, era uma das mais frequentadas pelos condutores dos repugnantes barris, das vinte horas até às dez da manhã. A esses barris o povo deu a denominação de *tigres*, e os carregadores eram os *tigreiros*. Parte do conteúdo desses tonéis caía sobre a pele do escravo, de modo que suas costas, em virtude da ureia, tinham manchas semelhantes às dos tigres, daí o apelido. Outra versão encontrada para *tigres*, *tigreiros* dá conta do pavor que a população sentia ao vê-los, pelo odor nauseabundo que exalava dos tonéis. Como se fossem feras, todos fugiam deles.

A crítica, na maioria das vezes, não se lembra do Macedo cronista e observador dos costumes da cidade do Rio de Janeiro. Esse esquecimento diminui a avaliação de sua produção literária por serem citados apenas seus romances, ao estilo “água com açúcar”, mais famosos, como *A Moreninha*, *O moço loiro* e *A luneta mágica*, deixando de lado essa outra faceta de sua fortuna crítica (PEDRUZZI, 2007).

2.2.1.2 José Martiniano de Alencar

Alencar nasceu em Mecejana, no Ceará, mas viveu sua maturidade literária no Rio de Janeiro e, entre as décadas de 1850 e 1870, produziu a maior parte de sua obra, momento de deslumbramento da sociedade com as novas atividades sociais e culturais (SOARES, 2010). Se, na década de 1840, coube a Teixeira e Souza e a Joaquim Manoel de Macedo o papel de pioneiros, foi José de Alencar que ampliou os modelos do romance romântico brasileiro, diversificando os temas e dando-lhe uma qualidade superior.

Em um de seus romances urbanos, *Lucíola* (1862), Alencar trouxe situações reais vivenciadas pelos habitantes do Rio de Janeiro. Os pais de Maria da Glória, ou Lúcia, codinome da protagonista, adoeceram em decorrência da febre amarela que matou milhares de brasileiros (por volta de 1850), em especial os que moravam nas regiões portuárias, como o Rio de Janeiro. A doença atingiu a camada mais pobre da população, que não possuía recursos para arcar com o tratamento (LIUTI, 2007, p. 136). Em decorrência dessa enfermidade que ameaçava a vida de seus familiares, Maria da Glória necessitava de dinheiro para pagar as medicações; obteve a quantia por meio de favores sexuais prestados a seu vizinho. Expulsa de casa pelas mesmas pessoas que ajudara a recuperar a saúde, transformou-se em Lúcia, a cortesã que circulava pela Rua do Ouvidor, obedecendo às convenções da moda francesa.

Em 1857, foi encenada, no teatro Ginásio Dramático, uma peça de José de Alencar, intitulada *O Rio de Janeiro – verso e reverso*. Nela, a capital imperial brasileira foi analisada pelo olhar de um jovem estudante, Ernesto, que vivia em São Paulo e veio passar suas férias no Rio de Janeiro, ou seja, o depoimento de um “estrangeiro”. Em um primeiro momento, o estudante analisa a cidade pelo seu verso, pelo seu estranhamento e pelo seu exotismo; a crítica tende a ser predominante em seu discurso (AMORIM, 2010).

Amorim (2010) afirma que essa peça pode ser uma chave de leitura do cotidiano do Rio de Janeiro dos anos 1800. O cenário do primeiro ato é uma loja da Rua do Ouvidor, montada com o luxo e o gosto francês. Ernesto chegara havia pouco ao Rio de Janeiro para

passar suas férias e, nos primeiros oito dias, não conseguiu acostumar-se com a vida na Corte, com a cidade e nem com a sociedade. Viu-se diante de várias situações, com as quais não estava habituado em São Paulo: o trânsito das ruas, a lama que nelas se formava, a multidão que passeava por suas calçadas.

Para Ernesto, os folhetinistas que escreviam semanalmente nos principais jornais da época traçavam uma falsa imagem da cidade, porque a retratavam como um local onde predominava o luxo e a elegância, ou seja, uma filial de Paris. Para o estudante, a cidade era caótica por não ter o controle dos órgãos oficiais sobre o comportamento da sociedade. A Rua do Ouvidor parecia um local sem lei nem ordem, onde se multiplicavam sujeitos que ganhavam a vida tirando proveito dos outros. Segundo Ernesto, a nobreza e a decência passaram longe dali.

Na continuidade da peça, Ernesto iria se instalar na casa de seu tio Teixeira (um capitalista); entretanto, diante de sua decepção com a cidade, resolveu voltar para São Paulo. Antes do retorno, porém, encontrou com Júlia, sua prima, pois filha de Teixeira, e contou a ela o porquê de sua repulsa pela cidade:

É não ter um momento de sossego, e estar obrigado a resguardar os pés de uma carroça, o chapéu de um guarda-chuva, a camisa dos respingos de lama, e o ombro dos empurrões [...]. Não me fale na tal Rua do Ouvidor! Se o Rio de Janeiro é um inferno, a Rua do Ouvidor é um purgatório de um pobre estudante de São Paulo que vem passar suas férias na Corte (ALENCAR, 1977, p. 18-19).

Relativamente ao título da peça, o *verso* corresponderia aos aspectos negativos do Rio de Janeiro e o *reverso*, às vantagens da cidade maravilhosa. O segundo ato passa-se na casa de Teixeira, em Laranjeiras, no último dia de estada de Ernesto na Corte. Distanciado do burburinho do centro, a impressão acerca do Rio pareceu-lhe outra. Amparado pelo capitalista, foi possível ter acesso aos lugares com maior comodidade e conforto, comer e viver bem. Para motivar ainda mais o jovem, a beleza de sua prima suplantava suas agruras iniciais e modificava suas primeiras impressões da cidade, a qual se tornou maravilhosa.

Antes de Ernesto partir, sua prima perguntou-lhe o que, finalmente, achara do Rio de Janeiro, momento em que se percebe a mudança completa do discurso inicial do rapaz. Apaixonado por sua prima, transferiu esse amor para a cidade. O caos, de que reclamara o estudante, no entanto, foi sempre relacionado aos pobres; a maravilha, à riqueza. Os opostos

convivem lado a lado dentro da história e também na realidade do Rio de Janeiro daquela época. Nessa peça, diferentemente da prosa de Alencar, a cidade é mostrada por outro ângulo, um olhar que a elite fazia questão de não perceber, os diversos tipos sociais que compunham parte da sociedade da capital brasileira, não habituais nos romances românticos: as crianças que trabalhavam, os pedintes, os malandros e os escravos que se ocupavam do trabalho que ninguém queria fazer (AMORIM, 2010).

No período que compreende as décadas de 1870 e 1880, o debate público brasileiro opunha reformistas e tradicionalistas. Não havendo campo político intelectual autônomo no Brasil de então, o conflito corria sobreposto em livros, periódicos e em palanques. Conviviam os tradicionalistas – membros da elite cultural no comando político e social do regime, baluartes das instituições monárquicas e da tradição que a legitimava e, dentre eles os românticos que idealizavam o local onde viviam e o país. Concomitantemente, havia os reformistas – letrados marginalizados pelas instituições políticas do Segundo Reinado que buscaram, no repertório político-intelectual europeu, armas para criticar o estado de coisas que bloqueava seus projetos e demandas (ALONSO, 2009, p. 132).

2.3 Palco catalisador de mudanças

O falecimento de José de Alencar (1829-1877) e de outros românticos, pouco antes ou logo depois do marco de 1880, deixou uma lacuna nas letras nacionais, que em seguida foi preenchida pela geração literária de Olavo Bilac e Coelho Neto. Ainda lhes faziam companhia Machado de Assis, que transitara pelo Romantismo, e outros se sobressaíam, como Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, constituindo a vigência intelectual dominante no período. Assim caminhou a literatura nacional até que a morte levasse os mais velhos e a crítica modernista viesse subverter os padrões estéticos e os holofotes individuais quando da revolução literária de 1922 (MACHADO NETO, 1973, p. 127).

O estudo literário do Rio de Janeiro atém-se na virada do século XIX para o XX (SILVA, 2002, p. 8), desprezando o contexto das alterações republicanas dos dois primeiros mandatos e o período que antecedeu a abolição até a eleição de Prudente Moraes por parecer não se mostrar muito profícuo, detendo-se aos anos anteriores e posteriores à década de 1890. Néelson Werneck Sodré comenta, acerca do período: “É uma fase em que [...] os escritores estão presentes, na campanha republicana, na campanha abolicionista, na campanha de consolidação do novo regime – uma intensa atividade intelectual e uma intensa participação

do escritor na vida e no que ela apresentava à sua escolha” (SODRÉ, 1988, p. 432). Esclarece ainda que, devido à ausência da indústria do livro, “atividades de escritor e jornalista se confundiam na mesma pessoa, via de regra; separam-se, mas o escritor é uma peça ainda importante na imprensa, desempenha nela um papel, tem um lugar, do que lhe resulta proveito como escritor” (1988, p. 433).

Conforme esclarece Sodré, diante desses contrastes, a atividade intelectual começou encontrar novo sentido, mas ainda imatura e despreparada, guardando muito do velho, e mal recebendo influências do novo. “A fase é de intensa atividade da inteligência, desencontrada, sem dúvida, hesitante, atraída em muito pelas soluções enganadoras e aparentes, embalada de contribuições externas, vinculada a modelos distantes” (SODRÉ, 1988, p. 431). Os brasileiros que conseguiam acessar o estudo superior somente o faziam por sua estada em Portugal e, conforme assinala Franklin de Oliveira, justamente em um país em que “a Renascença não chegou” (OLIVEIRA, 1993, p. 18). Ironicamente, cita Coimbra, a qual se conhece pelas obras de Eça de Queirós, como a fonte onde beberam nossos intelectuais. O cânone de nossos escritores, logo, continha algo de anacrônico em virtude do modelo ao qual se filiavam (OLIVEIRA, 1993, p. 24).

O Rio de Janeiro era a vitrine para quem almejava a profissão de escritor. De lá saíam as obras que se espriavam por todo o território. Nicolau Sevcenko sublinha que, “desde praticamente o início da campanha abolicionista até o início da década de 1920, quase toda a produção literária nacional era voltada para aquela cidade ou tomando-a em conta” (SEVCENKO, 2003, p. 117). Ao mesmo tempo, era para lá que convergiam as novidades da Europa. Com a pretensão de ser uma cidade moderna, baseava-se no paradigma francês, inclusive em suas construções. As roupas, mesmo inadequadas ao clima tropical, seguiam igualmente o “grito da moda” da Cidade Luz. Sevcenko explica que “o advento da República proclama sonoramente a vitória do cosmopolitismo no Rio de Janeiro”, contrastando com o período da Independência “em que as elites buscavam uma identificação com os grupos nativos, particularmente com os índios e com os mamelucos” (SEVCENKO, 2003, p. 51).

2.4 A conquista (1899)

José Maurício Gomes de Almeida afirma que Coelho Neto é, “acima de tudo, um cronista do viver da pequena e média burguesia carioca na virada do século” (ALMEIDA, 1994, p. IX), sendo seus escritos, portanto, material fecundo para que se possa analisar o

comportamento da burguesia incipiente da capital federal perante as mudanças econômicas e sociais ocorridas nos anos finais do século XIX e nos primeiros do século XX. Machado de Assis, em a coluna *A Semana*, texto publicado na *Gazeta de Notícias*, 1895, escreve que “como não se há de só escrever história política, aqui está Coelho Neto, romancista, que podemos chamar historiador, no sentido de contar a vida das almas e dos costumes”.

Consoante Antônio Soares Amora, “os romances da vida carioca [de Coelho Neto] são ricos de interesse para quem deseje sentir e compreender a transformação da sociedade carioca num momento em que o Rio deixava de ser cidade provinciana e começava a ser a Capital Federal”. Complementa que são “sempre cheios de interesse para quem deseja compreender na intimidade a vida mental e moral da nossa ‘gloriosa boêmia’ *fin-de-siècle*” (AMORA, 1965, p. 164).

Coelho Neto, em *A conquista*, romance publicado em 1899, reconstitui a vida literária antes de 1889 no Rio de Janeiro, ainda município neutro, mas já com status de capital federal. Era o local para onde vinham pessoas em busca do sucesso, pois ali chegavam as tendências do Velho Mundo e, ao mesmo tempo, de onde saíam as novidades que iriam influenciar o restante do país. Pode-se dizer que esse romance é o documentário de uma época e de uma geração porque, ao mesmo tempo em que caracteriza um momento da sociedade brasileira, revela a condição dos que viviam da pena (DOMINGUEZ, 1991, p. 132).

Franklin Oliveira acrescenta:

A conquista é um livro que aponta para todas estas possibilidades: um Coelho Neto comprometido com as grandes causas políticas de seu tempo: o abolicionismo e a República. Sendo o romance biográfico da geração de 1889, *A conquista* mostra como Coelho Neto soube tratar o memorialismo na obra de arte. Quando ele sobrepuja a memória, sua ficção corria rente à vida. Nessa obra, revela-se um soberbo retratista: amigos passeiam nessas páginas não como mero participantes da boemia literária finissecular, mas como gente carnalizada, porejando existência autêntica. Essas mesmas virtudes que fazem a sedução e o poder de *A conquista*, reaparecem em *Fogo fátuo*, escrito 30 anos depois do romance da Geração de 89 (OLIVEIRA, 1993, p. 68).

No prefácio dessa narrativa, Coelho Neto afirma que já se passaram quinze anos dos fatos que ele irá contar, logo, essa obra tem como marco temporal o período compreendido entre, aproximadamente, 1884 a 1889. Conforme Marisa Lajolo e Regina Zilberman, no entanto, quando esse romance foi publicado, “o cenário ali retratado já tinha desaparecido,

pois o Congresso aprovara a regulamentação desejada, e estabelecera-se uma instituição como a Academia Brasileira de Letras, disposta a salvaguardar valores como a ‘cultura da língua e da literatura nacional’” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2001, p. 153).

Mesmo produzido em terceira pessoa, *A conquista* centraliza-se em Anselmo Ribas, persona literária de Coelho Neto, dando ao texto um enganoso e superficial distanciamento. Apesar de permitir ao autor “dar vazão a seus projetos literários e ao questionamento de suas próprias manias literárias, Anselmo possuía uma biografia bastante distinta da biografia do escritor. Isto não impede o romance de apresentar-se como um relato de entonação testemunhal” (MURARI, 2011, p. 28).

Complementa Dominguez:

Anselmo Ribas (cada vez mais heterônimo do próprio escritor) e o ambiente físico da narrativa são os únicos elos de fato entre *A capital federal* e *A conquista*. Outro narrador [em terceira pessoa] assume a função delegada àquela personagem do romance de estreia [*A capital federal*] e a habilidade e a segurança que o caracterizam em nada lembram o escritor fiel a uma linguagem preciosa, que tão comumente se vê em Coelho Neto (DOMINGUEZ, 1991, p.132).

A confraria retratada nesse romance é composta por poetas, teatrólogos, jornalistas, intelectuais; enfim, boêmios que viviam na cidade do Rio de Janeiro nos anos em que a campanha abolicionista e o movimento republicano já tinham sido gestados e estavam prestes a acontecer. Anselmo revela as aventuras e as adversidades pelas quais passaram várias personalidades ligadas às letras nacionais, que se agruparam não só para sobreviver, mas também para que tivessem o reconhecimento de seus trabalhos. Estão presentes, também, referências a revistas e a jornais nos quais muitos deles trabalhavam, desde sua entusiasmada idealização até o seu fracasso. Igualmente, nesse romance é dado a conhecer o substancial envolvimento político desses letrados com a abolição. Conforme Bosi, personagens “envoltos em uma aura de *panache* que, no entanto, não chega a ofuscar o verossímil da reminiscência”. Mostram-se “[...] os valores de Coelho Neto, as idiosincrasias do literato [...], as mazelas de uma boemia de jornal e café, que vive entre veleidades políticas e literárias” (BOSI, 1989, p. 226).

Dentre as personagens dessa obra, muitos conseguiram perpetuar seus nomes no elenco de escritores relevantes da literatura do final do século, tais como o próprio autor, Coelho Neto, sob o codinome de Anselmo Ribas. Ruy Vaz será a personificação de Aluísio

Azevedo; Paulo Neiva, Paula Ney; Luiz Moraes, Luís Murat; Octávio Bivar, Olavo Bilac; Fortúnio, Guimarães Passos; Artur, Artur Azevedo; Pardal, Pardal Mallet; Lins, Lins de Albuquerque; Montezuma, Orozimbo Muniz Barreto.

José do Patrocínio, Zé do Pato, foi o líder que incentivou e acolheu muitos desse grupo na redação do jornal *Cidade do Rio*, fundado por ele, dando-lhes emprego e salário, periódico que “fez a parte mais aguda da campanha abolicionista” (BROCA, 1956, p. 12). Ressalta Brito Broca ainda que: “os jornais, proporcionando trabalho aos intelectuais, mesmo quando se tratava de simples rotina de redação, sem nenhum cunho literário, facilitava a vida de muitos deles, dando-lhes um *second métier* condigno. O próprio Bilac fez da imprensa o principal meio de vida” (BROCA, 2004, p. 286).

2.4.1 Aos da caravana, uma homenagem extemporânea

A seguir, o prefácio da obra, denominado de *Aos da caravana*, texto que será mais bem entendido ao final do livro, pois se trata de um “resumo” das páginas que o seguem (COELHO NETO, 2000, p. 2):

Entre os celtas, nos tempos rijos e sanguinários, quando, pelas agrestes montanhas, dia e noite, atroavam buzinas roucas conclamando os guerreiros para a defesa da pátria ou para a partilha dum gamo, enquanto as facas iam talhando a selvagina, ao clarão rubro da fogueira, os file, com os olhos no céu, correndo os dedos ágeis pelas cordas da harpa, recontavam os feitos dos heróis, as beneficências dos gênios e as maravilhas excelentes da terra farta e amável.

Os file eram a “memória” da raça. Porque ainda não surgira o artista imortalizador que gravasse na pedra eterna ou inscrevesse na folha destrutível a tradição nacional, os file guardavam na memória, transmitindo, de homem a homem, não só os hinos improvisados pelos bardos como as lendas do gênio popular, e a história, conservada nesses monumentos orais, ia dum a outro, como a chama dum círio passa a outro círio.

Dividiam-se os file em dez categorias, desde o oblaíro, que apenas sabia sete histórias, até o ollam que repetia de cor trezentas e cinquenta.

Este livro, amigos meus, é mais vosso do que meu, porque na sua composição entrou apenas a minha memória. Como o ollam venho contar aos que surgem a odisseia da nossa mocidade.

Triste, triste foi a nossa vida posto que, de longe em longe, como um raio de sol atravessando nuvens tempestuosas, o riso viesse palidamente à flor dos nossos lábios. Mas chegamos, vencemos... Deus o quis! E, se ainda não tomamos de assalto a praça em que vive acastelada a indiferença pública, já cantamos em torno e, ao som dos nossos hinos, ruem os muros abalados, e avistamos, não longe, pelas brechas, a cidade Ideal dos nossos sonhos.

Mas no dia em que nela pudermos entrar vitoriosos, pisando a verde, macia e cheirosa folhagem, indo repousar à sombra das árvores, perto da frescura e do murmúrio da água, nesse dia, reunidos pela saudade, sacrificaremos, com religioso sentimento, aos manes dos que ficaram adormecidos à sombra dos ciprestes.

É vosso todo este livro, meus amigos. Eu vim seguindo a caravana que a Musa precedia, cantando, como Minam, à frente de Israel, no êxodo. Vim seguindo e apanhando pelo caminho saibroso e seco as gotas de sangue, as gotas de lágrimas, as estrofes sonoras, os arrancados soluços e os suspiros que deixáveis e, durante a marcha, só três vezes paramos, com as liras caladas, os olhos lacrimejantes, para guardar na terra santa os que caíam.

Já lá vão quinze anos de sonhos e de sofrimentos!

Eis-nos acampados diante da cidadela e que temos nós? Que tesouro possuímos depois de tão árduo combate? Temos ainda, e só, a moeda com que nos lançamos à aventura: Esperança, e alguns louros na fronte: os primeiros cabelos brancos. Enfim...! Já é muito não havermos perdido a Esperança.

O ollam vai falar. Sursum corda!

O título, *Aos da caravana*, é uma dedicatória a todos que participaram daqueles acontecimentos relevantes da história brasileira e do momento de afirmação da literatura nacional; ou melhor, do reconhecimento da carreira de escritor. Cabe lembrar que a palavra *caravana* denota “grupo que segue junto em uma viagem e/ou participa de um mesmo evento”. Essa introdução pode ser tratada, por isso, como o relato de projetos e batalhas vivenciadas na diegese da ficção, quando se lê: “este livro, meus amigos, é mais vosso do que meu, porque na minha composição entrou apenas a memória”.

O Autor inicia seu texto fazendo referência aos celtas, povo que foi dado a conhecer pelos escritos de autores greco-romanos, tais como Hecateu de Mileto (540-475), Heródoto de Halicarnasso (480-420) e Júlio César. Não se tem até hoje certeza de em que época realmente

viveram, somente que boa parte da população da Europa Ocidental pertencia às etnias celtas até a conquista de seu território pelo Império Romano. Organizavam-se em tribos e são considerados os introdutores da metalurgia do ferro. Fontes clássicas e arqueológicas atestam que os celtas faziam uso limitado da escrita. Há a hipótese de que foram os druidas que proibiram o registro escrito, mas esse fato não pode ser confirmado porque os únicos relatos de que se dispõe são de autoria greco-romana, ou seja, o discurso do dominante em relação ao dominado (SOUZA, 2016).

É muito provável que Coelho Neto, leitor assíduo dos clássicos, tenha deles retirado os dados que expõe nessa dedicatória. Quando se analisa o primeiro parágrafo, podem-se tecer algumas conjecturas: os “tempos rijos e sanguinários” podem ser aqueles no estilo de “Era uma vez...”, sem data definida, quando a barbárie ainda imperava e a força era o motriz das ações. Quando, pela coação, animalizavam-se seres humanos: a ameaça do domínio dos celtas pelos romanos, os quais, como consabido, escravizavam os povos que conquistavam. Diante desse contexto, ao conclamar “os guerreiros para a defesa da pátria”, infere-se que seja o mote para que se faça algo pelo território, pela unidade do grupo, dos celtas contra os romanos; para Coelho Neto, contra o comando português no Brasil. Atualizando a informação, esses guerreiros podem muito bem simbolizar o grupo de amigos do Autor, que se mobilizou por um bem maior, a abolição dos escravos e a troca de regime, monarquia pela República, ou seja, a ruptura definitiva com os conquistadores europeus.

O segundo parágrafo remete-se aos *file*, responsáveis pela memória da raça, pessoas que recontavam os feitos dos heróis. Tal como nas epopeias, quem cantaria as façanhas, “as beneficências dos gênios e as maravilhas excelentes da terra farta e amável”: aqueles que tinham a tarefa de perpetuar a memória. Paul Ricoeur, em *A memória, a história o esquecimento*, assinala que “garantir que tal coisa ocorreu, certificá-la, equivale a uma promessa a respeito do passado” (RICOEUR, 2007, p. 174). O autor observa ainda que a memória de testemunho passa por uma espécie de acoplamento de frases que funcionam como “garantidoras: ‘eu estava lá’, ‘acreditem em mim’, para, posteriormente acrescentar a mais desafiadora: se não acreditam em mim, perguntem a outra pessoa” (RICOEUR, 2007, p. 172-173). No caso em questão, pedir confirmações aos que participaram da ebulição de dois momentos históricos de grande relevância, perpetuados nas páginas de *A conquista*, a abolição e a troca de regime do país (PINHO, 2009, p. 110).

Essa manutenção aproxima o testemunho da promessa, mais precisamente da promessa anterior a todas as promessas, a de manter sua promessa, de manter a palavra. O testemunho vem assim unir-se à promessa em meio aos atos de discurso que especificam a ipseidade em sua diferença da simples mesmidade, aquela do caráter, ou melhor, da forma genética, imutável da concepção à morte do indivíduo, alicerce biológico de sua identidade. A testemunha deve ser capaz de responder por suas afirmações diante de quem quer que lhe peça conta delas (RICOEUR, 2007, p. 174).

Quando Coelho Neto fala em “memória”, já que a escrita, e obviamente a leitura, não era ação comum para os celtas, pode-se, mais uma vez traçar um paralelo com o Brasil do final do século XIX, cuja população, em sua maioria, era analfabeta, sendo a leitura e a escrita proficiente um privilégio para poucos. Por esse motivo, a transmissão do conhecimento “homem a homem”, como a “chama dum círio passa a outro círio”, as luzes do saber, eram propagadas pela oralidade. Mais uma vez, fazendo a correlação com os fatos que Coelho Neto relata, os bardos seriam os intelectuais e os escritores; o grande grupo, o povo brasileiro. O Autor autodenomina-se *ollam*, o celta que “repetia de cor trezentos e cinquenta” histórias. Coincidentemente, Coelho Neto conseguiu publicar mais de uma centena de obras, um feito, no mínimo, espantoso para a época em que viveu. Em virtude disso, tal como esse contador de “hinos improvisados, lendas do gênio popular e a história”, Coelho Neto encarregou-se de passar “aos que surgem” a odisseia de sua mocidade. Indo mais além, foi um escritor que muitas vezes produziu um romance em uma semana (histórias improvisadas, lendas orientais, narrativas místicas) para poder cumprir o prazo dos editores.

Complementa essa análise o que escreve Walter Benjamin, no ensaio *O narrador* (1994), quando afirma que a atualidade carece de alguém que tenha experiência a ser transmitida, ou conselhos para fornecer. Para esse filósofo, um bom orientador é aquele que experimentou vivências em terras distantes ou no mundo próprio, pelo que ouviu ou pelo que lhe foi transmitido pela tradição. Daí a importância da oralidade e do ouvir, trazendo à tona o papel fundamental da memória; logo, um dos papéis do narrador é perpetuar a história, o *modus vivendi* de uma época e/ou de determinado grupo social. Ouvinte e narrador, portanto, empenham-se para conservar e reproduzir o que foi narrado (BENJAMIN, 1994, p. 210).

A sentença “Porque ainda não surgira o artista imortalizador que gravasse na pedra eterna ou inscrevesse na folha destrutível a tradição nacional” também pode se remeter à própria ideia inicial do Autor, que projetou a escrita de uma sequência de livros que pudessem, por meio da ficção, registrar momentos que outros autores não o fizeram. Ao se

buscarem as publicações de seus contemporâneos, encontram-se, sim, alusões ao momento histórico que Coelho Neto rememora, mas não com tantos detalhes e verossimilhança esclarecedora a quem se interesse por esse período da história nacional, asserção que baliza este estudo, validando a leitura da obra coelhoetiana.

Traz à tona a lembrança de que “triste, triste foi nossa mocidade”. Esse trecho só será compreendido pelo leitor quando adentrar no romance, quando então se dará conta de que os personagens são todos bem jovens e vivenciaram a fome e habitações improvisadas. Anselmo, por exemplo, com apenas dezoito anos já lutava pela sobrevivência como escritor, vivendo com os poucos recursos que as letras davam-lhe. Junto com os companheiros, dividiu casa e comida, segredos e planos, lutas e privações. Em muitas ocasiões não puderam frequentar certos locais por estarem devendo o valor relativo à refeição do dia anterior ou pela possibilidade de lá haver algum credor:

Quando se tem o estômago vazio não há luar que valha um bife com batatas fritas. Vamos ao *Coblentz!* Mas o Duarte fez uma careta explicando: que não podia com a cozinha alemã; detestava aquela casa, mais os seus guisados. Não podia tomar ali um copo de cerveja sem lembrar-se de Sedan. Ó Alemanha cruel! Preferia a *Maison Moderne* que lhe dava a impressão de Paris. O romancista fitou-o:
 - Quanto deves à Alemanha?
 - Eu! - e espalmou a mão no peito. Uma miséria: creio que duas ceias e...
 - E então por isso que não queres entrar?
 - Não, mas o meu alfaiate costuma aparecer por ali. [...]
 - Pois, meu amigo, estamos incompatibilizados. Tu não podes ir ao *Coblentz* porque ceaste duas vezes... e o teu alfaiate aparece, eu não posso ir à *Maison* por motivos idênticos (COELHO NETO, 2000, p. 21-22)

Apesar das agruras da época rememorada, nos dias em que o livro foi escrito, muitos dos companheiros já estavam em situação bem melhor: “chegamos e vencemos”; porém, mesmo vitoriosos, ainda “não tomamos de assalto a praça em que vive acastelada a indiferença pública, já cantamos em torno e, ao som dos nossos hinos, ruem os muros abalados, e avistamos, não longe, pelas brechas, a cidade Ideal dos nossos sonhos”. Esse excerto contém a ideia de cerco, de resistência, de “tomada” de algum lugar. A tarefa ainda não estava concluída, pois a população ainda não se dera conta do seu poder, ainda não estava alfabetizada em sua plenitude, o país permanecia cambaleante pela forma como estava sendo conduzida a tão desejada República; logo, não conseguiam vislumbrar a “a cidade Ideal”, o país tão sonhado por todos.

Como um poeta neoclássico, imagina um local utópico, a Arcádia, em que os pastores poderiam vivenciar um lugar feliz, harmonizado com a natureza: “mas no dia em que nela pudermos entrar vitoriosos, pisando a verde, macia e cheirosa folhagem, indo repousar à sombra das árvores, perto da frescura e do murmúrio da água”. Logo, porém, a lucidez alerta que a espera para a concretização dessa quimera pode ser realmente muito longa, pois “já lá se vão quinze anos de sonhos e de sofrimentos”, e continuam “acampados diante da cidadela”, como se em um longo cerco, sem serem ouvidos e sem conseguirem convencer as pessoas de que é possível tornar o Brasil um país melhor. Em discurso no *Pálace-Théâtre*, do Rio de Janeiro, agradecendo a láurea de Príncipe dos Poetas Brasileiros, no banquete oferecido pela sociedade do Rio de Janeiro³, Olavo Bilac comentou o erguimento da profissão intelectual:

Era até então a sociedade que fechava as suas portas aos homens de letras; eram agora os homens de letras que se afastavam dessas portas, com um belo, mas estulto gesto de pouco caso... Destruir essa estultice e esse equívoco, criados e alimentados pelas gerações que precederam a nossa, tal foi, meus companheiros, o nosso melhor trabalho e a nossa maior glória... Transformamos o que era então um passatempo, um divertimento, naquilo que é hoje uma profissão, um culto, um sacerdócio...; tomamos o lugar que nos era devido no seio da sociedade... abrimos, desmoronamos, pulverizamos a pretensiosa torre de orgulho e de sonho em que o artista queria conservar-se fechado e superior aos outros homens; viemos trabalhar cá embaixo, no seio do formigueiro humano (BILAC, 1915, p. 77).

O Autor vaticina tempos melhores, porém, projeta essa vitória para um futuro mais longínquo, quando muitos deles já estariam mortos: “[...] reunidos pela saudade, sacrificaremos, com religioso sentimento, aos manes dos que ficaram adormecidos à sombra dos ciprestes”. No “Adeus da Academia a Bilac”, proferido em 29 de dezembro de 1918, um dia após a morte do poeta, Coelho Neto, entre tantas palavras, lembrou: “Deixa que eu me lembre os annos que vivemos juntos, tão claros e felizes apesar de pobres; tão alegres, apesar de difficeis, porque foram como alamedas de espinheiros floridos [...]” (CARVALHO, 2012, p. 45).

Pergunta o Autor: “Que tesouro possuímos depois de tão árduo combate? Temos ainda e só, a moeda com que nos lançamos à aventura: a esperança e alguns louros na frente: os primeiros cabelos brancos”. Mais uma vez está marcada a passagem do tempo, as cãs simbolizando, igualmente, a madureza, o envelhecimento e, a pior das hipóteses, o desencanto

³ “Mais tarde, as comemorações continuariam na casa de Coelho Neto, que ficava na Rua do Roço” (LEE, 2004, p. 31).

ao ver que pouca coisa mudou. O diálogo entre Fortúnio e Anselmo, em *A conquista*, ilustra a ideia de desalento pelo que não se pode mudar:

Então não esperas vencer?

- Eu, não. Que público temos nós? Pensas que se prepara um povo em dez ou vinte anos? Qual! Havemos de viver sempre como vivemos. Quando vierem os cabelos brancos, se a morte não tomar a frente ao tempo, aquela estrela que lá está no céu há de ver-nos como agora nos vê: caminhando sem destino e rimando sonhos.

- Não há de ser tanto assim.

- O Brasil nem daqui a cem anos compreenderá a obra de Arte.

- Ora?! Queres fazer uma aposta?

- Para daqui a cem anos? Não. Espero não viver tanto. [...] Isto é um país perdido (COELHO NETO, 2000, p. 130).

No caso, não obtiveram a *conquista* de um país mais digno, contrariando as nações civilizadas, locais que serviam de paradigma de progresso e civilidade. Não presenciaram a instrução plena da população e o desenvolvimento da urbanidade para todos que aqui viviam, nativos ou imigrantes; ao mesmo tempo, não houve a *conquista* do reconhecimento de seus talentos e ideais; porém, como a caixa de Pandora, “já é muito não havermos perdido a Esperança”. Termina a apresentação com a expressão latina *sursum corda*, a qual significa “corações ao alto”, uma locução proferida pelo sacerdote ao iniciar o prefácio da missa, convidando os fiéis a prepararem suas almas. Supostamente, o Autor conclamando os companheiros para se lembrarem de suas reminiscências, as quais suscitarão grandes emoções.

2.4.2 Fotografia da cidade

A narrativa mostra as andanças e os encontros aleatórios pela cidade em cafés, nas redações dos jornais e em espaços os mais variados possíveis. Tal como Joaquim Manoel de Macedo, Coelho Neto passeia pela cidade do Rio de Janeiro. No início da narrativa, Anselmo, na companhia de Ruy Vaz, registra, como um fotógrafo, o que vê; ambos caminham em direção ao Teatro de Sant’Anna. Passam pelo Largo do Rocio, que era, na ocasião, local de grande o movimento, com os cafés que “regurgitavam” o povo nos domingos: “o operário, o caixeiro, o marujo, aproveitando, com ânsia, o dia de folga”. As pessoas que vinham do campo ou que chegavam dos subúrbios; “alegres; uns que haviam apostado, com felicidade, nas corridas; outros que se haviam banqueteados, num canto rústico de arrabalde, à sombra da latada verde”. Muitos iam encerrar a noite no teatro, “aplaudindo atrizes, cobrindo o palco de

flores, rindo, saciando um desejo refreado durante uma longa semana no quarto estreito do armazém ou no cubículo da oficina” (COELHO NETO, 2000, p. 37).

Anselmo mostra que no Largo do Rocio, igualmente, “transbordava a prostituição, invadindo, como um vírus, igualmente todas as artérias da cidade”. Comenta que, em tempos idos, na Babilônia, o meretrício estava confinado; no Rio de Janeiro, expandiu-se: “é um polvo que lança os tentáculos a toda parte”. Essa atividade desde sempre existiu, mas sua presença tão marcante, espalhada por muitas ruas, revela os marginalizados, os quais são vítimas da falta de instrução, que impossibilita alcançar patamares sociais mais elevados; logo, valer-se do corpo para ganhar dinheiro é uma alternativa fácil para quem não se consegue colocar no mercado de trabalho (COELHO NETO, 2000, p. 37).

Coelho Neto cita o dito de Balzac de que as ruas têm “qualidades e vícios humanos”, sendo personificadas: a Rua Senhor dos Passos é caracterizada como imoral e imunda, “a sua linguagem é torpe, o seu vestuário indecoroso, as suas maneiras insólitas, o seu cheiro nauseabundo, é uma rua que se enfeita com alecrim e arruda e embebeda-se com cachaça, [...]; por mais que se esfregue sente-se-lhe sempre o fortum”. A Rua Sete de Setembro é “uma delambida rameira que estropia a língua do país e escandaliza a moral; o seu colo tem placas, os seus lábios mostram a devastação fagedênica, o seu hálito envenena”. A Rua da Conceição é “desconfiada, como quem tem sempre o olhar à espreita, a navalha à mão, o pé ligeiro pronto para saltar e fugir” (COELHO NETO, 2000, p. 37). São locais onde, provavelmente, a prostituição e os negócios ilícitos prosperavam.

Características mais suaves têm a Rua Haddock Lobo e a praia de Santo Cristo: a primeira tem “ar repousado e feliz de velha senhora abastada, que dormita à sombra de árvores, [...]; é calma e transmite ao espírito suavíssima ideia de descanso espiritual e de corpo”. A praia tem “o aspecto sadio de uma varina, criada livremente, à fresca e salitrada aragem marinha [...]. A sua força é a do vagalhão. Calma, tem o encanto da água serena em noites de luar, mas, quando se insurge alvoroçada, [...] tem a fúria irreprimível do mar tempestuoso” (COELHO NETO, 2000, p. 37).

A Rua do Ouvidor, que será uma das decepções de Anselmo em *A capital federal* (1893), também é mostrada em *A conquista*. Nessa obra igualmente é descrita com seus hábitos noturnos e diurnos, diferenciados, contraditórios. Durante o dia, é cheia de vida e de atividades, “faceirice e garbo; aqui, picante; sussurra um galanteio e logo emite uma opinião sisuda, discute os figurinos e comenta os atos políticos, analisa o soneto do dia e disseca o

último volume filosófico”. Nesse local sabe-se tudo: “é repórter, [...] é corretora, é crítica, é revolucionária. Espalha a notícia, impõe o gosto, eleva o câmbio, consagra o poeta, depõe os governos, decide as questões à palavra ou a murro, à taponia ou a tiro” (COELHO NETO, 2000, p. 37). Essa rua foi o grande palco da campanha abolicionista. Diante da proclamação da lei que libertava o país do jugo de anos de escravidão, a multidão afluía eufórica por ela: “era o lugar do encontro por excelência; nela os boêmios teciam laços de amizade e irmandade” (SILVA; MENDES 2010, p. 34).

À noite, a Rua do Ouvidor era

fatigada e sonolenta, quando as outras mais se agitam, adormece. Ouve-se apenas o rumor constante dos prelos nas oficinas dos jornais. É a rua que digere a sua formidável alimentação diária para, no dia seguinte, pela manhã, espalhar pelo país inteiro a substância que compõe a nutrição do grande corpo, cada parte para o seu destino. Para o cérebro: as idéias que são os incidentes políticos e literários e as descobertas científicas, essas ficam com a casta dos intelectuais; o sentimento para o coração, que é a mulher; essa tem o romance e a esmola, o lance dramático e a obra de misericórdia; o movimento dos portos e das gares para o ventre e para os braços do povo que devora e do comércio que abastece e o resíduo que rola, parte para os cemitérios (COELHO NETO, 2000, p. 37).

2.4.3 A formação da confraria

O romance *A conquista* inicia-se com Anselmo pelas ruas, embevecido pela bela manhã, dirigindo-se à casa de Ruy Vaz, seu ídolo, que conhecera na Rua do Ouvidor, dias antes. Ia vê-lo na intimidade do gabinete, nas suas vestes, e conhecer suas maneiras de trabalho. Tal como Luísa, quando se dirigia ao Paraíso pela primeira vez para encontrar Basílio, idealizava o local que iria frequentar. Anselmo pensava em se deparar com o que havia de melhor: “dilatária a alma sequiosa e seus olhos teriam a desejada visão duma oficina sagrada” (COELHO NETO, 2000, p. 03). Carregava consigo a ideia inocente de que tão famoso escritor gozaria de prerrogativas, deleitando-se com os ganhos de seus escritos:

Ali, sim! soalho, de caprichoso e miúdo mosaico de madeira, encerado, luzidio, devia ser forrado por um largo tapete de altas felpas moles, semeado de flores, por entre as quais ninfas, graciosamente nuas, andassem fugindo aos egypans, não porque os temessem, senão para que, demorando a posse, mais os desejos neles inflammassem. Nas paredes preciosos e raros gobelinos, panos da Ásia, de seda e ouro, com deuses truculentos e aves abrindo caudas imensas resplandecentes, oculadas de ouro. E telas de artistas célebres sóbrias; bronzes e mármore, panóplias de armas autênticas, uma severa biblioteca de madeira negra sabiamente abastecida, a mesa, vasta e pesada, manuelina; cadeiras altas como faldistórios e, acima da

mesa, suspenso do teto por uma grossa corrente de velhíssima prata, a lâmpada serena das meditações. Assim imaginava Anselmo a casa de Ruy Vaz, à qual se dirigia pela primeira vez (COELHO NETO, 2000, p. 03).

Causou-lhe espanto, porém, o que encontrou. Deparou-se com um homem comum, “modesto e pobre, entre móveis reles, de calças de brim, [...] escovando os dentes com fúria”. O local nada se comparava com suas fantasias iniciais, pois apenas continha “duas estantes de ferro, a cama ao fundo e as paredes nuas, tristemente nuas como a cela de um monge”. Ao mesmo tempo em que se desfez de suas primeiras impressões, o estudante sentiu-se mais à vontade, porque “tornava o homem mais acessível, humanizava o deus” (COELHO NETO, 2000, p. 04). Conforme Silva e Mendes, as moradias dos escritores eram o retrato da contrariedade do sucesso que faziam, pois o local onde residiam dependia dos rendimentos que podiam tirar da literatura. “Eles passavam a juventude no Rio de Janeiro entre cortiços e casas de cômodos, sem muitas vezes ter o que comer. A fome [...] iguala o escritor aos simples mortais, retirando a áurea romântica que os revestia” (SILVA; MENDES, 2010, p. 39).

Anselmo lembrou-se dos grandes autores universais que, apesar do brilho de seus escritos, também passaram por privações porque o reconhecimento merecido só viria muitos anos após suas mortes:

Camões, estendendo a mão gloriosa e forte da pena e da espada à caridade; Cervantes, encolhido num cárcere, com um cantil e um pão; Shakespeare, sofrendo os cavalos das segas à porta dos teatros e, mais próximo, o dulcíssimo Lamartine acabrunhado e esquecido; Balzac decompondo o cérebro para abrandar os credores que o perseguiram implacavelmente; Murger acabando na triste sala dum hospital (COELHO NETO, 2000, p. 04).

Quando se sentaram em um banco localizado no fundo do quintal, “o que o romancista [Ruy] chamara pomposamente, imaginosamente ‘chácara’ era um terreno bravio, que fora, em tempos mais prósperos, jardim cheiroso e de trato”. Descobriram que ambos provinham do mesmo lugar (Maranhão). Fizeram longas digressões acerca da “terra amada e longínqua, onde pululam com a mesma exuberância o arroz e o gênio; terra de algodão e de odes donde; com ingrata indiferença, emigram os fardos para os teares da América e **os vates para a Rua do Ouvidor**” (COELHO NETO, 2000, p. 04, grifo nosso).

Ruy conta que foi praticamente obrigado a deixar sua terra natal por ter se indisposto com a sociedade local por um livro que escrevera. Conforme a cena avança, o leitor percebe que Ruy Vaz é Aluísio Tancredo Belo Gonçalves de Azevedo (1857-1913), irmão mais novo de Artur Azevedo. Esse autor, ainda morando em São Luís, criou uma polêmica com a Igreja, pois *O mulato* (1881), não nominado na narrativa, mas, pela descrição, a ele se remetendo, é “um libelo formidável contra o preconceito”. A obra inaugural do Naturalismo brasileiro mostra toda sorte de abusos e maldades cometidas contra os escravos e a antipatia que a sociedade maranhense demonstrou em relação ao protagonista, Raimundo, pela sua cor, quando voltou à cidade. Cônego Diogo é um padre corrupto, assassino e imoral, descompromissado com a batina, personagem extremamente hipócrita. Por consequência, esse romance recebeu “os acirrados vitupérios da crítica e dos esconjuros indignados do beatério”. O livro, no entanto, foi bem acolhido pelo público, pois “em menos de um mês esgotaram-se mil volumes”. Sabendo da repercussão de seu sucesso, inclusive no Rio de Janeiro, [Ruy] não titubeou em deixar o Maranhão (COELHO NETO, 2000, p. 05).

Tão logo chegou ao Rio de Janeiro, Ruy teve o mesmo desencanto que Anselmo em *A capital federal*, e Ernesto, em *Rio de Janeiro, verso e reverso*, porque, da mesma forma, imaginava “uma cidade ideal dos que têm na alma uma aspiração. E como ele a divisava através da fantasia! Uma cidade suntuosa, culta, intelectual e nobre, onde os artistas eram olhados com admiração e respeito, como em Florença, no tempo dos Médicis” e que essa localidade fosse tal como era retratada nos romances românticos. Pensava que a fama e seu reconhecimento dar-lhe-iam condições de ter uma vida mais tranquila financeiramente (COELHO NETO, 2000, p. 07-08).

Quando Anselmo contou-lhe que queria viver das letras, pois o curso de Direito era um suicídio, Ruy disse-lhe que a vida literária é que o mataria. Nesse momento, Anselmo já mostrava a que veio, porque afirmou que se encantava com o Oriente, com a Grécia, com a Índia, sentindo-se “arrastado para essas idades. Amo o antigo e esse entranhado amor faz com que eu acredite na metempsicose. Eu fui grego, pelejei nas Termópilas...” (COELHO NETO, 2000, p. 08).

Eram muitas as dificuldades financeiras de Ruy, reveladas pela descrição de seu quarto e por suas vestes. Ilustra essa afirmação uma situação pitoresca ocorrida nessa primeira visita: pediu emprestados os sapatos de Anselmo, que também calçava 38, para ir a um encontro com uma senhora casada, deixando o estudante sem poder voltar para sua casa. O

tempo passou e Ruy não regressava, permitindo que, por um mal entendido, Anselmo reatasse antigo caso de amor que o escritor naturalista mantinha com outra senhora.

Foi Ruy que apresentou Anselmo ao grupo boêmio e o fez compreender as relações entre o público, editores e os autores. Dirigindo-se, pela primeira vez, ao Teatro Sant’Anna, levado por Ruy Vaz, Anselmo ficou encantado por sua entrada ter sido franqueada, por ter sido incluído no grupo seleta das celebridades; afinal, estava acompanhando o autor da peça que estava sendo apresentada. Esse episódio deixa claro que: “os salões, os teatros, os cafés, os restaurantes, são os locais de paradoxo entre o que se vive e o que se tem. O boêmio experimentava uma existência burguesa ao frequentar esses locais, mas voltava à miséria ao regressar para casa” (SILVA; MENDES, 2010, p. 39).

No teatro, foi apresentado a Paula Neiva. A conversa inicial entre os dois reafirmou o pensamento comum dos participantes do grupo de boêmios quanto à situação do país no que tange à educação e à cultura: muitos analfabetos e a desconfiguração, ou o rebaixamento, da arte, pela falta de pessoas ilustradas. Depois de apertarem as mãos, Neiva perguntou-lhe abruptamente:

Tenciona viver das letras?, perguntou assombrado. O estudante encolheu os ombros com resignação e o boêmio irrompeu: Cure-se! Não vá para um convento, **vá para o hospício**. Cure-se enquanto é tempo. **Neste país viçoso, a mania das letras é perigosa e fatal**. Quem sabe sintaxe aqui é como quem tem lepra. Cure-se! **Isto é um país de cretinos, de cretinos!...** Convença-se. [...]. Olhe, se eu me debruçasse a um dos camarotes desta barraca e bradasse: “Que se conservem neste recinto os que sabem gramática”, o teatro ficava vazio. Letras, só as de câmbio, convença-se! (COELHO NETO, 2000, p. 18 grifos nossos).

Francisco de Paula Nei (1858-1897), advogado e jornalista cearense, foi eternizado no personagem Paulo Neiva, protagonista de *Fogo fátuo*. Nas páginas de *A conquista*, foi retratado como um autêntico tipo intelectual da época áurea da boêmia, estilizado e reconstruído pela pena de Coelho Neto. Ruy Vaz é figura que se sobressai em *A conquista*, porém, em *Fogo fátuo*, os holofotes voltam-se para Neiva (Paula Nei). Pode-se dizer que se sintetiza, em sua pessoa, pela exuberante personalidade que encantava o grupo, e o idealismo que tinha acerca de um país melhor, o retrato decadente de toda uma geração; talvez, por isso, tenha sido escolhido por Coelho Neto para protagonizar o último romance da tríade que se iniciou com *A capital federal*, seguida por *A conquista* (DOMINGUEZ, 1991, p. 139-140). Da mesma forma que Ruy e Anselmo, Paula Neiva também sente saudade de sua terra: “– Ah!

meu amigo, quando me lembro da minha terra, dói-me o coração. Isto aqui é vasto e tem mais civilização, mas não vale o nosso Norte, não vale!” (COELHO NETO, 2000, p. 18).

Ruy Vaz, mais velho e, por extensão, mais experiente, chamava Anselmo à razão, expondo a realidade do profissional de letras no Brasil. Anselmo aguardava esperançoso que sua peça *A Profecia* fosse encenada, mas o amigo alertou-o de que: “A literatura é eufemismo [...], a literatura dramática entre nós está monopolizada por um pequeno grupo. Nem Shakespeare, se ressurgisse, conseguiria impor-se aos empresários. A tua peça há de morrer no arquivo. Cuida de outra coisa” (COELHO NETO, 2000, p. 79). Anselmo não se conformou e perguntou quanto pagariam por um conto. Ruy respondeu que não pagavam e que, se quisesse ganhar algum dinheiro, que se empregasse como noticiarista, porém não poderia dizer que era literato.

Quando um médico conversou com Ruy e Anselmo, teceu opiniões sobre a carreira de escritor. Tem-se, então, a opinião de uma pessoa esclarecida e que não está envolvida com a cultura, mas se dá conta da aridez cultural do povo. Igualmente, a fala do médico cita as narrativas místicas, ambientadas no Oriente, muitas escritas por Coelho Neto, as quais, mais tarde, seriam criticadas por Lúcia Miguel Pereira, por exemplo (PEREIRA, 1988, p. 266). Embora obras sem valor literário, era atendido o interesse do público, e as vendas, por consequência, garantidas:

- Ah! Meu amigo, **a literatura, entre nós, não dá para o charuto**. O nosso povo não lê por indiferença e por indolência, nem tem ainda o espírito preparado para compreender a obra da Arte. O que ele quer, por enquanto, é o maravilhoso: está ainda no período infantil do deslumbramento. Quais são os romances preferidos? São os de complicado enredo, os magníficos, os emaranhados que não passam de ampliações de contos de fadas para crianças grandes. Não há ainda o critério estético; não sei se posso dizer assim. O leitor não se preocupa com a substância nem com a forma; **a inverossimilhança é o seu ideal**, quanto mais irreal melhor. Dê o senhor a um homem um bom estudo (COELHO NETO, 2000, p. 88, grifos nossos).

Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac (1865-1918), eternizado por Coelho Neto como Otávio Bivar, foi apresentado a Anselmo por um amigo comum, Freitas. Desciam a Rua do Ouvidor quando encontraram o poeta diante de uma vitrina, admirando os braceletes que faiscavam nos escrínios de veludo. Freitas apresentou-o assim: “este é o Bivar, o homem que ouve estrelas” (COELHO NETO, 2000, 105). Desse encontro casual, nasceu uma amizade que talvez só tenha encontrado rivalidade na que Coelho Neto teve com Euclides da Cunha

(1866-1909). “Bilac e Coelho Neto eram amigos de muito tempo. Fiéis e inseparáveis” (LEE, 2004, p. 185). João do Rio, em *O momento literário*, traz revelação surpreendente acerca dessa amizade⁴: “Eu conheci um estudante [Olavo Bilac] que acompanhava o Coelho Neto de longe e estragou com um *pince-nez* grau 7 os seus olhos sãos, só porque o Neto usava grau 7” (RIO, 1905, p. 3).

Em uma de suas primeiras conversas, Anselmo perguntou a ele em que jornal trabalhava, ao que o poeta respondeu que não escrevia para esses periódicos, pois considerava a imprensa uma indústria intelectual. Explicou que os escritores ingressavam no jornalismo com um bando de ideias originais, as quais eram retalhadas para o varejo do dia a dia e que, quando via um poeta ou um prosador a fazer notícias, tinha piedade. Se tivesse de fazer notícias, enlouqueceria. Quando tentara redigir um caso banal de polícia, escrevera substancioso artigo político. Reclamou da balbúrdia que eram as salas de redação, onde não se podia compor um período perfeito, pois lá era interrompido, de instante a instante, para acudir a reclamações banais dos leitores. Anselmo comentou que iria trabalhar na *Gazeta*. O conselho de Bivar foi de que não fizesse notícias e sim atacasse as instituições, desmantelasse a sociedade, conflagrasse o país, excitasse os poderes públicos, revoltasse o comércio, assanhasse as indústrias, enfurecesse as classes operárias, sublevasse os escravos, mas não escrevesse uma linha, uma palavra sobre notas policiais, nem fizesse reclamos (COELHO NETO, 2000, p. 108).

Roberto Ventura esclarece que o fortalecimento da imprensa e a quantidade de jornais e de revistas que começavam a circular fomentaram o nascimento da opinião pública. O desejo de mudanças sociais – o término da escravidão e a mudança da forma de governo (da monarquia para a República) – propiciou a fusão da carreira de jornalista e de escritor; no entanto, esses homens de letras uniram-se a essas causas, escrevendo em periódicos (VENTURA, 1991, p. 133):

Para induzir o trono à extinção do cativo, a propaganda se dirigiu às camadas urbanas, com a tarefa de formar uma opinião pública, capaz de atuar politicamente para pressioná-la. Com isso, surgem as bases de uma *opinião pública burguesa*, em que cidadãos livres se reúnem para expressar suas ideias de modo independente da vontade do monarca (VENTURA, 1991, p. 133).

⁴ Quando trocou São Paulo pelo Rio, Bilac foi morar no sobrado da Rua do Riachuelo, nº 43, que Coelho Neto alugava. Dividiam as despesas, partilhavam os livros da pequena biblioteca comum, trabalhavam juntos, frequentavam as mesmas redações e passavam as horas livres nos bares e confeitarias. Isso até Coelho Neto [...] se casar em julho de 1890 (LEE, 2004, p. 185).

Bivar seguiu sua pregação, solicitando que Anselmo se mantivesse artista: “nem escreba nem camelote” e, para tanto, seria necessário não serem feitas concessões, pois o redator não queria saber existiam ideais ou não: “quer espremer. Quanto mais suco melhor. O prelo é a moenda e lá se vai o cérebro para repasto do burguês imbecil e, no dia em que compreende que nada mais pode extrair do desgraçado que lhe caiu nas mãos, sonhando com a glória literária, despede-o”. Avisou que um homem de talento que se metia em jornais suicidava-se, pois o livro ficava, o jornal passava e raramente deixava vestígio. Anselmo perguntou, então, o que devia fazer e o poeta disse-lhe para escrever livros e, se não houvesse quem os editasse, que fizesse contos, fantasias, crônicas. Reclamou que os culpados da depreciação literária eram os próprios literatos. Lembrou José de Alencar que vendia os seus romances ao Garnier por quatrocentos mil réis e que *O guarani*, embora ainda estivesse na primeira edição, era conhecido em todo o Brasil, pois o editor fizera com o romance o milagre da multiplicação. Finalizou dizendo que, se houvesse fiscalização dos direitos autorais a situação seria outra (COELHO NETO, 2000, p. 108).

Nicolau Sevcenko, em *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, corrobora essas ideias, afirmando que a concorrência com o jornalismo desacomodou os literatos. Os jornais contratavam os escritores por salários míseros e adotavam uma linguagem padronizada, o que exerceu um efeito negativo sobre a criação artística. Com esse engessamento, esses periódicos contribuíram para a banalização da linguagem literária, “estimulando a prolixidade e o apuro da expressão e do estilo”, justamente as maiores críticas feitas a Coelho Neto, que muito escreveu para periódicos para sobreviver e, igualmente, estar sempre na vitrine.

Em uma ocasião, quando perguntados se eram jornalistas, pela filha do proprietário de uma casa em que moraram, Ruy respondeu:

Dizemos jornalistas porque no Brasil o nosso mister não tem ainda classificação. **Somos forçados a tomar de empréstimo à imprensa um título de apresentação.** Em verdade, nada temos de jornalistas porque não escrevemos substanciosos e pressagos artigos sobre os destinos da pátria e sobre a sua miséria, não rendilhamos a crônica nem alinhavamos a local: fazemos romances e contos” (COELHO NETO, 2000, p. 82 grifo nosso).

Seguindo o conselho de Ruy Vaz e não os alertas feitos por Bivar, Anselmo procurou José do Patrocínio, em *A Gazeta*. Tão preocupado estava com a necessidade de ter um

rendimento fixo, que nem perguntou quanto ganharia, porém o jornalista informou-lhe: “Por enquanto não te posso dar muito, mas... duzentos mil réis, servem?”. O ingresso de Anselmo engrandeceria o nome do jornal, pois Zé do Pato já o ouvira discursar no *Príncipe Imperial*, dizendo que fora o melhor discurso da noite. Ficando assombrado com a destreza verbal de Anselmo, perguntara a um amigo comum quem seria aquele orador, quando, então, foram apresentados. José do Patrocínio terminou a entrevista de emprego, dizendo: “Tens muito talento. Vais fazer um carreirão” (COELHO NETO, 2000, p. 99). Dessa oportunidade de trabalho, surgiu uma bela parceria, que duraria muitos anos.

José Carlos do Patrocínio (1853-1905) foi um político, jornalista, escritor brasileiro, negro e um dos principais líderes abolicionistas, que participou ativamente do movimento antiescravagista no Brasil. Criou a *Confederação abolicionista*, que se tornou uma força reconhecida pelos políticos (E-BIOGRAFIAS). Deixou a *Gazeta de Notícias*, onde escrevia na “Semana de Política” e já militava em favor da causa, fundando a folha *Cidade do Rio de Janeiro*, em 1887, totalmente dedicada à pauta antiescravagista. Em *A conquista*, Coelho Neto sublinhou a importância desse periódico ao combate contra a escravidão e à participação dos rapazes como soldados, armados da pena e da voz, nesse quartel-general. Por escrever e, ao mesmo tempo, militar nessa gazeta, Coelho Neto sentia-se um dos conquistadores do acontecimento de 13 de maio de 1888 (SICILIANO, 2011, p. 94).

Quando Neiva soube que Anselmo iria trabalhar com Zé do Pato, aprovou a ideia e definiu-o como um hierofante. Considerava-o o primeiro homem do Brasil, o mais fecundo, o de maior cérebro e que em seus artigos havia imagens para outros vinte: “é um nababo de matéria-prima. Basta isto: a campanha abolicionista... [...] há não sei quantos anos, escreve sobre este tema: o senhor e o escravo – sempre com uma imagem nova e magnífica de esplendor”. Acrescentou Neiva que Patrocínio entendia de câmbio, discutia a política internacional e as filosofias. Embora fosse católico, fazia conferências sobre budismo; farmacêutico, travava polêmicas sobre mecânica com os engenheiros, elaborava planos estratégicos, escrevia romances, sermões, panegíricos (COELHO NETO, 2000, p. 103). Disse ainda “Não é um homem, é uma complicação genial [...] **ele é quem há de personificar a época tremenda que atravessamos**. Desse caos negro é que há de sair a luz. Se o José não tivesse nascido no Brasil, [...] em Paris, por exemplo, seria uma celebridade universal” (2000, p. 104, grifo nosso).

Um dos locais de encontro do grupo boêmio era a *Maison Rouge*, cenáculo da boemia. Em uma noite, o grupo lá reunido conversava: Lins, Neiva, Ruy Vaz, Duarte, Anselmo Ribas, Octavio Bivar, José do Patrocínio e um rapaz alto e claro, de olhos miúdos e espessos, bigodes negros, muito reluzentes, Luiz Moraes, “o grande poeta republicano”, perífrase dada por José do Patrocínio. Cercado por alguns dos nomes mais famosos da literatura brasileira daquele momento, Zé do Pato disse que, se pudesse contar com todos eles, faria o primeiro jornal da América do Sul e, com dois anos de trabalho, estariam todos ricos.

Nesses momentos, falavam acerca qualquer tema: mulheres, novas obras, de autores contemporâneos, inclusive das causas maiores que afligiam o país, sobretudo da iminente abolição dos escravos e da conseqüente saída de Pedro II do poder. Luís Moraes, “o poeta da Tarântula”, vaticinou que a queda da monarquia seria uma continuidade natural da definitiva libertação dos escravos porque se tinha “um rei de burla e uma freira melomaníaca” governando o país e que, se preciso fosse, pegaria em armas (COELHO NETO, 2000, p. 110):

- A abolição está feita. É questão para mais uns meses.

- Pois sim!

- Pois sim? Mas que há de fazer o governo constrangido, como está, pela opinião pública? O Norte já se manifestou e o Sul há de acompanhá-lo. Demais, meu amigo, o escravo já não é um submisso, é um revoltado. Nas fazendas cada negro é um combatente e o êxodo aí vem. Quando começar o abandono da terra, não um a um, mas aos bandos, ostensivamente, em face dos senhores que não hão de querer jogar a vida, que há de fazer o governo? Mandar contra os que defendem um direito sagrado a tropa armada? Não! E ainda que mande: conheço o exército, sei que nenhum soldado se prestará a exercer o ofício miserável de capitão-do-mato. A abolição é uma questão vencida (COELHO NETO, 2000, p. 110).

Luís Morton Barreto Murat (1861-1929), jornalista, poeta, filósofo e político fluminense, foi extremamente atuante, por meio de sua pena, em favor da abolição e pelo advento da República (ABL). Fundou o jornal *Vida Moderna* (10 julho de 1886 a 25 de junho de 1887) com Artur Azevedo, no qual colaboravam Araripe Júnior, Xisto Bahia, Coelho Neto, Alcindo Guanabara, Guimarães Passos, Raul Pompeia e outros. Escrevia também à *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio, em *A Rua*, com Olavo Bilac e Raul Pompéia, e em outros jornais cariocas, usando também o pseudônimo de Franklin.

2.4.4 A militância e a abolição

Anselmo estreou na imprensa com um piedoso artigo sobre os velhos negros. Justamente nesse tempo a campanha abolicionista chegara à sua maior intensidade. Nas ruas,

concitava-se à revolta, falava-se em furtos de escravos, e pessoas de todas as castas denunciavam crimes de escravagistas despeitados. A polícia punha em campo os seus mais atrevidos capoeiras para desfazerem as reuniões e interromperem as conferências, dispersando o povo (COELHO NETO, 2000, p. 111).

Patrocínio convocou os simpatizantes da causa abolicionista a um grande comício no Politeama, na Rua do Lavradio, à noite. Todos os jornais adeptos à ideia anunciaram o evento e, no dia aprazado, à tarde, um homem misterioso apareceu na redação para prevenir o intrépido jornalista que uma grande malta estava assalariada para invadir o teatro no momento em que o primeiro orador aparecesse na tribuna. Quintino Bocaiúva iniciou sua fala quando uma gritaria irrompeu o local: eram os capoeiras comandados por Benjamin Constant. Anselmo estava em um dos camarotes e arremessou uma cadeira contra os opositores da abolição, iniciando um combate (COELHO NETO, 2000, p. 111):

Navalhas reluziam, tiros estrondavam, cadeiras entrebatiam-se, partindo-se no ar, violentamente arremessadas. Em pouco os destroços formaram alta barricada por trás da qual o povo continuava a defender-se heroicamente. Anselmo, já rouco, bradava contra a infâmia. [...] Vários populares seguiram-lhe o exemplo temerário e, na estreita passagem, travou-se uma luta tremenda, sendo os capoeiras repelidos. Só então apareceu a polícia azafamada, atirando os cavalos sobre o povo (COELHO NETO, 2000, p. 111).

Quintino Bocaiúva retomou seu discurso, dizendo que a causa dos escravizados, a qual todo o Brasil adotara, haveria de vencer, embora a polícia, pactuada com os fazendeiros, procurasse, por meios criminosos, sustar a marcha vitoriosa da ideia. Seguiu com a palavra José do Patrocínio, lançando uma provocação à monarquia: ou cedia à vontade do povo ou cairia. Anselmo, com as roupas retalhadas, sem chapéu, vociferava. Na redação, onde ficaram um momento repousando, Patrocínio e outros chefes abolicionistas comentaram a bravura do escritor, pois não o julgavam tão valente.

Luís Moraes acreditava que, dentro de pouco tempo, o Brasil, analfabeto e ignaro, seria um país de grandes luzes porque haviam de agitar as almas, conclamando-as para a vida intelectual. Para tanto, deveriam ser abertas escolas, educadas as crianças, colocando-as em contato com os heróis da pátria e com os poetas vernáculos, apontando-lhes os episódios

gloriosos da nossa história. Fortúnio⁵, mais cético, afirmava que o Brasil haveria de ser sempre da forma que estava, porque o povo não tinha tradições e, sobretudo, era o mais melancólico do mundo, fúnebre, parecendo ter como pauta um enterro: “ou segredando pornografia, acrescentou Ruy Vaz; ou falando mal da vida alheia, ajuntou Neiva”. Patrocínio corrigiu-os, dizendo que havia brasileiros de espírito: o grupo boêmio, mas eles não entravam em conta (COELHO NETO, 2000, p. 133).

Anselmo disse que a imprensa e a forma como eram tratados os escritores assemelhava-se à escravidão: alguns empresários mandavam contratar jornalistas em Portugal para dirigirem a opinião brasileira. Seu argumento era que, mesmo com o território não pertencendo mais à Lusitânia, o povo sentia-se oprimido pelo reino, dono da imprensa, e por isso mesmo, senhor da opinião pública: “Vivemos sob a tutela de feitores. Aqui só há um jornal brasileiro: é a *Gazeta da Tarde*...” (COELHO NETO, 2000, p. 135).

A ideia da abolição ganhava terreno: a palavra *escravocrata* tornou-se uma mácula. Até fazendeiros gabavam-se de ser abolicionistas. Chegavam do interior notícias publicadas nos jornais, anunciando que os escravos estavam sendo libertos, ficando nas fazendas como colonos. Com a partida do imperador para a Europa, começando a regência da princesa Isabel, logo correu a notícia de que o monarca dera-se conta de que a ideia republicana começava a impor-se, ameaçadora e forte. Deixara a filha no poder com instruções para que assinasse o decreto que o povo, do Norte ao Sul, reclamava. Julgava que, assim, criaria uma corrente simpática, mantendo a dinastia já ameaçada pelo ideal republicano que tinha em Silva Jardim o principal arauto (COELHO NETO, 2000, p. 162).

Aos domingos o povo enchia o “Recreio”, onde os mais ardentes abolicionistas proferiam discursos inflamados contra o cativo. Ameaçavam o monarca, pedindo a abolição imediata e incondicional. Patrocínio descrevia a vida infeliz dos escravos, comovendo os audientes. Muitas vezes era interrompido pelos “secretas” que se infiltravam para perturbá-lo, com ameaças, os quais eram repelidos à bengala, à pedra, às vezes à bala, abandonando o teatro diante da fúria da multidão. O orador, quando serenava o tumulto,

⁵ Fortúnio é um dos pseudônimos de Sebastião Cícero Guimarães Passos, jornalista e poeta (1867-1909). Nascido em Maceió, aos 19 anos foi para o Rio de Janeiro, onde se juntou aos jovens boêmios da época. Colaborou com a *Gazeta da Tarde*, a *Gazeta de Notícias* e *A Semana*. Guimarães Passos foi também humorista na sua colaboração para *O Filhote*, reunida depois no livro *Pimentões* (1897), que publicou em parceria com Olavo Bilac, com quem também escreveu *Tratado de versificação* (1910) e *Dicionário de rimas* (1913) (ABL).

continuava, anunciando para muito breve “a grande misericórdia” (COELHO NETO, 2000, p. 162).

Todos os moços acompanhavam Zé do Pato nessas empreitadas: Octavio Bivar, Luiz Moraes, Fortúnio, Neiva, Ruy Vaz, Anselmo e Pardal, que se juntara ao grupo, após chegar de Recife “com dois romances, ideias explosivas e a carta de bacharel” (COELHO NETO, 2000, p. 162). Foi descrito por Anselmo como “um tipo romântico de mosqueteiro, um d'Artagnan de olhos azuis, pele branca e macia, mãos delgadas, cabelos louros [...] ousado e, como brandia a bengala nodosa, esgrimindo, tinham-no por espadachim, [...] temiam-no”. Pardal não ia às conferências sem o seu revólver e uma faca na cava do colete.

João Carlos de Medeiros Pardal Mallet (1864-1894), jornalista e romancista gaúcho, nascido em Bagé, RS, desistiu do curso de Medicina pela ameaça de reprovação se não abandonasse as ideias republicanas que expressava em artigos na imprensa carioca. Manteve, porém, seus pontos de vista e decidiu estudar Direito em São Paulo, mas terminou o bacharelado em Pernambuco, em plena efervescência dos ideais propalados pela Escola do Recife. Voltando ao Rio, em 1888, não exerceu a advocacia, mas participou dos movimentos abolicionista e republicano.

Messias da raça negra, essa era a alcunha, dada pelo povo, aos discípulos de José do Patrocínio; porém, não estavam sós, porque, dentre os artistas, das mais variadas artes, havia muitos outros simpatizantes:

[...] os Bernadelli eram dos mais entusiastas. No teatro: Dias Braga, Vasques, Guilherme de Aguiar, Arêas, Galvão, Peixoto, Mattos, Eugênio de Magalhães, Maia, Ferreira, André, Castro, Suzana, Oudin, Balbina, Clélia. Entre os músicos Pereira da Costa, Miguez, Tavares, Nascimento, a doce Luíza Regadas, alma meiga, o rouxinol da propaganda e Francisca Gonzaga, a maestrina (COELHO NETO, 2000, p. 163).

A adesão à causa já causava modificações no cenário nacional: “o Amazonas já se havia libertado. Não se contava mais um escravo nas margens do rio-mar e o Ceará, seguindo o exemplo da sua irmã do Norte, concluiu, num dia, a obra intrépida dos jangadeiros, iniciada nas águas pelo valoroso caboclo Nascimento”. Era, portanto, impossível sustar a marcha do movimento: “a tropa confraternizava com o povo e, nas duas câmaras, era grande a maioria dos abolicionistas a cuja frente destacava-se, como a de um Apolo, a válida e simpática figura de Joaquim Nabuco” (COELHO NETO, 2000, p. 163).

Quando Patrocínio fundou a *Cidade do Rio*, recrutou Anselmo, que estava desempregado, “escrevendo contos e fantasias à mesa dos cafês, jantando, nem sempre, parcamente, na Rua Nova do Ouvidor” (COELHO NETO, 2000, p. 163). Da mesma forma, procurou os outros rapazes, conclamando-os a ajudá-lo porque a *Cidade do Rio* prenunciava-se uma mina de ouro. Se unissem a necessidade financeira de cada um, seus talentos e um pouco de senso prático, todos ganhariam muito dinheiro. Esse jornal, centro da propaganda abolicionista, tornou-se, então, o reduto dos amigos de Zé do Pato, para onde afluía “a flor da inspiração”:

Luiz Moraes era assíduo, ora entrava levando uns formidáveis alexandrinos, que ressoavam tonitruosamente como carros de guerra; ora, a pedido do Patrocínio, sentava-se a uma das mesas e escrevia o artigo de fundo, com mais imagens do que uma igreja, reclamando, em nome do coração e em nome da Justiça e... de Spencer, a liberdade dos que sofriam. **Octavio Bivar**, ou mandava uma das suas poesias finamente buriladas ou, com a pena incandescida, rendilhava sátiras. **Pardal**, sempre irônico, enchia tiras e tiras com os seus paradoxos ou bradava por sangue e fígados com a mesma calma com que, no Londres, à tarde, pedia o seu absinto. **Fortúnio, Duarte**, o próprio **Ruy Vaz**, sempre atarefado, parando um instante, escrevia algumas linhas rápidas sobre a questão palpitante ou sobre um livro que aparecia, aproveitando o ensejo para expor a sua estética, defendendo o Naturalismo (COELHO NETO, 2000, p. 168, grifos nossos).

Patrocínio, presentindo próxima a vitória da sua ideia, trabalhava empenhadamente para a batalha definitiva. A princesa governava fragilmente, “pensando mais em sermões e nos acordes do violino do White do que nos negócios do Estado e os republicanos solapavam o trono investivando a regente”; porém Zé do Pato tentava ignorar os ataques republicanos desferidos a ele na tribuna e na imprensa como, por exemplo, os de Silva Jardim. Agindo aparentemente alheio à ideia republicana, continuava pregando o seu programa, como se apenas escutasse o lamento dos escravos, desprezando o rumor do tumulto dos novos combatentes que o injuriavam (COELHO NETO, 2000, p. 173).

O projeto de lei que extinguiu a escravidão foi aprovado pela Câmara, com o argumento de ser uma “necessidade nacional”; no Senado, foi acolhido com simpatia quase unânime (COELHO NETO, 2000, p. 178). “Cândido de Oliveira, requerendo que a 3ª discussão e subsequente votação fossem excepcionalmente feitas no domingo, 13 de Maio, precipitou o desfecho”. O Autor registra os acontecimentos desse dia com extrema simplicidade e clareza, como uma notícia de jornal, contrariando todas as críticas de que fora alvo, por sua sinuosidade verbal:

Doravante, representantes da imprensa começaram a arquitetar o programa dos festejos comemorativos, todas as associações convocaram os seus membros, e, no dia do pronunciamento do Senado, a cidade amanheceu festiva. Às janelas de algumas casas tremulavam bandeiras. O povo afluía às imediações do Senado ocupando as ruas adjacentes, enchendo o parque, como um exército sitiante. O sol dardejava rijo sobre a multidão; as copas dos chapéus de sol moviam-se como carapaças que flutuassem, lenços agitavam-se. As janelas do Senado estavam entupidas e foi necessário que a tropa intervisse para vedar a entrada no recinto. Esperava-se com a alegria da certeza e, com o correr das horas, mais engrossava a multidão. Havia gente nas moitas, nas grades do parque, pelos telhados, acolhida à sombra de chapéus de sol; muito longe mesmo, nos telhados das casas, moviam-se vultos. Homens agarravam-se aos lampiões, outros subiam pelos postes telefônicos. Era a cidade ansiosa que alongava os olhos para o templo de onde devia ser lançado o misericordioso perdão sobre os cativos de África (COELHO NETO, 2000, p. 178).

Coelho Neto continua sua descrição fotográfica, dando ao leitor de qualquer época condições de visualizar como ficara o centro da cidade do Rio de Janeiro naquele dia, tão aguardado não só pelos negros, mas também pelas pessoas que combatiam a escravidão e lutaram para que a alforria definitiva fosse alcançada:

Os bondes, parados em longa fila, traziam curiosos sobre a tolda; carros detinham-se intimados pelo povo. Os próprios soldados refreavam os animais na impossibilidade de vencer a massa compacta. Repentinamente, estrugiram brados no interior do recinto e um homem apareceu à janela afogueado gesticulando e clamando. Um pombo branco fugiu por uma das janelas, tatalando as asas, atordoado; outro, outro, outro e outro e voaram todos em direção ao parque que, com a sua verdura viçosa, resplendia ao sol. O povo, como se visse naqueles animais inocentes um símbolo das almas que se haviam libertado ganhando, como eles, a largueza vasta das terras e dos espaços, prorrrompeu em palmas e em vivas. O rumor estupendo abalou os espaços e, em vários pontos, em clangor triunfal, fanfarras atroaram. O povo ondulava ovante e **mais de vinte mil bocas, em unísono, aclamavam;** iam chapéus ao ar, lenços palpitavam e, aos arrancos impetuosos, foguetes rasgavam os ares espoucando na altura. Súbito uma detonação abalou os ecos. O povo conteve, por momentos, a alacridade; outro estampido longínquo – eram os fortes e os navios saudando a Redenção da Pátria. O entusiasmo recrudescer, chegando às raias do delírio (COELHO NETO, 2000, p. 179, grifo nosso).

Seguiu narrando os acontecimentos, contando que também o exército fora bem recebido pelo povo como se os soldados voltassem gloriosos de campos de batalha. José do Patrocínio, um dos protagonistas dessa vitória, “asfixiado, rouco, a gesticular, chorando e rindo, [...] de braço em braço como um ídolo que todos quisessem veneradamente tocar e sentir”, dirigiu-se ao Paço da cidade onde a princesa regente, que descera de Petrópolis, esperava os triunfadores. A notícia, comunicando-se aos pontos mais extremos da cidade, trouxe à rua o povo feliz, jogando uma chuva de pétalas. O decreto foi assinado, e o povo afluíu à Rua do Ouvidor. “O dia passou-se em delírio. Bandos percorriam as ruas, cantando.

Saíram serenatas e grupos de negros com os seus maracás e os seus *reco-recos* e, a luz de archotes, começaram os carpinteiros a martelar construindo coretos ou ficando postes para a ornamentação” (COELHO NETO, 2000, p. 179).

Muitos populares detinham-se diante do jornal, entravam no escritório e saíam à pressa, à cata de novidades, gritando com fúria: “Viva José do Patrocínio! Viva a *Cidade do Rio!* Primeiro jornal do mundo! Viva Joaquim Nabuco...!” (COELHO NETO, 2000, p. 181). Conta o Autor que o dia estava “muito azul”, contribuindo para a imponência da festa e que oradores aos berros faziam a apologia do grande libertador, pedindo uma estátua. O povo, que enchia aquela parte da Rua do Ouvidor, abriu alas ao herói. “Patrocínio vinha carregado e arquejante e, ao chegar à frente do seu jornal, aclamado por todos os seus companheiros de trabalho, [...], não pôde conter as lágrimas” (COELHO NETO, 2000, p. 185). Foi eleito o grande herói do movimento:

A multidão bradava por ele. As suas palavras roucas mal chegavam aos mais próximos e, de longe, os que não o ouviam, bradavam, agitavam lenços, e de um a outro extremo da rua, o seu nome estrondava. Até à noite, de quando em quando reclamado pelo povo, apareceu à janela. Fez discursos, levantou vivas, foi comprimido em braços, foi beijado. Se o viam na rua rapazes avançavam, atirando-se-lhe aos botões da sobrecasaca e do colete, disputando-os como relíquias. Às dez da noite – a cidade fulgurava iluminada – tendo de sair para jantar, pediu uma guarda (COELHO NETO, 2000, p. 186).

Durante oito longos e agitados dias o povo festejou, com entusiasmo, a promulgação da lei igualitária. A vida retomara o seu curso normal: pulsavam as grandes máquinas das oficinas, caminhões rodavam carregados, crianças seguiam a caminho dos colégios. Aqui, ali, às janelas, ainda esvoaçavam flâmulas esquecidas e bandeiras, muito espichadas e encolhidas, pendiam moles, como fatigadas. A cidade tinha um ar morno de cansaço. A Rua do Ouvidor, acamada de areia, era como uma estrada fofa onde o rumor dos passos morria e toda a vida parecia decorrer, morosa e derreada, de um bocejo cavo e lento, de tédio. José do Patrocínio, quando perguntado por Anselmo sobre qual seria a nova empreitada, respondeu-lhe que iria ao banco arranjar dinheiro (COELHO NETO, 2000, p. 187).

2.5 E a vida seguiu seu curso ...

Em *A conquista*, Coelho Neto revela a criação e a consagração da imagem de um determinado grupo que se configurava como marginal, no momento da escrita do livro. A ascensão de poucos dos membros dessa “caravana” contrabalançou as agruras dos seus anos de juventude idealista e militante das grandes causas sociais de sua época, mas, ao mesmo tempo, alguns foram inconsequentes e libertinos. Assim, pela verossimilhança historiográfica, mesclada a um componente autobiográfico, *A Conquista* demarca o espaço dessa congregação, celebrando a instituição da Lei Áurea, que encerra o romance.

Segundo Machado Neto, o grupo que comandou a boemia literária dos fins do Império era a “panelinha” oficial de nossas letras, que cobriu e iluminou com seu talento as campanhas favoráveis à abolição e à República, “instituiu os jantares mensais do *Clube Rabelais*, criou a Revista Brasileira, os seus chás e seus jantares, fundou e povoou nos primeiros anos a Academia Brasileira de Letras” (1973, p. 129). Primeiramente, eram os paladinos de Patrocínio, que: “andavam, à altura de 13 de maio de 1888, entre os 21 anos de Guima, os 23 de Bilac, os 24 de Pardal e os 25 de Murat, até os 33 de Paula Ney e os 35 do líder Patrocínio, se abstraímos o caso de Orozimbo, velho boêmio aderido à jovem grei” (MACHADO NETO, 1973, p. 129).

A popularidade desses literatos elevava-os à categoria de “*olimpianos do primeiro mass media* usado entre nós: o jornal”; viviam da escrita, mas não somente da literatura, salvo exceção por algum período da vida e, assim mesmo, acumulando-a com a carreira jornalística. Muitos dele eram, simultaneamente, professores ou exerciam funções públicas e/ou liberais conjuntamente, ou não, com o jornalismo, porque não pertenciam a uma camada social homogênea, eram estratificados socialmente não só quanto à origem, mas também no correr de suas vidas (MACHADO NETO, 1973, p. 22).

Ao mesmo tempo em que trouxe a ilusão de novos tempos, a República conservou muitos dos problemas existentes; entretanto, a vida política e, principalmente, a vida urbana tiveram novos rumos (PEREIRA, 1988). O advento quase simultâneo da abolição em 1888 e da República em 1889, com sua promessa de democratização, significou ironicamente “a experiência mais traumática e desagregadora dessa geração. [...] a consolidação das novas instituições deu-se por meio de um processo extremamente caótico e dramático, que não poderia deixar de imprimir marcas nas consciências dos que as aspiravam como um ideal

imaculado” (SEVCENKO, 2003, p. 107). Os escritores precisaram adaptar sua escrita ao formato exigido pelos jornais, viram tudo reduzido “ao mais volátil dos valores: o valor do mercado”. Além do esforço malogrado para mudar a história do país, tiveram de sobreviver indo de encontro a suas crenças: “ali mesmo [no Rio de Janeiro], decepcionados com o novo regime, seriam duramente perseguidos por Floriano. A República desabou sobre esses autores como uma tormenta” (SEVCENKO, 2003, p. 117).

Brito Broca sublinha que a Revolta da Armada e a Revolução Florianista desarticularam completamente a vida literária do Rio de Janeiro e, que, somente no período do governo de Rodrigues Alves (1900-1902), começaria a se recompor sendo que, nas duas primeiras décadas do século XX, Coelho Neto teve seu apogeu, sendo aclamado não só no Brasil como em Portugal (BROCA, 2004, p. 36). Por volta de 1900, a geração boêmia de 1889 já havia se aburguesado, e apareceram nomes que foram esquecidos tão rapidamente como vieram (BROCA, 2004, p. 39). Em 1900, quando da comemoração de quatrocentos anos do Descobrimento, houve uma onda de patriotismo que invadiu o País. Os livros *Pátria!*, de Alfredo Varela, e *Por que me ufano de meu país*, de Affonso Celso, revelam a atmosfera da época (NOSSO SÉCULO, 1980, p. 211).

Aquele foi um período de intensas e nem sempre alegres transformações sociais, políticas e literárias. Entre 1902 e 1906, a cidade passou por reformas, sendo derrubados cortiços e pensões para poder ser criada a Avenida Central, hoje Rio Branco. A urbe foi redesenhada e os homens de letras continuavam sua busca por um “lugar ao sol” (BALABAN, 2012, p. 54). Concomitantemente, João do Rio, “célebre por suas brilhantes reportagens sobre bordéis, cadeias e casas de ópio” (NOSSO SÉCULO, 1980, p. 208), também escrevia crônica social; Machado de Assis penetrava na alma humana, tentando desvelar as ambiguidades e dissimulações comportamentais; Aluísio de Azevedo, influenciado pelo Naturalismo de Zola, descreveu a parcela marginalizada da população; Olavo Bilac, maior expoente do Parnasianismo, foi eleito o Príncipe dos Poetas Brasileiros; Alphonsus de Guimaraens e Cruz e Souza defendiam uma poesia plena de sonoridade e requintadas imagens; Lima Barreto fazia críticas demolidoras, denunciava os conchavos políticos, os favorecimentos a alguns e o preconceito racial, e Coelho Neto era o autor mais lido na década, arrebatando a preferência do público (NOSSO SÉCULO, 1980, p. 212).

Evidenciou-se, naquele momento, um ecletismo artístico, pois diversas correntes literárias conviviam lado a lado, pacificamente ou não. Confeitarias, como a Colombo, e

livrarias, como a Garnier, eram o ponto de encontro de intelectuais que se agrupavam conforme a escola da qual participavam. A Academia Brasileira de Letras, fundada em 1897, oficializou a literatura, reunindo, em tese, os maiores expoentes de nossas letras e adquiriu, neste sentido, “traços simbólicos, como se marcasse uma nova fase das letras do país” (SILVA, 2001, p. 15). Brito Broca complementa, afirmando que a “frase já tão ridicularizada de Afrânio Peixoto de que ‘A literatura é o sorriso da sociedade’, apesar de seu tom melífluo, não será inteiramente errônea se tomarmos literatura no caso por vida literária” (BROCA, 2004, p. 36).

A militância política e os debates intelectuais entre autores, escritores e/ou jornalistas e intelectuais que marcaram presença no mundo letrado carioca nos anos anteriores à proclamação da República, seja a partir das rodas boêmias, das conferências seja das disputas literárias, esmoreceram e recuaram. O hiato da historiografia literária no período compreendido entre 1890-1894 permite que se perpetue a ideia da geração de autores rotulada de “sorriso da sociedade”, de letras vazias, cultivadores de uma *belle époque* descontextualizada. Os jornalistas-escritores recolheram-se, reaparecendo no cenário social quando os conflitos pareciam encerrados.

A sublimação do sentimento de fracasso e de desalento deu-se por intermédio do “crescimento prestigioso da cidade nesse curto período”, cujo modelo principal seria o referencial europeu, em destaque, a França, que trouxe oportunidades a alguns desses paladinos, mas o preço foi alto:

Uma vez assentado o regime republicano e mortas as esperanças da “Grande Mudança” em que todos depositavam sua fé, a condição do grupo intelectual diante das novas pressões pareceu oscilar entre a tradição engajada da “Geração de 70” e a tendência à assimilação desvirilizadora da nova sociedade. [...] o grupo perde a feição monolítica com que batera pelas reformas e deixa entrever fissuras profundas em seu interior, denotando diferenças manifestas no seu modo de se inserir na nova situação histórica (SEVCENKO, 2003, p. 129).

O desencanto não foi exclusividade do grupo boêmio, dos “mosqueteiros intelectuais”, como os denomina Sevcenko. Machado de Assis tornou-se um escritor mais taciturno e desencantado em relação ao ser humano e à sociedade, condição revelada nos livros que publicou após a proclamação da República: *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1891), *Quincas Borba* (1892), *Dom Casmurro* (1900), *Esau e Jacó* (1904). Nesses romances, trouxe

à tona temas como a loucura, a exploração da ingenuidade alheia, a solidão, o ciúme doentio, a dúvida e o parasitismo social. Guardadas as proporções, embora padecendo da mesma desilusão, diversa, porém, mostrou-se a postura de Eça de Queirós, após ter concluído suas *Cenas da vida portuguesa*. Massaud Moisés aponta que Eça, ao alcançar a maturidade, nas obras que se seguiram, *A Ilustre casa de Ramires* (1897), *A correspondência de Fradique Mendes* (1900), *A cidade e as serras* (1901), e até biografias de santos, revelou um sentido produtivo,

fruto da dolorosa consciência de ter investido inutilmente contra o burguês e a família. Ao derrotismo e o pessimismo analítico da etapa anterior, sucede um momento de otimismo, de esperança e fé transubstanciado em idealismo não mais científico (MOISÉS, 1966, p. 284).

Eça de Queirós e seus amigos (Antero de Quental, Ramalho Ortigão e Guerra Junqueiro), a partir de 1865, ditaram as regras de comportamento dos letrados em Portugal, combatendo os ideais românticos. Na década de 1880, entretanto, limitavam-se a alegres jantares e consideravam-se “vencidos”. Foi-lhes dada, segundo Benjamim Abdala Jr. (1980, p. 7), a alcunha de *vencidos na vida*. Segundo esse autor, “o vencidismo era uma posição mais intelectual, como o próprio Eça afirmou várias vezes, mas segundo o parecer de outros, estavam mesmo era em crise de desalento”.

Segundo Sevcenko, os homens de letras retratados em *A conquista* engajaram-se a favor das mudanças necessárias e prementes para que o país pudesse superar o atraso material e intelectual em que se encontrava; porém, tiveram o “destino trágico de paladinos malogrados que a história os reservou” (SEVCENKO, 2003, p. 97). Posteriormente às mudanças pelos quais lutavam, foram transformados em “personagens socialmente inúteis” (2003, p. 107) e em autores de menor vulto. Essa aura rodeia essas figuras até hoje, haja vista o desconhecimento quase total de suas obras pelos leitores modernos e, sobretudo, pelos estudiosos da História oficial, acerca da participação efetiva dessa confraria em momentos tão relevantes de nosso país. De qualquer sorte, este estudo tenta dar luz a essas pessoas eternizadas pela ficção, as quais, de forma apaixonada, não mediram esforços, dentro de suas limitações, para que se concretizasse o sonho que até hoje é perseguido: um país mais justo e melhor para se viver.

3 RIO DE JANEIRO, A CAPITAL FEDERAL

O romance *A capital federal*, de Coelho Neto, foi publicado em 1893, durante o governo de Floriano Peixoto, quando o Autor era redator dos debates do Senado. Essa narrativa desconstrói a visão romantizada do Rio de Janeiro, urbanizado sob o ímpeto desenvolvimentista que marcou a administração de várias personalidades da história da época. Segundo Maurício Silva, essa narrativa “é um dos principais conjuntos documentais, marcadamente no que se refere à exposição dos hábitos e costumes durante a Primeira República” (1997, p. 211), servindo como um testemunho do momento histórico do Brasil daquele momento; foi definida, por Brito Broca, de “crônica romanceada”. As tendências nacionais e internacionais, o modelo de gestão adotado, arte, teatro, educação, moda arraigada à influência francesa, vida noturna foram bem caracterizados pelo Autor (PEREIRA, 1988).

Embora tenha pairado “sempre acima das escolas específicas e dos grupos literários, absolutamente fiel a si mesmo e ao destino de escritor” (PEREIRA, 1988, p. 44), Coelho Neto fornece uma visão aproximada da sociedade urbana brasileira no fim do século XIX pela voz de Anselmo Ribas, persona literária de Coelho Neto. *A capital federal: impressões de um sertanejo* traz as surpresas e as decepções do jovem Anselmo, provindo da província de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, para passar uma semana na casa de seu abastado tio, Serapião Gomes. O subtítulo denomina Anselmo de *sertanejo*, embora o rapaz relate que saiu do interior de Minas Gerais. Entende-se que o termo aqui é usado em oposição a urbano e não para denominar alguém oriundo do sertão.

A primeira obra que Coelho Neto publicou foi *Rapsódias* (1891), uma coletânea de contos; no entanto, sua primeira narrativa longa foi *A capital federal* (1893) – lançada primeiramente em folhetim em *O País* (RJ). Salienta-se que Anselmo Ribas aparece em outros romances como, por exemplo, *A conquista*, já examinado, e em *Fogo-fátuo*, compondo um panorama da vida intelectual da última década do século XIX. De qualquer sorte, embora usando o mesmo codinome, nas duas obras citadas, o Autor não faz referências a *A capital federal*, apenas se sabe que Anselmo não era nativo do Rio de Janeiro. Quando se lê *A conquista* e *Fogo-fátuo*, entretanto, percebe-se claramente uma sequência da narrativa, mesmo que exista um espaço temporal bem longo entre essas duas publicações, respectivamente 1899 e 1929.

A *capital federal* não é classificada como um romance romântico, porém apresenta algumas características desse movimento. A estrutura dos capítulos obedece ao formato folhetinesco, pois “a cada capítulo encontrar-se-á um acontecimento interessante ou divertido, capaz de prender a atenção do leitor” (DOMINGUEZ, 1991, p. 130). Igualmente o narrador denota algumas características de um estudante romântico, tendo em vista que “culto e profundamente ingênuo, apaixona-se por qualquer rosto bonito, tanto quanto idealiza situações” (1991, p. 131).

3.1 Dedico essa obra a ...

O autor inicia o texto com um agradecimento a um padre, Ambrosio Coriolano d’Annuniação Louzada, professor que lhe ensinou o segredo das belas letras e lhe deu severos conselhos e cascudos para lhe “abrir a cabeça”. Na dedicatória, também alude ao padre, pois, sem suas aulas, continuaria tão bronco quanto alguns vizinhos que tinha em Minas Gerais. Na sequência, dedica ao tio as páginas que se seguirão, informando que elas pertencem a ele, pois, com a ajuda da “Bôa Sorte”, pôde vivenciar “o beato socego⁶, praticando a moral divina de Epicuro” (COELHO NETO, 1924, p. 7). Nesse trecho, no início do romance, Anselmo já anuncia que a estada na residência do tio, pela fartura e pela riqueza, propiciou-lhe benesses desconhecidas e acomodações que jamais teria em sua casa humilde. Soma-se a isso a companhia de Dr. Gomes de Almeida, cicerone do sertanejo na Capital Federal, apresentando-lhe os prazeres mundanos que a vida na cidade grande pode propiciar; ao mesmo tempo, esse personagem iniciou Anselmo em temas jamais tratados ou imaginados.

Anselmo acrescenta que também dedicaria seus escritos a uma prostituta, Jesuína, “se o escrúpulo não existisse na moral privada”. A sociedade daquele final de século continuava a mascarar as aventuras amorosas dos homens; todavia, nos romances de Coelho Neto, e dos seus contemporâneos, essa hipocrisia foi desaparecendo, revelando a conduta masculina não tão ilibada como prescreviam as narrativas românticas. Anuncia que outros livros viriam, bem melhores, mais dignos do merecimento do tio. Coelho Neto, nesse exórdio, mescla realidade com a ficção, pois Autor e personagem, igualmente, possuíam um tio que morava no Rio de Janeiro que os incitava à cultura e à erudição. Conforme Herman Lima, “foi um tio materno, guarda-livros, amigo dos clássicos, seu primeiro mestre, aquele que despertou no menino,

⁶ As transcrições literais que aparecem neste estudo mantêm a grafia original do romance, publicado em 1924.

então com seis anos, o gosto pelos estudos e o interesse pelas letras quando a família veio do Norte, estabelecer-se no Rio de Janeiro” (LIMA, 1958, p. XI).

O narrador tem postura cética diante dos benefícios sociais trazidos pelo progresso técnico e material. As oposições entre campo e cidade, rústico e requinte são recorrentes ao longo de todo o romance, permitindo que se infira que um dos eixos da narrativa esteja pautado na oposição geográfica e social, compondo uma irônica desilusão quanto ao progresso. Ao mesmo tempo, não se pode negar que Anselmo “não consegue se furtar à ânsia de demonstrar erudição e afirmar-se como um indivíduo profundamente culto” (DOMINGUEZ, 1991, p. 127) sendo, no entanto, ingênuo e sonhador.

Narradores com posturas semelhantes aparecem também em *O morto*, com Josefino Soares, um perseguido político e, em *Miragem*, cujo protagonista Tadeu, é um soldado tuberculoso expulso de casa pela mãe depois que perdera o pai. Nas obras citadas, os protagonistas são pessoas do povo, desconectadas da realidade política e social em que estava mergulhado o país. Em *A capital federal*, no entanto, em lugar de valer-se apenas dos relatos de Anselmo, extasiado e, ao mesmo tempo, decepcionado com o Rio de Janeiro, o Autor dá voz a Dr. Gomes de Almeida, que faz longas digressões acerca de qualquer assunto: literatura, política, religião, teatro, as mulheres. *A capital federal* não apresenta pessoas, mas tipos.

O referido advogado vale como personificação de todos aqueles avatares de que, em inúmeras oportunidades posteriores se serviria o escritor para traduzir suas próprias reações. Neste caso, é através do Dr. Gomes que o autor faz a verdadeira análise da vida urbana brasileira e, as melhores colocações derivam-se dos seus argumentos sobre a literatura, assunto de maior ênfase no romance (PEREIRA, 1988, p. 49).

3.2 A viagem

A história propriamente dita inicia-se com Anselmo partindo de Minas Gerais. Já no interior do trem que o conduziria ao Rio de Janeiro, narra o diálogo entre duas personagens que lá também se encontravam: um monarquista e um livre pensador. Os dois passageiros retratam duas movimentações intelectuais presentes no início da República brasileira: “os republicanos louvavam a sociedade nova que se formava com o novo formato de gestão; os monarquistas criticavam a decadência, louvando o antigo regime e a sociedade aristocrática que desmoronava” (ALONSO, 2009, p. 131).

O primeiro critica o descaso do povo em relação ao monarca, expatriado a Portugal sem poder se despedir. Reclamou que nem sequer um tiro fora disparado para tentar impedir a partida da família real. Alegou o que a História registrou posteriormente: a República nasceu da iniciativa de poucos, sem o envolvimento da população. Conforme José Murilo de Carvalho, a proclamação da República ocorreu sem a participação popular. Não houve movimento armado que constrangesse a população, guerra civil, muito menos derramamento de sangue. A transição da Monarquia para a República deu-se de forma pacífica, tanto que os monarquistas nem sequer viram Dom Pedro II partir – a família real deixou o país às escondidas, em meio à madrugada do dia 17 de novembro de 1899 (CARVALHO, 2013).

O passageiro adepto à Monarquia era conservador e católico (religião adotada pelo Imperador), criticando a ligação dos republicanos com o Positivismo – doutrina que adotou o estado laico no país após séculos de dominação da Igreja. Uma seqüela do antigo regime que caracterizou o Império no Brasil foi a união Igreja-Estado. O catolicismo era a religião oficial; os outros credos eram tolerados, mas não podiam erguer templos; o casamento religioso tinha validade civil; os clérigos recebiam salário do governo; altos dignitários do Estado precisavam ser católicos. A Igreja estava submetida à tutela governamental. As decisões do Vaticano precisavam passar pelo crivo do ministério para terem validade na Igreja brasileira (LOPEZ, 1987, p. 90).

O segundo passageiro defende as novas ideias, mostrando-se ateu, mas crente no novo formato de governar: “Havendo Constituição e Justiça, para que diabos queremos nós santos? Deixemo-nos de sentimentalismos piegas!” (COELHO NETO, 1924, p. 11). Hábil em teorias republicanas, reclamava a falta de um batismo de sangue, como o de 1789, sem o qual a República jamais chegaria à perfeita consolidação. A remissão à Revolução Francesa é, por outro ângulo, igualmente a queixa da falta da participação popular. Sem o povo atuando na mudança de regime e sendo o destino do país decidido por poucos, fatalmente se corria o risco de uma ditadura – como realmente foram os mandatos dos dois primeiros presidentes brasileiros. A política científica dos reformistas orientou também um simbolismo encharcado de remissões à Revolução Francesa – patente desde a campanha republicana (ALONSO, 2009, p. 135), que se valeu de símbolos que espelhavam a França de 1789, filtrada pelo Positivismo. Assim surgiram bandeira, hinos e heróis nacionais, como Tiradentes, em alternativa aos anteriores, imperiais.

Continuava a altercação dos passageiros, cada um defendendo seu ponto de vista. O republicano exaltando os militares (executores da República), alegando que não havia “homem capaz de tomar a responsabilidade de governo” a não ser um general (COELHO NETO, 1924, p. 11). Nesse ínterim, o narrador foi chamado a se posicionar, e Anselmo, sem saber com quem concordar, conta que: “encolhi os ombros para fugir á discussão” (p. 11). Chama a atenção que o monarquista era “barão”, um dos tantos títulos de nobreza que foram vendidos por D. Pedro I e D. Pedro II a quem pudesse comprar.

Diferentemente de outros países de nobreza mais antiga, como a Inglaterra, os títulos brasileiros não eram hereditários, mas adquiridos. Oficialmente, serviam para recompensar serviços prestados à pátria. Mas não era preciso ser um grande herói para receber a honraria. Em um único dia, 12 de outubro de 1826, D. Pedro I criou 23 novos marqueses. Pela falsidade dessas titulações, com a proclamação da República, as posições de nobreza perderam a validade (MANSUR, 2010, p. 24), no entanto os “nobres” permaneceram sendo chamados pelos títulos. Um de muitos casos foi Visconde de Taunay, que recebeu do Imperador Dom Pedro II, em 1889, a honraria, e seu nome foi imortalizado dessa forma. Quem sabe se não seria esse um dos motivos para a revolta dessa personagem? Extinta a titulação, os amigos do rei ficaram menos poderosos.

A transição de regime, retratada por Coelho Neto, parece ter sido muito ruidosa, pois também Machado de Assis, em *Esau e Jacó* (1904), retratou a divergência das opiniões: os gêmeos (o monarquista conservador Pedro e o liberal republicano Paulo) são opostos na essência, mas tão idênticos fisicamente a ponto da mãe da dupla não conseguir diferenciá-los. A crítica de Machado é sutil, mas sarcástica: não se consegue perceber a diferença entre Monarquia e República; são diferentes no discurso, mas semelhantes em suas práticas políticas. Conforme Luiz Roberto Lopez (1988, p. 61): “a passagem do Império para a República não implicou mudanças estruturais mais consequentes, pois o regime de propriedade não foi tocado, o país continuou sendo agroexportador e as classes populares continuaram marginalizadas”.

O advento da República trouxe a vitória do cosmopolitismo cultural do Rio de Janeiro, que se consolidou como centro político, comercial e financeiro. A explosão demográfica nos anos 1870 e a politização das camadas urbanas contribuíram para a expansão da imprensa, que tornou mais diversificadas as opções de trabalho intelectual (VENTURA, 1991, p. 137). Se durante o Império o Rio de Janeiro era o centro de visibilidade social, a República atraiu

para a Corte elementos de posição e fortuna já estimulados no tempo de Ouro Preto. Os grandes latifundiários deixavam suas velhas fazendas pela vida agitada do Rio de Janeiro, na esperança de ressarcir no jogo da Bolsa os prejuízos decorrentes da abolição (PEREIRA, 1988).

3.4 Enfim, a Capital

Ao desembarcar na Capital, Anselmo já iniciou a comparação com sua cidade. A iluminação pública foi motivo para o rapaz concluir que sua vila era: “pobre terra de bárbaros, alumiada ainda pelas estrelas de Deus e pelas candeias de colza que a intendência manda pendurar em postes para que as estradas tranquiilas não fiquem abandonadas á treva, propicia aos duendes e aos ladrões de gallinhas” (1924, p. 15). Dirigindo-se à casa do tio, espantou-se com a quantidade de carros nas ruas, “gente a valer”. Pensava consigo: “Com seiscentos diabos! Isto é que é terra” (COELHO NETO, 1924, p. 19), referindo-se às modificações já existentes na paisagem urbana da Capital.

Os palacetes dos barões e viscondes deram espaço aos chalés burgueses republicanos, ocupando menor espaço, de acordo com as exigências da cidade que crescia (PEREIRA, 1988). Chegando ao destino, Anselmo encantou-se com a residência do tio, na praia do Russel, hoje Flamengo, com amplo e sortido jardim e em frente ao mar que “espumeja rolando e chofrando por entre pedras negras” (COELHO NETO, 1924, p. 21). No interior do ambiente, predominava o luxo. O tio, que na juventude era miserável, enriquecera de um dia para o outro, em transações felizes, ganhando muitos contos em apólices. Com os lucros, comprou vários prédios e naquele momento colhia os frutos de sua boa sorte, garantindo uma “velhice amparada e serena” (1924, p. 23). Ângela Alonso explica que:

Desbancando os *casacas* do Império no comando político e no mando social, a República abriu alas para uma *nova sociedade*. Grupos que estavam bloqueados socialmente pelo funcionamento letárgico da sociedade imperial desabrocharam – plantadores de café do Oeste paulista, ganhando expressão política compatível com sua força econômica – igualmente empresários urbanos cresceram vertiginosamente graças ao incentivo de Rui Barbosa, ministro das finanças de Deodoro, ao empreendedorismo. **Assim surgiu um estrato de novos ricos, como Serapião Ribas** (ALONSO, 2009, p. 134, grifo nosso).

O tio era uma figura pitoresca: calvo, gordo, “queixo tríplice” e solteiro. Não quis casar porque, se tinha sorte nos negócios, provavelmente não a teria no amor. Moravam com Serapião dois criados de serviço e um cozinheiro. Surpreendeu-se ao ver o sobrinho, mas recebeu o rapaz efusivamente. Reclamou por Anselmo não ter mandado avisar da chegada, tendo em vista que poderia tê-lo buscado de landau, informação que deixou Anselmo boquiaberto. Tudo o que encontrou na casa do tio – gozo e opulência – deslumbrava o rapaz. A beleza do lugar e o prazer do personagem são descritos em linguagem rica, com muitos adjetivos e remissões à mitologia.

O enriquecimento súbito do tio de Anselmo, muito provavelmente, foi ocasionado pela política de industrialização e de desenvolvimento adotada por Rui Barbosa, então Ministro da Fazenda, do governo de Deodoro da Fonseca, conhecida como *encilhamento* – plano econômico, criado pelo decreto de 17 de janeiro de 1890 (BELLO, 1972, p. 62). Em virtude de a estrutura econômica herdada do Império ser retrógrada e baseada no café, inspirados no sistema bancário norte-americano, os bancos passaram a liberar empréstimos livremente às pessoas, sem mesmo saber de suas reais condições de pagamento. Segundo Edgar Carone,

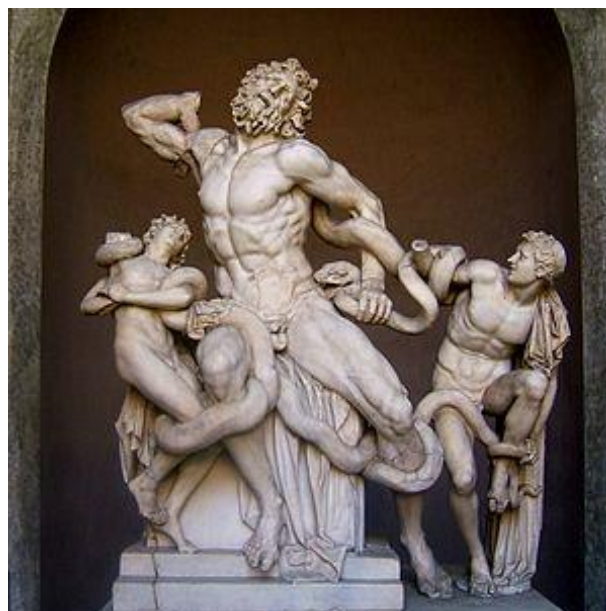
A República foi recebida pelos países estrangeiros com desconfiança, revelando uma baixa dos títulos brasileiros no mercado europeu. O plano de Rui Barbosa foi prescindir do auxílio estrangeiro e seguir o exemplo americano [...] do qual decorreu pluralidade bancária e protecionismo, que ajudaram os Estados Unidos a tornarem-se grande potência industrial (CARONE, 1976, p. 202).

Mesmo com o encerramento das atividades de muitas empresas, por falência, suas ações continuavam à venda na Bolsa de Valores, inclusive com preços ascendentes. Essa situação gerou uma enorme especulação financeira, o surgimento de empresas-fantasmas, desencadeando uma das mais graves crises econômicas vividas pelo Brasil. Conforme Bello, “a política do *encilhamento* criara no Brasil uma classe de homens de negócios, de aventureiros, de especuladores da Bolsa e de câmbio que, direta ou insidiosamente, procuravam intervir nos negócios públicos” (BELLO, 1972, p. 128). A liberdade de ações especulativas e da jogatina oficializada na Bolsa de valores, sem qualquer escrúpulo, foi estendida ao campo da moral e dos costumes, pois atitudes veladas adquiriram, com a República, excetuando-se o governo de Floriano, foros de legitimação pública (CARVALHO, 2005).

Antes de cear com o tio, Anselmo foi tomar banho, cena emblemática, pois denota um rito de passagem – da sujeira da vila empoeirada à cidade civilizada; do caipirismo ao dandismo: “lavar-me para entrar limpo e lépido na vida nova, buliciosa e surpreendente” (COELHO NETO, 1924 p. 33); [...] “receber o baptismo da civilização, deixando nagua morna a poeira dos caminhos e a barbárie da sua alma ignorante e insaciada” (p. 34). A ação da narrativa ficou suspensa com o ápice do processo descritivo desse rito, em detrimento da narratividade com várias páginas destinadas a esse momento de “purificação” e/ou de “batismo” (MENDES; SILVA, 2010, p. 40). Nessa cena, o Autor alude a muitos personagens gregos, lembrando os banhos públicos e o prazer de estar incluído no grupo dos seres superiores.

Ao sair da piscina (supostamente uma banheira, mas comparada a uma *terma* romana), relatou: “Puz-me em pé e, estirando os braços, todo retorcido como Laocoonte, afastei-me do ádyto das libações” (COELHO NETO, 1924, p. 35). Segundo o dicionário Priberam, *ádyto* significa entrada; *libações*, o derramamento de vinho em honra aos deuses. No contexto, confirma-se o banho como um ritual de purificação destinado aos eleitos.

Figura 01: Laocoonte e seus filhos



Fonte: Wikipedia (2014)

A imagem da escultura de Laocoonte é pertinente neste trabalho como ilustração de uma figura nada comum a um leitor do século XIX, que não tinha acesso à escolaridade, não dispunha de luz elétrica, certamente dos recursos tecnológicos da atualidade para consultas

on-line para saber de quem o autor estava falando. Igualmente demonstra o exagero do autor tanto à pose que Anselmo faz após o banho, imitando um ser mitológico (talvez a ele se comparando) quanto à demonstração de saber acadêmico. Essa escultura encontra-se no Museu do Vaticano desde 1816, desde a queda de Napoleão Bonaparte. Será que Coelho Neto conhecia pessoalmente a estátua ou era mais de uma de suas demonstrações de erudição obtida por suas muitas leituras? Andreia Dominguez comenta essa postura de Coelho Neto, espelhada no narrador Anselmo: “esses elementos da narrativa denunciam-lhe a imaturidade, a insegurança de um escritor ainda preso à cultura clássica, que insiste em se apresentar como um ‘heleno’ [...]. Não chega a se perder em ornamentalismo lexical, mas não economiza alusões a nomes e episódios que possam provar sua sólida erudição” (DOMINGUEZ, 1991, p. 129).

Nesse romance, o Autor valeu-se frequentemente da Antiguidade Clássica e dos termos eruditos, uma das tantas críticas que recebeu de seus desafetos e também de Artur Azevedo, pela dificuldade de as pessoas menos letradas entenderem a que/quem o Autor estava se referindo. Azevedo criticava o beletismo e orientalismo de Coelho Neto, alegando que o cotidiano, e não os temas mitológicos e exógenos, é que deveria ser a matéria-prima das obras literárias nacionais; igualmente, era preciso escrever com simplicidade, a marca da distinção do bom escritor.

A escola romântica, não só no Brasil, mas também onde vicejou, reagiu contra os deuses do Olimpo, estabelecidos na literatura com o Classicismo e principalmente com o Arcadismo. Com o Parnasianismo, os deuses readquiriram o prestígio antigo, implantando a hegemonia da Grécia na literatura brasileira, que triunfou plenamente em nossas letras até a Guerra de 1914, pelo menos. Alguns a citavam a cada passo, porque realmente conheciam sua história e frequentavam os mestres da Antiguidade clássica; outros helenizavam-se para não serem excluídos desse grupo seletivo. “Dela usou e abusou [...] Coelho Neto, decerto um dos maiores responsáveis pela propagação dessa mania. Mas foram muitos os culpados. João do Rio, cujo brilho do estilo mal disfarçava a cultura apressada e superficial, citava a todo momento Sófocles, Eurípedes, etc.” (BROCA, 2004, p. 153-154).

O jantar foi muito farto e refinado, com muita bebida alcoólica, um “delírio bacchico, tão singular, tão novo em meus hábitos de sobriedade” (COELHO NETO, 1924, p. 39) e assim o foi durante todo o tempo em que passou junto do tio: “a mesa pantagruélica, alva, nítida e farta” (p. 49). O narrador não consegue aproveitar as delícias ofertadas sem comparar

a casa do tio com suas acomodações em Minas Gerais: “Vi, como em cenário, em longínquo horizonte nebuloso, aéreo, a paisagem silenciosa da minha terra, no valle fresco e verde” (p. 53).

3.5 Mais um passeio

Saindo pela primeira vez para conhecer a cidade, Anselmo encantou-se com as mulheres que passavam pelas ruas. O tio, dentro da vitória, ia indiferente, acostumado com o luxo; o rapaz mostrava-se: “queria que as mulheres olhassem para o meu rosto rosado e fresco [...] para o meu largo peito forte [...] um modelo de homem [...] um sólido e másculo exemplar de sertanejo capaz de amá-las” (COELHO NETO, 1924, p. 61).

Passaram pelo local que hoje se denomina de Largo de São Francisco de Paula, definido por Serapião como uma espécie de síntese civilizatória: “de um lado a religião, Deus e o mysterio. É a ala santa do perímetro”; “á direita, o commercio, a indústria, o movimento” (COELHO NETO, 1924, p. 62-63).

[...] um dos principais espaços ordenadores da cidade do Rio de Janeiro desde o século XVIII, destinado a abrigar monumentos como a projetada Sé Nova e a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Paula. A Rua do Ouvidor desemboca no Largo São Francisco de Paula. No Largo situavam-se a Academia Militar, depois Escola Central e, por fim, sede da Escola Politécnica. O prédio da escola oferecia pano de fundo para composição para festas (SANTOS, 1996, p. 1).

Chegaram ambos à famosa Rua do Ouvidor, local que Anselmo queria muito conhecer; todavia foi a primeira decepção do protagonista, pois tinha uma visão estereotipada de como realmente seria o local: “uma desillusão, meu tio” (COELHO NETO, 1924, p. 65); “um becco! Corroborei com desprezo” (p. 70). “Estou procurando o encanto, meu tio” (p. 67). A desilusão de Anselmo refere-se às descrições glamorosas feitas pelos romances românticos urbanos, pelos quais o leitor desavisado supunha ter um panorama real do cenário da cidade, tanto que: “Contaram-me tantas maravilhas desta rua que não é muito que me confesse desiludido [...] indignação, a mais justa indignação contra todos me atordoaram o espirito com exageradas fantasias e soberbas descrições de um fastígio incomparável” (p. 68).

Não só Anselmo, mas igualmente Ernesto, personagem da peça de José de Alencar (*Rio de Janeiro: verso e reverso*), e Dr. Gomes queixam-se da visão estereotipada da Rua do

Ouvidor – e por extensão do Rio de Janeiro – aos que não o conhecem. A descrição do local parece ser movida pelo que representa e não como realmente se apresenta. Vários movimentos políticos e literários nasceram nas confeitarias e cafés da Rua do Ouvidor; era o local aonde a burguesia ia para se cobrir de requinte em lojas de nomes afrancesados. A boemia era acolhida não somente pela flexibilidade dos padrões morais ali permitidos, mas, sobretudo, por não ter outro local aonde ir (MENDES; SILVA, 2010, p. 36).

O tema da desilusão com a tão famosa Rua do Ouvidor reapareceu, e Anselmo relatou que, em contrapartida com as descrições lidas, a cidade era “vulgar, sem nada absolutamente do que lhe emprestara a sua imaginação” (1924, p. 85). O advogado comentou que também fora iludido pelos escritores quando viajou para outros países:

[...] a Paris que eu imaginara era a antiga, que eu vira descripta nos primeiros romances que me entretiveram as horas da mocidade – Paris dos duelos, Paris dos lansquenets, Paris das tascas românticas, Paris das vielas escusas [...] Paris de Ponson, Paris de Dumas [...]. Essas impressões das primeiras leituras, que nos ensinaram a devaneiar, que nos tomaram pela mão para mostrar-nos a estrada azul da fantasia [...]. É debalde que procuramos sufocar esse resquício de infância ou de imbecilidade [...] destruindo, com as verdades da historia, as fabulas que adquirimos na novella e no conto. **A verdade é que nós temos duas divisões – a do mundo real e a do mundo imaginário**, e esta é a primeira que buscamos (COELHO NETO, 1924, p. 86-87, grifo nosso).

Passeando pela Rua do Ouvidor, à noite, Anselmo descreveu o novo aspecto que o famoso lugar tomava após o encerramento de suas atividades. Sem a multidão de frequentadores diários, “via-se-lhe toda a sordidez do lagedo; mostrava-se impudicamente a meus olhos esboroada e suja” (1924, p. 106). As pessoas que por ali passavam tinham outro aspecto, trabalhadores que voltavam de suas fainas, poucas senhoras trabalhadoras de um lado para o outro e meninos vendendo jornais. Com essa nova configuração de transeuntes, Anselmo afirmou que lhe parecia outra rua. O advogado explicou que aquela era a hora dos operários, dando ao local outra “physionomia” (1924, p. 106). Complementou dizendo que “o povo [...] tem o seu cheiro especial – *odor populi* – e a Rua do Ouvidor varia de aspecto e de aroma conforme a hora, conforme a gente”. (p. 107). Ilustra bem a descrição de Anselmo, o poema de autoria de Artur Azevedo (AZEVEDO, 2002, p. 261):

Não há rua como a rua
Que se chama Ouvidor!

Não há outra que possua
Certamente o seu valor!

Sendo assim, tão mal calçada,
Tão estreita como é,
Pode até ser comparada
Com qualquer beco chué.

Mas o caso é que esta rua
Atrações tem sem rivais:
Quem a ela se habitua
Nunca a deixa, nunca mais!

Muita gente há que se mace
Quando, seja por que for
Passa um dia sem que passe
Pela Rua do Ouvidor!

A descrição dos frequentadores da rua continuava pela voz do Dr. Gomes, que os detalhava de acordo com o horário: “Às seis começa a vida do mercado” [...] Cheira acremente a matadouro e a salsugem”. Em seguida, começava o odor de lixo “quando os grandes carroções da limpeza começam a aceiar as casas e a sujar as ruas” (COELHO NETO, 1924, p. 108). Os jornais começavam a circular às seis e meia ao mesmo tempo em que chegavam as primeiras mulheres com o destino ao trabalho; mais tarde um pouco, os comerciantes e aromas apetitosos. “Às dez, os patrões, pesados do almoço, arrotando, empazinados e fartos”. Junto com eles, os capitalistas perfumados com suas roupas sofisticadas. Ao meio-dia, o rumor e o cheiro misto apareciam, ao mesmo tempo em que vinham os grupos. Interessante a observação do Autor quanto aos boatos que, inevitavelmente, surgiam e espalhavam-se, correndo rápido e aumentando sempre, de porta em porta “como outr’ora passavam, nos campos gauleses, as notícias de guerra, de trigal em trigal, de leira em leira” (1924, p. 110).

Das 15h às 17h, desfilavam os boêmios que traziam consigo, ao mesmo tempo, a elegância, o espírito, o trabalho, o vício e a miséria, refletindo sobre sua condição financeira que não se coadunava com seu espírito contemplativo do ideal, do sucesso almejado e não encontrado. Dr. Gomes terminou a apreciação, retomando ao ponto de partida, ou seja, “às cinco essa onda vai desaparecendo para dar passagem ao operário que vem dos arsenaes e das fabricas: tresanda a suor e a resina” (1924, p. 111). Conclui, então: “Ao crepúsculo a Rua do Ouvidor perfuma-se: toda a gente cheira bem. Á noite é insípida: cheira a comida como casa de pasto. Á meia-noite cheira á poeira e ás cinco recomeça” (p. 111-112).

Segundo Liuti (2007), Macedo previu que a Rua do Ouvidor seria aplaudida em seu centenário, no fim do século XIX, como imagem de glória e pompa; entretanto, essa situação não se concretizou. O local tornou-se um espaço decadente e pouco frequentado pelas elites abaladas economicamente, sobretudo, a partir da política do *encilhamento* de 1891:

Com a inauguração da Avenida Central, ocorrida em 1906, esvazia-se o centro da cidade e a rua se torna uma realidade irreversível. A rua nunca mais seria o espaço privilegiado que fora durante o século XIX. A cidade do Rio de Janeiro, seduzida pelo ideal de modernidade, alterou sua geografia (LIUTI, 2007, p. 89).

Anselmo relatou que já estivera na Capital “em janeiro de (18)72, cinco dias apenas, em um hotel”, momento em que “grassava a febre amarela” (COELHO NETO, 1924, p. 83). Naquela ocasião, o pai do narrador trouxera-o para que iniciasse os estudos; no entanto, a epidemia da doença abortara a tentativa do pai matricular o menino na escola, “preferindo conservar-me ignorante, mas vivo”. Conforme Anselmo, um americano morrera dessa doença, “agonizando solitário entre os tabiques de um quarto de hotel” (p. 83).

O Rio de Janeiro, naquele momento, já era conhecido mundialmente por suas belezas, mas os estrangeiros admiravam-no de longe. Na Europa, as companhias de viagem anunciavam em suas propagandas: “Trânsito direto para Buenos Aires, sem passar pelo Brasil e pelos perigosos focos de febre amarela da cidade do Rio de Janeiro” (NOSSO SÉCULO, 1980, p. 26). Cabe lembrar a referência já feita ao romance *Lucíola*, de José de Alencar, personagem que viu sua família inteira adoecer de febre amarela, por volta de 1850:

A febre amarela – como o cólera, a varíola e a peste bubônica – era o alto preço que o Rio de Janeiro pagava por um crescimento desordenado. A febre começou a ganhar amplitude depois de 1850, enquanto a varíola chegava pela migração interna, e a peste viajava em ratos nos porões de navios estrangeiros. A princípio, tentou-se minimizar o problema, negar o vulto da questão sanitária; mas, depois que as freiras do Colégio Sion, após a morte de sua superiora, abandonaram apavoradas a cidade, a questão ganhou foros de escândalo (NOSSO SÉCULO, 1980, p. 30).

3.6 O advogado pedagogo

Dr. Gomes de Almeida é descrito como um belo tipo: “um rapagão de fartos bigodes loiros, pince-nez, sobrecasaca e calça clara, que arriava a cartola” (COELHO NETO, 1924, p.

81); “[...] advogado. Moço de talento e rico” (1924, p. 82). Dr. Gomes “tem alguns prédios, ganhou alguma coisa na praça á minha custa, acrescentou Serapião com superioridade” (1924, p. 157). É um personagem profícuo, pois discute temas cujos enfoques, para a ocasião, eram tidos como devaneadores. Dr. Gomes é um visionário, e Anselmo fica boquiaberto com as idiossincrasias do advogado; todavia, tio Serapião taxa-o de “mentiroso, mentiroso é que é” (1924, p. 97); “Conversa bem, mas é meio doido. Tem uma de menos...” (COELHO NETO, 1924, p. 153).

Conforme as conversas se desenrolam, anuncia-se a notícia de que havia uma “Revolução em Matto-Grosso” (COELHO NETO, 1924, p. 99). Essa informação suscitou comentários acerca da natureza pacífica do povo, posição que aparece em vários momentos da narrativa pela voz de Dr. Gomes, o qual critica a maneira como sempre foram conduzidas as revoluções no país. De uma forma ou de outra, os dois personagens do trem já questionavam a falta de iniciativa do povo: o monarquista reclamando da apatia da população para reter a família imperial; o republicano questionando a falta de sangue quando da proclamação da República. Retomando as observações dos primeiros personagens apresentados, Dr. Gomes afirmou que: “Todas as nossas revoluções são incruentas. Somos suficientemente anêmicos e é talvez por isso que nos vamos arranjando a secco. O sangue só escorre no noticiário, a carnificina só existe no local” (p. 99).

As elucubrações do advogado dão um tom especial à narrativa, que seria insossa se fosse conduzida somente pelo discurso de Anselmo – um cidadão que desconhecia a cidade e as ideias que modificaram o destino do país. Dr. Gomes é irônico, criticando que “nossas lutas intestinas são uma blague de bom humor para alimento do artigo de fundo; a evolução social tem sido feita não á custa de sangue, mas á custa de foguetes” (COELHO NETO, 1924, p. 100). Percebe-se, igualmente, a crítica ácida ao povo brasileiro, a maneira como sempre se comportou diante das crises:

Somos um povo incharacterístico; defeito de origem – não tivemos lutas, não conseguimos formar um período histórico; habituámo-nos a receber o que nos davam, dahia a passividade desidiosa do nosso temperamento. Nossa alma varia de instante a instante, é por isso que somos tão fáceis de adaptação. Forçaram o nosso altar, deixaram-nos sem crença e sem Deus; [...] Chamam a isso evolução. É possível. Eu chamo-lhe indiferença. E é assim em tudo. Em política dizem que fazemos revolução sem sangue (COELHO NETO, 1924, p. 131).

Dr. Gomes criticou a tendência que o brasileiro tem, desde sempre, de imitar os outros povos no tocante aos “meios administrativos, econômicos e ainda políticos”, sem serem consideradas as particularidades locais e as organizações diversas: “É querer curar uma febre eruptiva com um sedativo que fez cessar a cephalaea do vizinho. Ridículo, ridículo e triste” (COELHO NETO, 1924, p. 131). Nessa passagem, percebe-se a crítica quanto à hipocrisia dos governantes brasileiros. Mesmo adotando os princípios da Revolução Francesa e da Declaração Universal dos Direitos Humanos, documentos que asseguram que “todo homem nasce livre”, na Carta Outorgada de Dom Pedro I, manteve-se o comércio de seres humanos, configurando-se uma incoerência jurídica.

Conforme Roberto Ventura,

a fascinação dos intelectuais brasileiros com aspectos da cultura metropolitana, como a teoria climática ou os relatos de viagem, mostra a identificação com o ponto de vista estrangeiro, em imaginário “diálogo” com interlocutores europeus. Introduziu-se, na literatura e na crítica brasileira, uma visão exótica ou um olhar de fora, que trouxe a imagem *negativa* da sociedade e da cultura local, expressa na oscilação entre ufanismo e cosmopolitismo, na tensão entre a ideologia civilizatória e o projeto nacionalista (VENTURA, 1991, p. 41).

O advogado referiu-se à moda copiada da França, onde sabidamente os invernos são rigorosos, em contraponto ao clima tórrido do Rio de Janeiro: “supplicio imposto á mulher brasileira pela elegância parisiense. [...] Quando o inverno inteiriça Paris, nós aqui, nesta fornalha dos trópicos, desfazemo-nos em suor, estalamos e as nossas mulheres, que se vestem pelos moldes da *Saison* e do *Coquet*, embrulham-se em pelles” (COELHO NETO, 1924, p. 132). Igualmente os homens sofriam com os trajes confeccionados com tecidos pesados e inadequados, compostos por casacos, coletes, chapéus. Se se apresentassem em público “de terno de linho e chapéu panamá” (p. 132) seriam motivo de escândalo.

Valendo-se da tese de que o povo brasileiro carece de identidade própria, o advogado teceu várias críticas à produção literária até então:

Á nossa litteratura falta o character de originalidade. Não é propriamente uma litteratura nacional porque, por infelicidade, ninguém se preocupa com a terra. Os olhos dos nossos poetas veem as constelações de outros céus, as aguas de outros rios, a verdura de outras selvas (COELHO NETO, 1924, p. 121).

Tentava explicar o porquê das imitações, alegando ser mais difícil descrever a verdade do que colorir fantasias, sobretudo porque nossa veia artística é um produto emigrante (COELHO NETO, 1924, p. 128). Defendeu os artistas locais, explicando que não lhes faltava ideal plástico tampouco ideal poético, mas não tinham formada a identidade nacional e o amor verdadeiro pela Pátria (p. 129). “Somos vítimas de uma conquista orgânica [...] Os tônicos que nos administram em vez de nos revigorar debilitam-nos, tirando-nos a autonomia e repulsando-nos lentamente. **Na pátria nós é que somos os estrangeiros**” (COELHO NETO, 1924, p. 135-136, grifo nosso).

3.7 Teatro nacional, chirinolas e saracoteios

Em suas divagações, Dr. Gomes não poupou a produção teatral nacional, descrevendo-a como “chufa banal que faz estourar a braguilha, [...] a nudez dos maillots que aguça o apetite erótico. Os forasteiros impõem o teatro para rever os seus costumes, recordar os trechos das suas glórias” (COELHO NETO, 1924, p. 134). Serapião disse que a culpa era dos poetas, que não trabalhavam. Dr. Gomes rebateu, alegando que essa situação era consequência da fatalidade. “Para que exista o drama é necessário que existam factos, que haja uma história, subsídio que, infelizmente, não possuímos”. Havia obras teatrais sérias de Coelho Neto e de Machado de Assis; porém, o público preferia as revistas musicadas traduzidas do francês ou do italiano ou escritas por dramaturgos como João do Rio e Artur Azevedo. “No palco, tragédias e comédias. Na plateia, esnobismo, namoros e mexericos. O que interessa é a moda” (NOSSO SÉCULO, 1980, p. 229).

A vinda de Sarah Bernhardt ao Brasil, em 1886, foi um acontecimento sensacional [...]. Musa inspiradora dos maiores escritores europeus, como Proust, a atriz francesa ficou frustrada com o público do Rio, **que reagiu com frieza às suas representações** [...]. Dama das Camélias, de Dumas Filho, foi interrompida devido a brigas de estudantes na plateia. Mais tarde seu filho foi espancado por um indivíduo no hotel em que se encontravam. Tudo isso e a ameaça de febre amarela fizeram a ‘divina Sarah’ bater em retirada para a Europa. Voltando em 1893, sua casa foi assaltada por ladrões que levaram todos os seus valores em joias e dinheiro [...]. O navio em que embarcou foi bombardeado, à saída da baía da Guanabara, durante as refregas da Revolta da Armada (NOSSO SÉCULO, 1980, p. 228, grifo nosso).

Nessa parte da narrativa, pode-se mais uma vez aliar realidade e ficção. Coelho Neto, embora amigo pessoal de Artur Azevedo, não o poupou por desperdiçar seu talento: “com

bambochatas e chirinolas, ou seja, embrulhadas e trapalhadas de má qualidade artística” (SICILIANO, 2011, p. 88). Em *A conquista*, Luís Moraes (Luís Murat) frisou, no Café Londres, que um artista como Artur não poderia descer ao nível da multidão, “a multidão é que deveria subir ao Parnaso para ouvi-lo”. Tamanho era o incômodo de Coelho Neto em relação ao teatro brasileiro, que traz em dois romances diferentes suas opiniões mesmo que, para tanto, usasse a voz das personagens (COELHO NETO, 2000, p. 20).

Em outra passagem de *A conquista*, quando o grupo estava no Teatro Sant’Anna, Ruy Vaz apareceu brandindo a bengala, colérico, dizendo que “é melhor ser calceteiro ou condutor de bonde do que homem de letras em um país como este” (COELHO NETO, 2000, p. 20). Sua fúria devia-se a modificações solicitadas pelo agente teatral, que queria uma comédia de costumes, com “negros à cena com maracás e tambores, dançar e cantar”, pois o público não receberia bem uma peça serena, sem chirinola e saracoteios. Indignado, afirmou que “não faria concessões vergonhosas simplesmente porque o nosso público, saturado de vícios, entende que o teatro deve ser como um templo devasso. Isso não!” (COELHO NETO, 2000, p. 21).

A concepção do teatro de revista ser visto como uma produção inferior, de valor estritamente comercial, típica de um público incapaz de raciocínio e de abstração, era partilhada por quase todas as personagens de *A conquista*, onde se encontram várias alusões à dicotomia público massificado e leitor culto; produção comercial e trabalho artístico. Para os escritores de então, essas distinções estavam bem definidas, as quais, para o momento em que viviam, jamais poderiam se estreitar como coisa única. O clássico ainda asseguraria o apoio firme, que garantiria ao homem de letras a sua condição de indivíduo culto (DOMINGUEZ, 1991, p. 134).

Apesar de sua resistência inicial em adaptar-se ao modelo vigente do teatro e por também “ganhar seu pão exclusivamente a custa de sua pena”, Aluísio Azevedo utilizou-a muitas vezes em produções consideradas menores, escrevendo três peças em parceria com o irmão, Artur Azevedo, na clave dos criticados gêneros do teatro ligeiro musicado: a ópera cômica *Flor de Lis*, 1882, e as revistas de ano *Fritzman*, 1889, e *República*. Aluísio Azevedo fora parceiro de seu irmão em quatro peças. Uma delas, no entanto, é considerada dentro dos padrões da elite letrada, a comédia em três atos, *Casa de Orates* (SICILIANO, 2011, p. 96).

Em certa ocasião, Ruy Vaz, renegando suas idiossincrasias, sugeriu a Anselmo: “façamos uma revista. Não temos empresário nem público para a Arte. Onde deve entrar [...]

o escalpelo da análise, um ruidoso adufe; em vez do diálogo brilhante, um rondó brejeiro; [...] e teremos aplausos”. Continuou sua preleção, maldizendo, da mesma forma, os atores: “São os que mais impressionam pela dicção, pelo gesto adequado e comedido, pela sobriedade da expressão, pela naturalidade? Não, são os mais palhaços, os mais grotescos”. As atrizes também são alvo das críticas pela conduta desregrada, beirando à prostituição: “São as que melhor interpretam? Não, são as mais bem feitas e as que se desnudam com mais impudor. [...] As ovações delirantes são feitas à nudez; as flores que juncam os palcos vão com direção aos leitos” (COELHO NETO, 2000, p. 83).

Os intervalos dos espetáculos eram “sempre muito interessantes [...]. As grandes *cocottes* são figurinos obrigados nas récitas de assinatura, onde se exibem, mostrando *toilettes* maravilhosas [...]. Entre o pano que desce e o pano que sobe, por certos camarotes, detonam garrafas de *champagne*” (EDMUNDO, 1938, p. 463). Dr. Gomes lembrou os dramas portugueses, que exaltavam seu país, e os franceses que agradavam pela universalidade, paixões modernas que existiam por toda a parte; todavia, não existiam heróis nacionais que preenchessem a história com seu prestígio. “Que epopéas demarcam a nossa victoria inicial? [...] Em que meandro ficam os túmulos dos que lutaram pela nossa liberdade e pela nossa crença? Há algum campo semeado de ossos de bravos que tivessem sahido em defesa da pátria?” Acrescentou que não conhecemos a nossa origem, um povo oriundo do acaso, que passou por três períodos de servidão: “a servidão de colônia, a servidão do eito e a servidão do espirito. Só pode ter theatro um povo livre” (COELHO NETO, 1924, p. 136-137).

Um dos alvos da crítica à produção teatral foi Artur Azevedo, acusado por vários de seus colegas, inclusive Coelho Neto, de nivelar por baixo seu talento. O ganho financeiro oriundo da escrita dos gêneros populares ligeiros era maior do que o considerado “alta literatura”, por isso, para os membros da elite letrada, a popularidade das obras e os ganhos decorrentes, de certa forma, tornavam a literatura um artefato cultural ilegítimo, pois as estéticas e as temáticas cultivadas não advinham dos impulsos individuais criadores, mas eram orientadas para o mercado, definidas pelo gosto do público (SICILIANO, 2011, p. 98).

Bem antes de Coelho Neto, Machado de Assis, em *O passado, o presente e o futuro da literatura*, de 1859, critica o teatro brasileiro:

Passando ao drama, ao teatro, é palpável que a esse somos o povo mais parvo e pobretão entre as nações cultas. Dizer que temos teatro é negar um fato; dizer que

não o temos, é publicar uma vergonha. E todavia assim é. [...] O nosso teatro é um mito, uma quimera. E nem se diga que queremos que em tão verdes anos nos ergamos à altura da França, a capital da civilização moderna; não! Basta que modelemos por aquela renascente literatura que floresce em Portugal, inda ontem estremecendo ao impulso das erupções revolucionárias [...]. Transplantar uma composição dramática francesa para nossa língua é tarefa de que se incumbe qualquer bípede que entende letra redonda. O que provém daí? O que se está vendo. **A arte tornou-se uma indústria; e à parte meia dúzia de tentativas bem-sucedidas, sem dúvida, o nosso teatro é uma fábula, uma utopia** (ASSIS, 1994, p. 4, grifo nosso).

A crônica publicada em *O Paiz*, em 1904, e intitulada “A defesa”, é o mais conhecido manifesto de Artur Azevedo contra as críticas que costumava receber; no entanto, já se acostumara a responder pela imprensa aos seus críticos, muitas vezes seus amigos, como a polêmica travada com Coelho Netto, em 1897:

Arthur Azevedo confessa ter aumentado o tom contra “as acusações injustas” que lhe fizeram “o sangue ferver”: não só não fora o primeiro a fazer paródias e por isso não principiara a decadência do teatro nacional, como também afirmara que sua peça não fora considerada desgraciosa pelo público, que “aplauiu-a cem vezes seguidas” e que prefere a “paródia bem feita e engraçada aos dramalhões pantafaçudos e mal escritos”. Ademais, **o ótimo resultado de bilheteria, que lhe rendeu “alguns contos de réis”, não lhe fizera mal, nem maculara a arte** (SICILIANO, 2011, p. 88, grifo nosso).

No início do século XX, ainda éramos um satélite espiritual da França. A tal ponto que nossa vida intelectual podia ser comparada com o que acontecia na Rússia czarista, onde os membros da aristocracia costumavam comunicar-se em francês (NOSSO SÉCULO, 1980, p. 207). Seguindo similar linha de pensamento, Dr. Gomes disse que, pelo país ser muito jovem e carente de valores patrióticos arraigados, não há assunto para servir de mote à literatura, por isso a imitação da arte daqueles países que já vivenciaram guerras pela defesa do território, pela independência. “Essa casta superior, que podia impôr as letras e as Artes, é indiferente, porque não se educa na pátria, educa-se no estrangeiro ou nas suas doutrinas, é lida em livros de fora” (p. 150). “Hoje a preocupação do poeta é o *rhythm*, a sonoridade. São discípulos de Apelles: fazem-na rica por absoluta impossibilidade de a fazerem bela” (p. 126).

Partilhando das mesmas ideias, Olavo Bilac, em seu depoimento a João do Rio, em *O momento literário*, afirmou:

Somos uma raça em formação, na qual lutam pela supremacia diversos elementos étnicos. Não pode haver uma literatura original, sem que a raça esteja formada, e já é prodigiosa a nossa inteligência, que consegue ser esse reflexo superior e se faz representativa do espírito latino na América. Ah! A nossa inteligência! É possível atacar, espezinhar, pulverizar de ridículo tudo o que constitui o Brasil, a sua civilização e o esforço dos seus filhos. Esses ataques são em geral feitos por brasileiros (RIO, 1905, p. 5).

3.7 Mais problemas nacionais

A “superioridade” da raça branca era considerada princípio “científico” por muitos intelectuais. “Nina Rodrigues, em seus estudos sobre o negro brasileiro, e Sylvio Romero, herdeiro de Tobias Barreto e da *Escola do Recife*, proclamavam-na abertamente” (NOSSO SÉCULO, 1980, p. 211). O advogado entrou, em seguida, em terreno pantanoso, trazendo ideias naturalistas:

Physicamente, somos um povo hybrido, sem raça discriminada, sem antecedentes firmes; nascemos da amalgama; somos os epígonos de Babel. Essa miséria de origem reflete-se no organismo. Dizem que o brasileiro é preguiçoso, languido e contemplativo. Há quem lance esses vícios congênitos á conta do clima, é verdade, em parte, mas esquecem inteiramente a etiologia – que é a origem. O sangue que circula em nossas veias é uma mistura heterogênea de glóbulos que se destroem reciprocamente para que um sobrepuje e vença: o glóbulo africano dá-nos o banzo; o que herdámos dos navegadores dá-nos a atividade, a tenacidade arguta e trefega de investigação e o egoísmo, que é um eufemismo de avareza; e, finalmente, o glóbulo virginal do sangue indígena. Em uns vence a saudade – é a vida do coração, são os sentimentais; em outros supera o germen europeu e são os activos: os homens de sciencia e de commercio, bem raros, infelizmente; nos últimos, a força indígena prevalece e são os bravos e os sonhadores (COELHO NETO, 1924, p, 147-148).

Referiu-se, a seguir, a “casos excepcionais de fusão – a luta constante dos três glóbulos: são os desorientados, homens indecisos, dúbios, de existência incerta, de vontade vária, sem idéa firme, sem iniciativa” (COELHO NETO, 1924, p. 148), justamente a maioria do povo, o qual, conforme Dr. Gomes, é constituído de anomalias. Corrobora a ideia de que o clima tórrido amolece, tornando as pessoas nostálgicas e lânguidas. Tenta encontrar solução para essa inércia nacional, dizendo que o brasileiro possui elementos para ser tão brilhante como os gregos; porém, não se alcançará essa plenitude, no entanto, enquanto faltar educação: “Por quê? Porque não temos educação de ordem alguma” (1924, p. 147).

Enquanto Anselmo e Serapião ouviam atentamente, Dr. Gomes continuava discorrendo suas ideias para solucionar essa “teratologia orgânica”: a educação. Citou a

educação física, para enrijecer os músculos, reforçar os ossos e vitalizar a inteligência, garantindo a saúde e o bom humor (COELHO NETO, 1924, p. 149); a educação moral, confortável armadura do espírito que o previne e defende contra as ciladas constantes da vida em sociedade, porque fornece ao homem os conhecimentos práticos do bem e do útil, cria o amor altruísta estabelecendo a unidade entre os seres – um por todos, todos por um. O advogado formulou noções gerais sobre o destino na vida, mostrando as relações que devem existir entre os indivíduos e os fins de todos para o bem da comunidade. A educação moral estabelece as bases irredutíveis da família e da sociedade, dando a mais o vasto “appendice da crença, que é a caixa de Pandora de onde a sciencia póde arrancar todos os dogmas, porque há de sempre ficar no fundo, ammarcessível e consoladora, a Esperança” (1924, p. 149).

Dr. Gomes incluiu na educação moral a educação cívica porque o culto aos vultos e o respeito pela tradição levam o homem ao absoluto amor, o amor da pátria⁷; todavia afirmou que não existia e que, nas escolas, “desconhecem de todo essa hygiene de espirito” (p. 150). Invocando a educação formal como alicerce para a formação humana, parte para o terceiro quesito básico ao progresso: a educação intelectual, concluindo que o nosso povo, na sua maioria, é ignorante. Há uma pequena parcela de pessoas que lê, outra parte que ouve e outra que não lê, nem ouve: “o patricio, o plebeu e o servus, as três castas. A primeira impõe, a segunda transmite, a terceira executa – d’ahi a inconsciência de todas as nossas manifestações collectivas. O povo, propriamente dito, é uma massa rude que serve de instrumento aos privilegiados” (COELHO NETO 1924, p. 150).

Por intermédio de Dr. Gomes, Coelho Neto desenvolve suas elucubrações acerca do amor ao país, da necessidade de alfabetização das pessoas e do perigo do analfabetismo, que permite a manipulação das ideias e da vontade da classe dominante, a qual, obviamente, é letrada: “[...] não somos nada, porque não temos identidade. Só há um meio de tirar dessa miscellanea um povo – é educa-lo, mas educa-lo na escola austera do amor da Patria de modo que elle se converta a nacional, vivendo para a sua terra, que bem merece que por ella vivam” (COELHO NETO, 1924, p. 151).

A religião também é um dos temas abordados pelo Dr. Gomes, criticando o Positivismo, que aboliu a crença vigente até então, em Deus e nos santos: “[...] tempo em que se acreditava em Deus. [...] a civilização vai estabelecendo mecanismo para tudo e a filosofia

⁷ Coelho Neto e Olavo Bilac escreveram *Contos pátrios*, contribuindo com a missão patriótica dos textos literários infantis. Concomitantemente a esse movimento cívico, observa-se a função pedagógica dos primeiros escritos para crianças.

abafa com uma analyse o que era mysterio, pondo um principio onde havia um dogma” (COELHO NETO, 1924, p. 117). O advogado acrescentou que “O mundo é dos epicuristas” (1924, p. 121), filósofo que defendia que o único bem é o prazer, como o único mal é a dor.

Embora negue ser adepto do espiritismo, quando perguntado por Serapião, Dr. Gomes defendeu as ideias dessa doutrina, nomeada como sendo a dos “homens cyclicos: a humanidade é uma redundância: evolução é synonymo de substituição – progresso quer dizer: aperfeiçoamento” (1924, p. 143). Nesse caso, vem à tona a ideia de reencarnação para que se termine o aperfeiçoamento ao qual o ser necessita para ascender às esferas superiores. “As almas têm o occaso em um corpo, mas ressurgem em outro. [...] O corpo é um casulo [...]. A civilização é o resultado de longa prática do espirito humano [...]. Somos os mesmos” (COELHO NETO, 1924, p. 182).

O advogado continua sua preleção, defendendo a doutrina dos espíritos:

“E os casos de sympathia e de antipathia? Bem querer a alguém que se vê pela primeira vez, detestar uma criatura que se encontra, ao acaso da travessia e que nos vem receber afável e meigamente, toda bondade e blandícias? Que é isso senão prova evidente e cabal de que houve relações entre os espíritos encerrados em nosso corpo e no corpo da pessoa que se nos depara [...]. Causas estranhas, fenômenos do incognoscível” (COELHO NETO, 1924, p. 146).

Conforme publicado em o *Jornal do Brasil*, de 07/07/1923, Coelho Neto converteu-se ao espiritismo, quando de uma ocorrência singular, a comunicação espiritual com uma de suas filhas falecidas. Essa aproximação do Autor com a nova doutrina que recentemente chegara ao Brasil também foi motivo de críticas a sua pessoa. Essa referência, na narrativa, à nova “ciência, filosofia e religião”, como é definido o espiritismo por seus pares, igualmente demonstra outra faceta da cidade do Rio de Janeiro pós-monárquico. Quando da Proclamação da República, o Estado laicizou-se, permitindo, portanto, a inserção de novas formas de conceber a religiosidade no país, outrora dominado pelo catolicismo. Cabe lembrar que essa doutrina surgiu na França, país que era paradigma de toda a intelectualidade da época.

Sim, tens razão. Combati, com todas as minhas forças, o que sempre considerei a mais ridícula das superstições. Essa doutrina, hoje triunfante em todo o mundo, não teve, entre nós, adversário mais intransigente, mais cruel do que eu. [...] Certeza de quê? De uma vida melhor e maior, de vida puramente espiritual, como a claridade, vida sem dores, sem os tormentos próprios da carne, que não é mais do que um

cadinho em que nos depuramos em sofrimento para alcançarmos a perfeição (JORNAL DO BRASIL, 1923).

O romance nacionalista servia ao estabelecimento de uma nação civilizada, e o romance de costumes urbano, à moralização do povo; convinha como embate sobre o que seria mais desejável para a sociedade em termos de valores e padrões de conduta (PECHMAN, 2003, p. 160-161). Coelho Neto retratou uma sociedade em que, ao lado da entusiástica prosperidade, havia sinais de um flagrante decadentismo: “são os vícios da cidade moderna” (SILVA, 1997, p. 210). Os prazeres da noite na Capital Federal, ocultos pelo romance romântico, também foram desvendados pelo Autor, contrapondo Anselmo, jovem ingênuo e interiorano, ao experiente e galante Dr. Gomes, que iniciou o sertanejo em ambientes com os quais o rapaz não estava habituado.

“– Vamos refocilar na devassidão, disse o doutor. [...] Infelizmente a besta que trazemos em nós exige esse mergulho de quando em quando. O vício mantém em silêncio a carne: é um repasto material. É preciso satisfazer o animal” (COELHO NETO, 1924, p. 200). *A capital federal* “veladamente engrandece as qualidades naturais do campo em detrimento dos vícios particulares da cidade”. Coelho Neto retratou, em quase todos os seus romances, o mundanismo próprio das cidades urbanas. Nessa narrativa, em especial, há uma parte destinada ao jogo de azar, descrito pelo Autor como sendo um dos mais comuns ao ambiente urbano (SILVA, 1997, p. 212). “Jogo e depravo-me como empanturro o estomago, como ingiro a medicina. Para mim a pílula e a esfera da roleta pertencem á mesma therapeutica; operam diversamente, mas operam” (COELHO NETO, 1924, p. 211); cassino, jogo de roleta e ganho fácil de dinheiro (p. 189).

Quando chegam ao teatro, encontram pessoas da alta sociedade: dândis com suas conquistas amorosas e muitas mulheres à espera de um bom cliente. Encenava-se uma peça cujos personagens eram demônios, curiosamente, em sintonia com o ambiente devasso em que se encontravam: “[...] quando voltei os olhos para a scena, entrava um grande diabo, brandindo um facho, a bradar coisas terríveis, ao clarão purpúreo de fogos de bengala” (1924, p. 217). Igualmente, a orquestra aumentava o ritmo da melodia, dificultando a audição da fala dos personagens. Nesse ínterim, “surgiu uma legião de diabos vermelhos, truculentos, dançando em torno do rei (do inferno) a berrar, a bramar”. Os músicos, “em delírio satânico, sopravam com fúria, batiam com gana, dando ao espectador pasmado a idea aproximada do

que deve ser a musica nesse reino negregado de chamas, onde as almas penam torrando-se em labaredas inextinguíveis, sob abobadas de granito em brasa”. (p. 217).

Ao terminar o espetáculo, Anselmo envolveu-se com uma das atrizes, bebeu demais e esmurrou Dr. Gomes. Foi levado pelo próprio advogado à casa do tio. No dia seguinte, Anselmo não se lembrava do que realmente havia acontecido. Acordou com o tio em seu quarto, mostrando-lhe as roupas sujas e rasgadas: “Sim, ficaste enlevado nos olhos de uma atriz e foste demais ao cântaro; finalmente, esquecendo as boas regras da educação e do cavalheirismo, desmentindo o teu character e manchando o nome dos Ribas ... Mas tu estavas doido?”. Continua o tio: “[...] quando aqui chegaste, foi um trabalho para que te tirassem do carro. Vinhas lacrimoso, soluçando, abraçado com o doutor, lamentando a perda da mulher amada e recitando emphaticamente versos do Simão Carreira. Esmurraste o doutor, mas que diabo! Murros de bêbedo” (1924, p. 245).

Extremamente envergonhado, Anselmo diz que vai voltar à casa paterna, mas o tio convidou-o para estudar na Capital, por sua conta: “Anselmo, por que não te formas? Não temos na família um homem formado. [...] Temos aqui uma academia livre, estás prompto em humanidades, sabes latim [...] Por que não te matriculas? Em dois anos podes estar formado. [...] Quero deixar-lhe um bacharel” (1924, p. 262). O rapaz já supunha que o pai negaria o pedido, mas, de qualquer forma, Serapião enviou por Anselmo uma missiva ao irmão.

Conforme previsto, o pai negou o pedido e afirmou: “Que me deixasse de sonhos. Que me dedicasse á terra, que é fonte perenne de riqueza, porque neste paiz a lavoura é que rende. [...] Tudo mais, vaidade das vaidades; que a terra não produz perfídias nem calumnias, viver entre as arvores é bem melhor que viver entre os homens” (COELHO NETO, 1924, p. 267). No desejo de afirmar uma consciência nacional, o Autor centrou-se na ideia de que a vida nas grandes cidades, favorecidas pelos progressos da técnica, é prejudicial ao homem e serviu-se desse princípio para escrever *A capital federal* – contraste da civilização face às amenidades campestres (PEREIRA, 1988).

O próprio narrador arrematou suas memórias dizendo que atravessou o Rio como uma sombra, perdendo o fio do prazer quando já o tinha seguro e vendo-o de forma diferente, iludido pelo tédio e pelo sonho. “Assim foi que achei a Rua do Ouvidor ínfima e acanhada; assim foi que abandonei o jogo no momento em que começava a accumular; assim foi que apenas provei o beijo de Jesuina e perdi a viúva. Todos os factos experimentados, sem remate, interrompidos em meio, justamente como nos sonhos” (COELHO NETO, 1924, p. 269).

3.8 Alguns esclarecimentos

Em um primeiro momento, parece haver semelhanças com o romance *A cidade e as serras*, de Eça Queirós quanto ao tema de *A capital federal*: o deslumbramento diante do progresso em contrapartida com sua decepção subsequente (DOMINGUEZ, 1991, p. 127). Diante dessa constatação pelos críticos de então, Brito Broca, em *Coelho Neto romancista*, texto publicado no prefácio do livro *Coelho Neto: obra seleta*, volume I (1958), afirma que as semelhanças de *A capital federal* com *A cidade e as serras*, de Eça de Queirós, são infundadas. A semelhança de “o contraste e a segurança tranquila da vida provinciana e os sortilégios ilusórios da metrópole são acidentais porque esse livro póstumo de Eça só apareceu em 1901, oito anos depois do lançamento de *A capital federal*” (BROCA, 1958, p. 9).

Outro livro do autor português, *A capital*, que poderia ser citado pela semelhança de título, igualmente veio à tona em 1923, desbancando qualquer possibilidade de plágio. Continua Brito Broca, no que tange à influência de Eça na obra de Coelho Neto:

Ora, o que a *A capital federal*, na realidade, evidencia, é uma ideia idêntica à que ia levar Eça de Queirós a escrever posteriormente *A cidade e as serras*: a incapacidade do progresso material, da civilização técnica, para fazer a felicidade humana, ideia muito familiar às últimas décadas do século passado, quando se imaginava haver esse progresso atingido suas etapas mais avançadas, sem que daí resultasse a esperada ventura para a humanidade (BROCA, 1958, p. 10).

Coelho Neto trouxe nesse romance a visão por detrás, ou seja, não a de um carioca, mas sim a de um visitante que estava sequioso para ver *in loco* o que lhe fora relatado nas descrições feitas por diversos autores: o glamour, o brilho, o progresso e a superioridade que a capital deveria ter. Não se pode, igualmente, ignorar a semelhança da postura de Anselmo com a do estudante paulista criado por Alencar em *Rio de Janeiro: verso e reverso*. Nas duas obras, embora distanciadas pelo tempo, os protagonistas são estudantes sequiosos das belezas do Rio de Janeiro, propaladas pelos escritores de então. O personagem de Alencar visita a cidade quando ainda era denominada de Corte, monárquica, e o de Coelho Neto chega à nova Capital Federal, sob os auspícios da República. Os problemas e as decepções que ambos relataram, no entanto, repetem-se. A peça de Alencar, por ser vinculada ao Romantismo, escolhe um final feliz, aos moldes do padrão desse movimento literário, tendo o amor como transformador não só das pessoas, como da visão negativa do estudante acerca da cidade. No

livro de Coelho Neto, no entanto, foi a decepção amorosa e sua postura inadequada (beberagem e, conseqüentemente, a agressão a Dr. Gomes) que o fez retornar à sua terra.

Talvez por ser *A capital federal* a primeira narrativa de Coelho Neto, o Autor tente demonstrar erudição muito acima da média, supostamente com a expectativa de se diferenciar dos demais colegas de profissão. Quem sabe essa manifestação de conhecimento pudesse chamar para si os holofotes que tantos procuraram encontrar? As remissões demasiadas aos personagens gregos e romanos atrapalham o entendimento do leitor comum, que tampouco consegue contextualizá-las, salvo se tenha um bom conhecimento dos grandes nomes da Antiguidade.

O cicerone de Anselmo, o advogado Gomes, é um personagem que tipifica a intelectualidade da época: um cabedal imenso de erudição; porém, sem atitude concreta para alterar os rumos do país. Da mesma forma, no final do romance, Coelho Neto insere um encontro de Anselmo com um deputado da oposição, socialista, que fala muito bem, reconhece e salienta as mazelas sociais. A conversa entre eles acontece em um baile beneficente regado a muita comida e bebida. Curiosamente, um político de esquerda regalando-se em um ambiente capitalista e elitista, criticando o sistema, mas beneficiando-se dele. Muda a pessoa do discurso, mas o tom crítico mantém-se, sempre pela voz dos letrados e dos políticos, não da população:

O Rio vive sitiado pelo varejista. Nós não temos esquinas, temos vendas, barreiras onde o pobre vai diariamente pagar seu imposto. O taverneiro ocupa os extremos da rua e, às vezes, assalta o centro – e esse excesso de mercado é uma das causas da luta de contingência”. O taverneiro estabelecido torna-se, em pouco tempo, o senhor do quarteirão. [...] **o taverneiro torna-se uma espécie de suzerano** – elle fia, elle sabe. É das vendas que vêm os grandes desesperos para o proletário; é das vendas que partem as difamações mais cruéis (1924, p. 257, grifo nosso).

A História registra que o Rio de Janeiro, por muito tempo, concentrou o que de mais refinado havia em termos de cultura e que o interior do país era carente de desenvolvimento não só urbano, mas também cultural. Pode-se classificar como incoerente que um rapaz oriundo do interior de Minas Gerais, filho de agricultores, tivesse acesso a tanto saber acadêmico acerca dos grandes nomes da Antiguidade Clássica. Esse estranhamento justifica-se pelo narrador que não se coaduna com a procedência do rapaz, talvez um propósito malsucedido de descrever “as impressões de um sertanejo”.

No início da narrativa, Anselmo justifica suas luzes pelo aprendizado com Ambrosio Coriolano d'Annuniação Louzada, padre e professor que lhe ensinou o segredo das belas letras. De qualquer sorte, um religioso, mesmo tendo acesso ao saber acumulado pela humanidade, não daria ao pupilo tanta ênfase aos pagãos da História. No decorrer da narrativa, em vários momentos, mas mais especificamente quando da cena do banho, são citadas situações e nomes que não faziam parte do cotidiano dos leitores comuns, tampouco de Anselmo, mais um dos vários momentos em que o narrador demonstra uma erudição acumulada misteriosamente (DOMINGUEZ, 1991, p. 128).

A experiência da vida citadina aparece de forma diversa em *A conquista* e em *A capital federal*, narrativa em que a roça é o refúgio, uma resposta aos desenganos experimentados pelo personagem Anselmo. Em *A Conquista*, os boêmios personagens são frutos da modernidade, cidadãos urbanos, abandonando-se o mito romântico da natureza como paradigma universal, paradoxo entre o que se vive e o que se tem. Há um descompasso entre existência burguesa ao frequentar locais de riqueza intelectual e voltar à miséria ao regressar para casa (MENDES, 2010, p. 37).

Conforme Pechman (2003, p. 174), sentir-se cosmopolita tinha um custo, obrigava romper com a natureza brasileira – o campo – e com aquilo que provia a brasilidade. Ainda: em um país de analfabetos, somente com demonstrações (muitas vezes descabidas) de erudição e de distanciamento da realidade nacional, poder-se-ia fazer parte de um grupo seletivo de iniciados. Talvez tenha sido esse o maior dilema de Coelho Neto ao escrever seu primeiro romance, publicado como folhetim em um jornal com grande número de leitores: tentar mostrar ao público as incoerências da cidade e a postura hipócrita das pessoas; porém, ao mesmo tempo, tinha de se afirmar como escritor novato que era. Para tanto, abusou da demonstração de cultura que possuía e, por muitas vezes, perdeu-se em divagações pelas quais, cedo ou tarde, a crítica o condenaria.

4 A REVOLTA DA ARMADA PELA PENA DE COELHO NETO

Este capítulo analisa o romance *O morto: memórias de um fuzilado* (1898), publicado dez anos após a abolição da escravatura e cinco da Revolta da Armada (1893), capitaneada por Custódio de Melo. Esse evento é o pano de fundo histórico do romance, momento em que o país entrou em estado de exceção e muitas prisões políticas ocorreram, inclusive a de vários intelectuais que se opuseram ao governo do Marechal Floriano Peixoto. Nessa obra, encontram-se muitas semelhanças com episódios reais vivenciados por Coelho Neto e seus amigos.

Conforme Herman Lima:

O morto vale, na verdade, como convite por demais atraente à aproximação do verdadeiro Coelho Neto, aquele que conseguiu sobrepassar a todos os excessos da mais errônea concepção estética da arte literária, na afirmação de um escritor autêntico, lúcido e plástico, de um poderoso sentido de captação de emoções, ao registro dos acontecimentos paralelos à vida das personagens (1958, p. XXV).

Segundo José Maurício Gomes de Almeida, *O morto* “constitui uma obra equilibrada e estilisticamente sóbria, capaz de desacreditar a imagem simplificadora de verbalista vazio a que se tem pretendido reduzir o autor” (1994, p. VII); contudo, para que se possa entender com clareza do que trata o romance, faz-se necessária uma contextualização dos fatos que contribuíram para a insurreição da Marinha, tentando desbaratar o Exército, que tomara o poder.

4.1 Um cenário nada animador

Durante o Segundo Império, a economia do Brasil progrediu significativamente, sendo o café o principal produto de exportação, substituindo as lavouras anacrônicas e obsoletas de açúcar e de algodão. A Guerra do Paraguai (1864-1870) e seus custos, a interrupção do tráfico negreiro e a conseqüente abolição foram eventos que desacomodaram os grandes produtores rurais. Pediam mudanças que o Imperador não conseguia atender e acompanhar. Tornou-se inevitável a destituição de Pedro II e a mudança do formato de regime.

Para José Murilo de Carvalho, em *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi* (2005), a transição do Império para a República tentou trazer o povo para o cenário da atividade política. “A República, na voz de seus propagandistas mais radicais, como Silva Jardim e Lopes Trovão, era apresentada com a irrupção do povo na política” (2005, p. 11).

Após a abolição da escravatura, a grande amizade que se formara entre José do Patrocínio e o grupo retratado em *A conquista* arrefeceu porque Zé do Pato consagrou à princesa Isabel os méritos da libertação dos escravos, descontentando os escritores-jornalistas que o ajudaram a promover e a disseminar as ideias antiescravocratas; o jornal *A Cidade do Rio*, então, perdeu sua importância. Patrocínio entrou em conflito com os defensores da República, especialmente com aqueles que denominava “republicanos de 14 de maio”, em uma alusão à mudança de atitude de alguns em relação à monarquia. Acusava esse grupo de tentar preservar seus privilégios, abandonando os ideais republicanos, e respaldar os projetos que concediam uma indenização aos antigos senhores por causa do término do cativo. Na manhã de 15 de novembro, consagrou-se o levante chefiado por Deodoro da Fonseca, porém Patrocínio, antigo orador, viu o povo voltar-se contra ele, que cedeu, apoiando a República (E-BIOGRAFIAS).

Alguns dos componentes do grupo de *A conquista* engendrariam um novo projeto, a publicação do periódico *O Meio*, onde defenderiam, “além da alteração de regime político, [...] uma revolução de cunho social [...] a república [...] as bandeiras de Liberdade, Igualdade e Fraternidade” (SILVA, 2001, p. 105). Coelho Neto, Pardal Mallet e Paula Nei faziam parte da direção do jornal, pois não concordavam com as atitudes do partido republicano que firmara aliança com os escravagistas, os quais queriam indenização pela perda dos escravos. Ao mesmo tempo, os intelectuais que idealizaram a República adotaram as ideias positivistas – defendidas por Benjamin Constant e Quintino Bocaiúva – tão em voga naquele momento. Esses três escritores lutavam por um modelo particular de república, diferentemente do que estava se desenhando ao país, argumentando que o Positivismo era “estéril e distante da realidade nacional” (SILVA, 2001, 112).

Quando Coelho Neto publicou sua primeira obra, um livro de crônicas (*O meio*), em 1889, Lima Barreto (1881-1922) contava apenas oito anos. Apesar da distância temporal entre os dois autores e da rixa pessoal de Lima Barreto com Coelho Neto, alguns anos depois o romance *O triste fim de Policarpo Quaresma* (1911) também traria críticas ao Positivismo

que se infiltrava no país por intermédio dos militares. Lima Barreto igualmente não concordava com esse sistema filosófico, afirmando que tinham: “[...] os adeptos desse nefasto Positivismo, um pedantismo tirânico, limitado e estreito, que justificava todas as violências, todos os assassínios, todas as ferocidades em nome da manutenção da ordem, condição necessária, lá diz ele, ao progresso” (BARRETO, 1994, p. 118).

Pardal Mallet tinha secretariado a *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio, mas, por não concordar com a postura monárquica de Patrocínio, fundou o jornal *A Rua*, dirigindo-o ao lado de Luís Murat, Olavo Bilac e Raul Pompeia. Por ter temperamento exaltado, tentou restabelecer, no Brasil, o costume do duelo. Chegou a duelar com o seu maior amigo, Olavo Bilac, que se realizou, sem testemunhas, com floretes. Ficou ferido, mas logo a seguir os dois se reconciliaram no local (ABL).

Coelho Neto, Pardal Mallet e Paula Nei, visionários, exaltavam a libertação da mulher, ou seja, que os direitos fossem iguais para todos. A cidade do Rio de Janeiro serviu como cenário exemplar para essas inovações, em todos os segmentos sociais, porque “as cidades foram tradicionalmente o lugar clássico do desenvolvimento da cidadania [...] Nelas se tornou possível a libertação do poder privado dos senhores feudais” (CARVALHO, 2005, p. 12). Apropriando-se do momento propício para mudanças, Pardal Mallet publicou, em 1894, o opúsculo *Pelo divórcio!*, quando as ideias conservadoras naquele momento, no meio brasileiro, repeliam qualquer inovação nesse sentido.

[...] as motivações que os fizeram se bater contra a escravidão há alguns anos parecia traduzir-se agora na defesa da emancipação feminina. Capazes de votar, advogar e legislar, as mulheres eram vitimadas por um sistema arcaico e decadente representado pelo regime monárquico e suas instituições, que com seus entraves de “coisa falida” negava-lhes a cidadania prescrita na lei (SILVA, 2001, p. 115).

A República foi instaurada pelas mãos do Exército, que se fortalecera durante a Guerra do Paraguai. Lopez afirma que “os militares desejavam maior chance de ascensão social e vieram a ser o braço armado na implantação do regime republicano” (1990, p. 22). Deodoro da Fonseca, primeiro presidente, despreparado para dialogar com as elites políticas, revelou-se um gestor desligado dos anseios de emergentes grupos urbanos progressistas. Isolado, fechou o Congresso em 1891. A Marinha – que se ressentia de seu antigo prestígio da época imperial e não podendo reavivar a Monarquia extenuada – colocou o Rio de Janeiro sob

ameaça de bombardeio (LOPEZ, 1990, p. 26), solidarizando-se com os que criticavam as arbitrariedades do novo governo. Diante da ameaça de uma guerra civil, Deodoro renunciou e foi substituído por Floriano Peixoto, o Marechal de Ferro.

Durante o mandato de Deodoro, havia muita insatisfação quanto à troca do regime pelo sentimento de que a vida do país pouco mudara. Dias antes de renunciar, em 03 de novembro de 1891, o Presidente, “em mais de uma de suas atitudes intempestivas e autoritárias, dissolvera o Congresso Nacional. [...] As relações entre o presidente e o Congresso azedaram-se desde antes de sua eleição indireta para a Presidência da República, em 25 de fevereiro daquele ano” (GOMES, 2013, p. 345). Deodoro, então, destituiu o Congresso e instalou o estado de sítio. Vários opositores foram presos, resultando em uma onda de protestos pelo país. Simultaneamente, Júlio de Castilhos, positivista, governador do Rio Grande do Sul, foi deposto por uma junta governista. “Na manhã do dia 23 de novembro, o almirante Custódio de Mello ameaçou bombardear a cidade caso Deodoro não voltasse atrás nas suas decisões. O impasse durou algumas horas, sem que um só tiro fosse disparado” (GOMES, 2013, p. 346); era a primeira Revolta da Armada. Estando a situação fora de controle e por estar adoentado, no mesmo dia Deodoro renunciou.

4.2 Os desmandos do Marechal de Ferro

Assumindo como vice-presidente, título que nunca deixou de utilizar, Floriano Peixoto governou o país despoticamente, tendo recebido a alcunha de Marechal de Ferro. Era perseguido quem fosse contrário às suas atitudes, ou ainda, desejasse a restauração monárquica ou fizesse críticas à forma como fora conduzida a sucessão de Deodoro da Fonseca. Tendo como base o modelo positivista, os militares mantinham a ordem com a espada. A Marinha, por sua vez, não aceitou os marechais. No período monárquico, as forças navais eram as preferidas do Imperador, e o Exército era relegado a segundo plano. Com a proclamação da República, os papéis inverteram-se, e a Marinha foi preterida.

Floriano afastou os aliados de Deodoro e trocou os governadores por interventores. O então governador do Rio de Janeiro, Francisco Portela, em 1891, havia empregado alguns intelectuais no serviço público, mas sua saída gerou suas demissões por retaliação e, ainda, com a suspeita de que se locupletavam com os cargos ocupados:

Coelho Neto (já casado) assumiu a Secretaria do Estado do Rio de Janeiro; Olavo Bilac foi nomeado oficial maior da Secretaria do Interior do Estado; Aluísio de Azevedo, oficial da Fazenda e Pardal Mallet, arquivista. Além disso, o governador havia apoiado e patrocinado a candidatura de Luís Murat a deputado. Quando o comandante Baltazar da Silveira – indicado por Floriano – assumiu, demitiu os escritores nomeados (SILVA, 2001, p. 144).

O mandato de Floriano Peixoto foi tenso e violento. Encontrou muita resistência das lideranças republicanas, que não o aceitavam, acusando-o de ter assumido a presidência por meio de um golpe militar. Concomitantemente, havia oposição da Marinha e uma crise política no Rio Grande do Sul que logo se converteria em guerra civil. O “vice-presidente” forçou novamente o Congresso a encerrar seus trabalhos, governando o país sob estado de sítio, mandando prender e deportar os opositores. O país esteve prestes a dividir-se, e muitos brasileiros perderam a vida em defesa de suas paixões políticas (GOMES, 2013, p. 347):

Grande parte da oposição a Floriano dizia respeito à legitimidade de seu governo. [...] Como Deodoro renunciara ainda no primeiro ano de seu mandato, teoricamente caberia a Floriano convocar novas eleições de imediato. O marechal ignorou solenemente a disposição constitucional e se manteve firme no cargo por mais três anos. [...] De forma precavida, usou sempre, até o último dia de mandato, o título de vice-presidente (GOMES, 2013, p. 355).

O segundo presidente também não obteve consenso. O Rio Grande do Sul ficou insatisfeito com a imposição de um novo presidente, Júlio de Castilhos. O embate entre o líder indicado e Gaspar Martins (pica-paus e maragatos, como foram denominadas as facções opostas) culminou com a Revolução Federalista (LOPEZ, 1990, p. 27). Lopez sublinha que “a Marinha acreditou ter sua oportunidade quando Floriano Peixoto assumiu o poder. A verdade é que o comandante Custódio de Melo superestimou sua força quando do pronunciamento que resultou a queda de Deodoro” (1990, p. 27). Como não obteve eco em suas solicitações e ainda descontente, essa Força Armada decidiu apoiar o movimento federalista e reagiu com a Revolta da Armada em 1893. Navios brasileiros, como o Aquidaban, bombardearam a Capital Federal em 1893:

Ao amanhecer o Aquidaban embandeirou em arco e toda a esquadra revoltada içou a bandeira nacional no topo do mastro grande em comemoração à data de 7 de setembro. Depois das 7 da manhã, do cais do Arsenal da Marinha começou-se a observar os movimentos da torpedeira Marcílio Dias, que por diversas vezes chegava à fala aos navios estrangeiros, naturalmente para parlamentar, e do cruzador

República, auxiliado por diversas lanchas, para o ancoradouro dos paquetes de Lloyd, onde, depois de apreender diversas embarcações pequenas, começou a apoderar-se dos vapores ali fundeados, os quais eram conduzidos para junto da esquadra revoltada, por diversos rebocadores. O Júpiter foi tirado do lugar em que estava e incorporado à esquadra, encarregando-se desse trabalho o 1º tenente Camisão de Mello (JORNAL DO COMMÉRCIO, 1893).

O governo de São Paulo apoiou econômica e militarmente Floriano Peixoto, e essa aproximação com a Metrópole do Café resultou em novos navios e armas, que derrotaram a insurreição da Marinha (NOSSO SÉCULO, 1980, p. 11). Nas eleições seguintes, no entanto, São Paulo cobrou o auxílio. Prudente de Moraes, primeiro presidente paulista civil, foi eleito por voto popular, representando o poderio do café. Segundo Néelson Werneck Sodré, “a ideia republicana não apareceu por acaso em São Paulo, onde alterações no campo já tinham atingido etapas importantes” (1988, p. 430).

4.3 A insatisfação publicada em jornais

Os escritores continuavam sua faina, escrevendo mais do que nunca, após suas demissões, para sobreviver. A pena continuava como arma, porém, doravante, para criticar os desmandos do “vice-presidente” e o desligamento dos cargos públicos que ocupavam, justificado por indícios de corrupção: “Ligado a Francisco Portela, governador do Rio de Janeiro, Mallet entendia que Floriano agia de forma ilegal, depondo os governadores” (SILVA, 2001, p. 144).

Um dos periódicos que se insurgiu foi o jornal *O Combate* (fundado em 1892), cujos “artigos incendiários foram um dos principais divulgadores da tese que declarava a ilegalidade da presidência de Floriano” (SILVA, 2001, p. 9). Faziam parte do grupo de redatores Olavo Bilac, Pardal Mallet e Lopes Trovão. Era um jornal de oposição por excelência. Os redatores lançavam críticas ferozes a Floriano Peixoto, baseando-se na posição ilegal que o presidente ocupava (SILVA, 2001, p. 132), pois a República com a qual sonhavam era uma realidade, mas não nos moldes idealizados por esses intelectuais (SILVA, 2001, p. 137).

Apesar do estremecimento da amizade dos escritores com Patrocínio, a oposição a Floriano uniu novamente Bilac e Mallet ao antigo líder. Mallet contava também com o aval de Rui Barbosa, figura ilustre e respeitada, que, da mesma forma, tentava legitimar a campanha para a convocação de novas eleições (SILVA, 2001, p. 165). Ao mesmo tempo, a retaliação à

imprensa acirrava-se. Alguns dias antes do retorno de Patrocínio da Europa, a redação de *A Capital* sofrera violenta represália das forças policiais; soldados apreendiam as folhas de jornal das mãos das pessoas que as liam, na Rua do Ouvidor. No mesmo dia em que *A Capital* sofreu a apreensão de sua tiragem, *O Combate* foi visitado por outro chefe de polícia, acompanhado por alguns soldados. A alegação era de ajudar os escritores, pois o jornal seria invadido (SILVA, 2001, p. 158-159).

O assalto à redação de *A Capital* e a ronda policial feita a *O Combate* concretizaram os constantes boatos de ataques às oficinas dos jornais de oposição. Temendo por suas vidas e pela destruição do patrimônio por grupos simpáticos à política florianista – os jacobinos –, conforme os nomeava Mallet (SILVA, 2001, p. 148), os redatores pernoitavam no escritório da folha, instalado no mesmo prédio onde ficava a tipografia (SILVA, 2001, p. 159). Os artigos de fundo de Pardal Mallet atraíram para si e para os demais redatores de *O Combate* a fama de conspiradores (SILVA, 2001, p. 152).

Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, após a posse de Júlio de Castilhos, interventor positivista indicado por Floriano Peixoto, o caudilho Gumercindo Saraiva deixou seu refúgio no Uruguai e invadiu o Rio Grande do Sul. Acuado, Júlio de Castilhos convenceu o presidente de que o levante federalista não era apenas uma guerra de gaúchos, mas uma tentativa de restauração da Monarquia chefiada por Silveira Martins (GOMES, 2013, p. 364).

Outro episódio desestabilizou o governo federal, pois treze generais – dentre os quais o pai de Pardal Mallet –, em um manifesto, condenaram a troca dos governadores por interventores e exortavam o vice-presidente a obedecer à Constituição, convocando novas eleições (SILVA, 2001, p. 166). O resultado foi a reforma de onze dos treze generais e o rebaixamento de dois à segunda classe (SILVA, 2001, p. 168). Por tomarem partido das ideias defendidas pelos generais, os redatores de *O Combate* foram acusados posteriormente de terem participado diretamente das articulações contrárias ao governo de Floriano (SILVA, 2001, p. 170).

Foi marcada uma manifestação em frente à sede do governo federal, aonde foram os generais e vários intelectuais. Na mesma noite, a polícia prendeu Pardal Mallet, Olavo Bilac, Plácido de Abreu e Jacques Ourique, procurando José do Patrocínio no escritório da *Cidade do Rio* (SILVA, 2001, p. 171). Em 11 de abril, Floriano decretou estado de sítio por 72 horas e suspendeu as garantias constitucionais pelo mesmo período: “Oficializou, ainda, várias prisões e desterrava, para o Estado do Amazonas, 45 civis e militares pelo crime de

conspiração. Dentre eles estavam seis generais que assinaram o manifesto, Pardal Mallet, José do Patrocínio, Plácido de Abreu, Jacques Ourique, entre outros” (SILVA, 2001, p. 171).

Na ausência dos redatores de *O Combate*, Luís Murat assumiu o jornal. Bilac foi preso na Fortaleza do Lage e Mallet desterrado junto com José do Patrocínio para a Amazônia (SILVA, 2001, p. 9). Gomes complementa que “partidários de Floriano organizaram os chamados batalhões patrióticos, milícias compostas de voluntários civis e militares dispostos a defender a jovem República brasileira” (GOMES, 2013, p. 365), mas em agosto de 1892, “foi aprovada pelo Congresso e assinada por Floriano a anistia dos presos políticos. Olavo Bilac foi libertado ainda em agosto; Patrocínio e os outros que estavam na Amazônia desembarcariam no Rio de Janeiro no mês seguinte” (SILVA, 2001, p. 190-191). Em 1895, o jornal *A Cidade do Rio* reabriu; em 1902, deixou de circular

Os problemas de gestão avolumavam-se. Contribuindo às dificuldades, o almirante Custódio José de Mello rompeu, em 03 de setembro 1893, com o governo federal. Tinha planos de candidatar-se à presidência da República e contava com a aprovação de um projeto na Câmara que incompatibilizaria Floriano de concorrer na próxima sucessão, “mas o pedido recebeu veto do próprio Marechal”. O veto de Floriano foi sancionado em 05 de setembro de 1893 e, no romper do dia seguinte, foi deflagrada a Revolta da Armada em nome da Constituição e da República (SILVA, 2001, p. 194). Na madrugada de 06 de setembro, a bordo dos navios de guerra, os canhões voltaram-se para a baía da Guanabara, ameaçando bombardear a cidade se Floriano não entregasse o cargo (SILVA, 2001, p. 194). Segundo José Murilo de Carvalho (2005, p. 22), “por seis meses a esquadra rebelada bloqueou o porto e bombardeou partes da cidade, causando pânico, deslocamentos maciços da população para os subúrbios, ameaças de saques”.

Temendo nova represália, pois um novo estado de sítio era iminente, Olavo Bilac fugiu para Ouro Preto, e José do Patrocínio refugiou-se na casa do sogro: “Com a aprovação do Senado, Floriano decretou o estado de sítio em 10 de setembro” (SILVA, 2001, p. 196). Outros intelectuais não seriam poupados, por isso Guimarães Passos, que tinha sido recrutado à força para servir ao Exército, conseguiu sair do quartel a pretexto de ir ao alfaiate. Havia, no entanto, um plano arquitetado com Luís Murat, com quem alugou um bote e os dois juntaram-se aos revoltosos, a bordo do Aquidaban. “Desse navio, embarcaram em outro que os levou para Curitiba e, posteriormente, a Buenos Aires, onde se exilaram até meados de 1894, quando se deu o fim do conflito” (SILVA, 2001, p. 198).

Luís Murat foi julgado e absolvido por unanimidade no Paraná. Fez parte do governo revolucionário instalado no Paraná, e lutou contra Floriano Peixoto. Vencida a revolta, conseguiu fugir. Exilou-se em Buenos Aires durante 18 meses. Lá colaborou nos jornais *La Nación* e *La Prensa* e fez conferências sobre temas literários relacionados ao Brasil (ABL).

Seu artigo, *Um louco no cemitério*, atacando frontalmente Raul Pompeia, por seu discurso no enterro de Floriano, foi, supostamente, a causa imediata do suicídio do autor de *O Ateneu*, no dia de Natal de 1895 (ABL):

Em uma das homenagens a Floriano Peixoto, em 1895, Pompeia fez um discurso inflamado em defesa da memória do recém-falecido ex-presidente, o que lhe rendeu a demissão do cargo de diretor da Biblioteca Nacional. Inspirado pelo caso, o jornalista e poeta Luiz Murat escreveu o artigo *Um louco no cemitério*, criticando Pompeia por sua conduta. Acredita-se que o texto de Murat – publicado no jornal *O Commercio de São Paulo*, em 16 de outubro de 1895 – teria contribuído para o suicídio de Pompeia, no Natal daquele ano (JESUS, 2014).

Rui Barbosa, que se ligara ao *Jornal do Brasil*, igualmente publicava editoriais, pressionando a convocação de novas eleições. Sabendo da saída engendrada por seus amigos intelectuais e do risco que também corria, fugiu para a Argentina. “Nos principais periódicos de Buenos Aires passou a publicar artigos contra o governo do Marechal de Ferro” (SILVA, 2001, p. 199).

Floriano venceu a Segunda Revolta da Armada pelo cansaço durante os seis meses que durou o impasse. No Sul, o general Wandenkolk – Ministro da Marinha do Governo Provisório – tentou sem sucesso tomar a cidade de Rio Grande, sendo rechaçado pelas forças florianistas. Enquanto isso, Gumercindo e suas tropas tentavam avançar rumo a São Paulo e ao Rio de Janeiro, mas o comandante foi morto em 1894. Em 23 de agosto de 1895, um armistício colocou fim à Revolução Federalista, quando assumiu Júlio de Castilhos, sucessor de Borges de Medeiros (GOMES, 2013, p. 365-366).

Coelho Neto era amigo de longa data de Pardal Mallet, Olavo Bilac, José do Patrocínio e Luís Murat. Desde 1892, escrevia regularmente em *O Paiz*. Excluído da administração pública junto com os colegas depois da deposição de Francisco Portela, voltou para o trabalho nos jornais: “o necessário à manutenção de seu pequenino lar”, como contaria posteriormente em *Fogo fátuo*. Complementa Silva (2001, p. 184):

Diferentemente dos antigos colegas das lutas abolicionistas e republicanas, adotava uma postura cautelosa. A prisão de Bilac e o desterro de Mallet e José do Patrocínio mostraram o acerto da prudência de Coelho Neto. *O Paiz* colocava-se à frente entre os defensores de Floriano.

Continuava a publicar suas crônicas, assinadas por “N”, na coluna *Bilhetes Postais*, do jornal *O Paiz*. Por meio de linguagem metafórica, escrevia às senhoras, garantindo, dessa forma, sua sobrevivência e chamando pouca atenção dos florianistas mais exaltados. Conforme Ana Carolina Feracin da Silva, sob a voz de “N”, Coelho Neto “se mostrava neutro em relação à Revolta e pouca alusão fazia ao conflito propriamente dito” (SILVA, 2001, p. 200). Complementa a autora:

O recurso do tom ameno e frívolo com o qual o escritor construía sua coluna naqueles anos acabou lhe permitindo uma razoável liberdade crítica durante os momentos de conflitos mais intensos, mantendo assim um espaço próprio de sobrevivência e expressão política na imprensa (SILVA, 2001, p. 10).

Apesar de não ter sido um escritor político no sentido estrito da palavra, Coelho Neto montou um retrato da sociedade carioca que vivenciou a angústia de uma guerra civil no final do século XIX. Compôs um mosaico de desventuras em uma só pessoa, cercado-a de personagens que encontram dramas semelhantes às quais passaram seus amigos mais chegados. O Autor, portanto, escreve um texto ficcional com o intuito de olhar para uma sociedade e mostrá-la aos que não participaram do evento. A proposta narrativa de Coelho Neto influenciou a recepção do texto, pois alguns se reconheciam nele; outros acreditavam que assim tivesse realmente acontecido. Pode-se dizer, no entanto, que esse romance é uma forma ingênua e satirizada de mostrar um acontecimento seminal da história do país.

4.4 Morto?

Em o romance *O morto* (1898), Josefino Soares (nascido em junho de 1863) narra a história de sua vida, abruptamente modificada por um acontecimento singular. Tal como Josef K, em *O processo*, de Franz Kafka, guardando as proporções, o protagonista vê-se repentinamente imbricado sem acusação formal na Revolta da Armada, episódio envolvendo a Marinha e o então presidente Floriano Peixoto.

A narrativa inicia-se com Josefino escrevendo suas memórias quando de sua estada no “remoto desterro” ao mesmo tempo em que “a metralhadora arrasava a terra hospitaleira onde [...] meu pai celebrou, contente, o natal do seu primeiro filho, que sou eu” (COELHO NETO, 1994, p. 3). Esse introito remete ao exílio a que foi compungido o narrador quando da Revolta da Armada, ocorrida no Rio de Janeiro no período de 1892 a 1893.

Na primeira linha do parágrafo inicial do romance, o narrador se apresenta: “Meu verdadeiro nome é Josefino Soares”, subentendendo haver um codinome. Na sequência, acrescenta que “o leitor achará nestas páginas simples, que, vagarosamente, escrevi à sombra de árvores”, o motivo do incógnito e da barba ruiva que deixara crescer (COELHO NETO, 1994, p. 3). O narrador chama, nesse instante, o leitor à narrativa, tentando convencê-lo de que se trata de um fato verídico. Conforme Regina Zilberman:

O memorialismo fictício supõe a elaboração de uma obra que, de um modo ou de outro, simula a produção de um livro de memórias em que a personagem relata os principais acontecimentos de sua vida, desde o princípio até um final qualquer, quando cessam, por alguma razão, as atividades do protagonista e narrador (ZILBERMAN, 2012, p. 222-223).

Doravante, inicia suas memórias, partindo de seu nascimento. A narrativa segue em ordem cronológica até alcançar, no capítulo XXII, o momento e o local onde escreveu suas primeiras linhas. Conta ao leitor que fora um bebê frágil, trazido ao mundo pelas mãos de sua tia, irmã de sua mãe, em uma casa desprovida de luxo. A infância transcorria tranquilamente até o momento em que seu pai faleceu, deixando a família (composta por ele, sua mãe e sua tia) em grande desolação e em difícil situação financeira. Em virtude do falecimento do pai, Josefino não pôde ser médico: “[...] porque o meu maior desejo, em pequeno, era ser parteiro [...] se meu pai não tivesse aparecido, uma manhã, duro e frio no leito, a boca aberta escorrendo espuma, a cara manchada de roxo [...] apoplexia” (COELHO NETO, 1994, p. 10). Essa fatalidade interrompeu os sonhos de Josefino, então com quatorze anos e sem ter completado os “três preparatórios” (p. 12).

Em virtude da virada em seu destino, Josefino começou a estudar à noite, ao mesmo tempo em que se empregou em um escritório que comercializava café: *Luís Farinha & Cia, Comissários de Café*, na Rua dos Pescadores, na então Capital do país, Rio de Janeiro. Nesse local trabalhou com dedicação e, quando perfez quatorze anos de serviço, foi promovido à

“escrita” da empresa, tendo, doravante, uma vida financeira mais equilibrada e conquistando a confiança de seu chefe, Luís Farinha, português.

Nesse ínterim, Josefino tomou conhecimento do Politeama, onde “se apinhava grosso populacho sofrido a bradar” (COELHO NETO, 1994, p. 15). Nesse local, oradores da propaganda abolicionista expunham as mazelas e as agruras da vida dos escravos. O narrador relata que “não se alistou na falange dos defensores da raça oprimida” em virtude de ser convidado a pegar em armas, “para a campanha santa” (p. 16). Quando Luís Farinha ouviu-o “gabar, com delírio, um dos oradores do Politeama”, quis saber se “eu era também arruaceiro, como essa corja da abolição” (COELHO NETO, 1994, p. 16): “O tema [da escravidão], que até então era sistematicamente evitado em discussões públicas, de repente ganhou as praças e ruas de todo país. Clubes antiescravistas começaram a brotar em ritmo acelerado em todas as províncias” (GOMES, 2013, p. 215).

Conforme Laurentino Gomes, mesmo com o advento da Lei do Ventre Livre, os fazendeiros não entregavam os filhos dos escravos aos tutores oficiais, certidões de nascimento eram fraudadas com a conivência dos párocos locais, alterando as idades das crianças nascidas após a assinatura desse documento (GOMES, 2013, p. 214-215). Sendo ligado ao comércio do café, conseqüentemente relacionando-se com os grandes produtores rurais, escravocratas, a Luís Farinha não era interessante a libertação dos escravos. O próprio Josefino denomina o futuro sogro de “capitalista sisudo” (COELHO NETO, 1994, p. 19).

Em virtude de seu crescimento profissional, Josefino passou a frequentar a casa do chefe, onde conheceu a linda Anália, “filha única do casal”. Foi apresentado à moça pelo pai: “Este é o Josefino, disse, ajuntando com ironia: ‘o republicano’” (COELHO NETO, 1994, p. 19). Conquistando a família por seu comportamento correto, ficou noivo da moça e os preparativos para as núpcias começaram. Tudo indicava que seria o sucessor de Farinha na empresa, aliando o amor ao sucesso nos negócios.

Em uma manhã de setembro de 1893, no entanto, “inúmeras granadas já haviam estourado em diferentes pontos da cidade, arrasando quarteirões inteiros” (COELHO NETO, 1994, p. 23) – era a Revolta da Armada que iniciava. Mal sabia o narrador que sua vida viraria sobremaneira após esse episódio. Josefino lia nos jornais relatos que apavoravam a mãe e a noiva:

[...] que estavam a fazer fogo do mar para a terra; que já havia um mundo de mortos nas ruas [...] Custódio tomara conta dos navios; [...] estava no Aquidaban; mandara intimar o vice-presidente a resignar o poder; que tinha munições de guerra e de boca para dois anos e que estava disposto a arrasar a cidade (COELHO NETO, 1994, p. 23).

No auge do conflito, enquanto Josefino dirigia-se ao escritório, passou por muitos populares nas ruas. O clima era de terrorismo, as informações eram desencontradas: “Então nós é que havemos de ser as vítimas?” “Que o governo devia ceder”. “Que o Custódio estava no Aquidaban; que mandara intimar o vice-presidente a resignar o poder”. A frase mais emblemática “Mas o que o povo tem com a política?” demonstra que a população não conseguia entender as consequências danosas da permanência do ditador Floriano no poder e os motivos que culminaram no conflito (COELHO NETO, 1994, p. 25-26).

Segundo Josefino, a cidade emigrava para os arrabaldes, “pequenos levavam gaiolas, e cães seguiam os bandos, como em partida definitiva, no abandono de uma cidade assolada pela peste [...]. Batiam às portas das casas pedindo um abrigo; mães desoladas mostravam criancinhas” (COELHO NETO, 1994, p. 51). A Capital, portanto, na visão do protagonista, estava imersa no caos, com muitas mortes, fugas desesperadas e vários bombardeios. É importante ressaltar que se está diante de um narrador de primeira pessoa, que participa dos acontecimentos, e conta ao leitor suas memórias, algum tempo após o início do conflito, já em Minas Gerais. A versão que se tem dos episódios, portanto, passa por seu crivo, suas idiosincrasias e pela distância temporal, que pode distorcer a realidade.

Embora exista a classificação “romance histórico”, o qual tem como pano de fundo algum acontecimento marcante da História, o substantivo *romance* já subentende ficção, não se aplicando, portanto à exigência de uma reprodução fiel da realidade. Igualmente há a narrativa de memórias, que, da mesma forma, traz reminiscências, anos após os fatos acontecidos, pela pena do autor. Segundo Iser, “a oposição entre realidade e ficção faz parte de nosso ‘saber tácito’” (ISER, 1996, p. 13), ou seja, desconsidera o real existente no fictício e aborta as relações intra e extra textuais existentes nos textos literários. Se assim não o fosse, estar-se-ia diante de uma biografia ou de uma notícia de jornal. A realidade histórica, portanto, é a matéria-prima sobre a qual trabalha o artista quando recria a realidade. Conforme o autor: “Ora, como o texto é ficcional, automaticamente invoca a convenção de um contrato entre autor e leitor, indicador de que o mundo textual há de ser concebido, não como realidade, mas *como se* fosse realidade” (ISER, 2002).

Um colega de Josefino era Antero Forjaz, o novo guarda-livros, um personagem, nas palavras do narrador, “indiscreto, falava demais, às vezes até mentia. Tinha sempre uma notícia para dar: anunciava os movimentos da esquadra, conhecia todos os movimentos dos revoltosos” (1994, p. 76). Aos poucos, foi-se revelando um homem misterioso e estranho, faltava ao emprego, dando desculpas estapafúrdias. “Nos teatros, nos botequins, em toda parte, falava sem reserva, mostrando cartas, citando nomes; [...] tinha orgulho em apresentar-se como federalista”. O narrador repete, mais adiante: “O certo, porém, é que escrevia cartas”, as quais não se consegue saber se realmente as enviava.

Forjaz chamou Josefino à casa de Mary, uma meretriz. Na ocasião da visita, soube que Forjaz estava sob suspeição. No dia seguinte, a moça chamou Josefino para avisar que Forjaz tinha sido preso e que muitas das cartas que ele escrevera foram confiscadas pela polícia. Mary contou a Josefino que, certa feita, encontrara mais de seis missivas de Forjaz, umas dirigidas a oficiais da Marinha; outras, a um jornal do Porto. Tentando salvar seu funcionário, Josefino dirigiu-se à delegacia, conversou com um policial amigo, Julião Saboia, mas sem sucesso; não conseguiu libertar Forjaz.

Conforme Laurentino Gomes, Floriano Peixoto era “minucioso e detalhista à frente do governo, gostava de receber cartas anônimas, com denúncias e mexericos às vezes contra os próprios aliados. Ministros foram nomeados e demitidos apenas pelas revelações dessas cartas” (GOMES, 2013, p. 354). Forjaz, personagem enigmático, assemelha-se à descrição de Marechal Floriano, feita por Laurentino Gomes: “sua vida particular foi sempre obscura, cercada de mistério. [...] foi sempre um enigma para jornalistas, historiadores, biógrafos, escritores, cronistas, pela dificuldade em decifrar seu caráter” (GOMES, 2013, p. 348). O interessante, nesse caso, é a semelhança de comportamento de ambos, pessoa e personagem.

Na noite seguinte, Julião dirigiu-se à casa de Josefino para dizer que as cartas apreendidas, escritas por Ferraz, revelavam que Josefino era simpatizante da causa de Custódio, ou melhor, “um dos mais fervorosos partidários” (COELHO NETO, 1994, p. 84) e que tinha “grande entusiasmo pelo Gumercindo⁸”. O policial deixou Josefino mais apavorado quando disse que “eu estou lá dentro, sei como tudo se faz: quando há suspeita, o desgraçado

⁸ “A Revolução Federalista de 1893 no Rio Grande do Sul contou com aproximadamente com 10 a 12 mil pessoas mortas, incluindo cerca de duas mil degolas coletivas. De um lado, os republicanos fiéis ao presidente Floriano Peixoto e ao governador Júlio de Castilhos, também conhecidos como legalistas ou pica-paus devido à cor do uniforme que usavam. De outro, os rebeldes federalistas, chamados de maragatos, sob a chefia política de Gaspar Silveira Martins, recém-retornado do exílio, e o comando militar do caudilho uruguaio **Gumercindo Saraiva**” (GOMES, 2013, p. 358, grifo nosso).

pode invocar todos os santos da corte do céu porque não sai mesmo. Há lá gente que, por muito menos do que isso de que te acusa o Forjaz, sofre horrores” (COELHO NETO, 1994, p. 85).

A saída encontrada pelo policial foi um salvo-conduto com um codinome para Josefino, que doravante se chamaria de *Firmino Caroba*. Aconselhou-o a partir para Minas Gerais onde “não entrara a lei sangrenta e despótica que oprimia o povo fiscalando-o, constringendo-o com a ameaça sinistra de cárceres e fuzilamentos” (COELHO NETO, 1994, p. 93).

Engrossava a perturbação de Josefino, um fato que ocorrera pouco tempo antes, quando estava no Londres – um restaurante do centro da Capital. Três rapazes conversavam sobre a situação política do país e o seu possível engajamento em lutas armadas. Falavam do federalismo e um deles era entusiasta de Silva Tavares⁹. Cederam um lugar a Josefino, que ficou ouvindo suas conversas. Quando se levantaram para partir, Josefino percebeu a presença de dois homens que o espreitavam. Imediatamente, lembrou-se de que Forjaz havia dito que “havia muita gente suspeitada. A cidade está cheia de secretas” (COELHO NETO, 1994, 1994, p. 33). Ligou essa suspeita à sua simpatia aos ideais do Politeama, grupo abolicionista, ou a um possível acordo com o trio revolucionário. Com essa suposta ameaça, não teve mais paz, não conseguia dormir. Fato semelhante ocorreu com Olavo Bilac: denunciara na sua coluna diária que já estava sendo vigiado por um agente e que, por conta disso, passara uma noite “torturante” (SILVA, 2001, p. 153).

Lima Barreto, em *O triste fim de Policarpo Quaresma*, confirmaria o ambiente hostil que se instaurou na Capital naquele momento:

A cidade andava inçada de secretas, familiares do Santo Ofício Republicano, e as delações eram moedas com que se obtinham postos e recompensas. Bastava a mínima crítica para se perder o emprego. [...] O chefe de polícia organizara a lista de suspeitos. [...] Demais surgiam as vinganças mesquinhas, o revide de pequenas implicâncias (BARRETO, 1994, p. 97).

⁹ As desavenças com os pica-paus, partidários de Júlio de Castilhos, iniciaram-se com a concentração de tropas sob o comando do maragato João Nunes da **Silva Tavares**, o Joca Tavares, barão de Itaquí, em campos da Carpintaria, no Uruguai, localidade próxima a Bagé (WIKIPEDIA, grifo nosso).

O protagonista passou a correr desesperadamente contra um destino traçado a ele, como se tudo não passasse de um pesadelo. As organizações e as estruturas vigentes, na sociedade mostrada pelo olhar de Josefino, em vez de atuar em prol do bem-estar da população, contra ela se colocaram. Coelho Neto, de forma alegórica, estabeleceu uma analogia com situações reais, absurdas, incompreensíveis, que se formaram na vida cotidiana da Capital durante o período que durou a Revolta da Armada. A agonia, cujo sofrimento não vinha apenas da situação em si, mas da falta de esclarecimento pelo que estava ocorrendo, impedia Josefino de encontrar alguma resposta, fugindo sem olhar para trás, tanto que deixou a mãe à beira da morte antes de partir para o exílio.

A viagem de desterro correu tranquilamente, mas o protagonista permanecia em constante pavor, suspeitando de tudo e de todos. Somente quando o trem entrou no território mineiro, Josefino logrou algum descanso. Chegou, finalmente, a Carandaí, no interior de Minas Gerais, para ficar hospedado na casa de Amaro, na fazenda dos Três Córregos.

Amaro, republicano, relatou que em Minas Gerais já faltavam gêneros alimentícios, uma “falta de tudo” (COELHO NETO, 1994, p. 113). Disse a Josefino que não sofreriam calados e que, se o gado não descesse de Minas Gerais, não tinham onde buscá-lo. Quanto ao local escolhido para o desterro, onde existia a paz, pode-se inferir que esse Estado não compactuava com os desmandos do “vice-presidente”, não por condenar as decisões arbitrárias, mas por não participar do poder. Pela voz de um personagem local, pressente-se já um mal-estar inicial entre os governos (mineiro e federal) que, anos depois, resultaria em uma política bilateral, enfraquecendo a elite do Rio de Janeiro.

O ambiente da fazenda assemelhava-se aos campos bucólicos do Arcadismo, propícios ao enlevamento e ao convívio harmonioso da natureza com os pastores. No íntimo de Josefino, no entanto, pulsava uma alma romântica, inquieta, saudosa da pátria que deixara em função do exílio compulsório: “a vida me parecera aprazível e boa, descansada e feliz [...] foi-se tornando insípida [...] sem acidentes, enfasiadora e morosa” (COELHO NETO, 1994, p. 119).

Na fazenda, a escravidão permanecia. Negros eram maltratados, eram péssimas as condições de higiene e de alojamento. O narrador conta que ouvia um menino enfermo, choramingando, arrastando-se pela casa, perseguido pelas moscas e pela imundície. Josefino não se comove com as cenas que vê e ainda acrescenta: “Um negro caduco era o meu maior divertimento. Ia vê-lo, de quando em quando, ao quarto onde ele vivia [...]. Quando me via,

rosnava apanhando as palhas, defendendo-as como um avarento defenderia seu tesouro”. Conta o protagonista que o dono da fazenda, Amaro, “guardava-o como relíquia. Era o mais antigo negro da casa, fora pajem do avô” (COELHO NETO, 1994, p. 120).

É interessante a postura de Josefino que, por receio das represálias, não aderira à campanha abolicionista. Nesse momento do romance, confirma-se que a simpatia inicial pela causa realmente era pálida porque o narrador não colocou em prática, quando necessário, as ideias que o emocionaram tempos antes. Igualmente, pela época da narrativa, em pleno mandato de Floriano, a escravidão já tinha sido abolida há, no mínimo, cinco anos e ainda se mantinham escravos “como relíquias”, maltratados e presos nas senzalas. Sendo o Autor um abolicionista, supõe-se que tenha traduzido em Josefino a postura de uma sociedade hipócrita e, ao mesmo tempo, desobediente às leis maiores do país. Estando em solo mineiro, longe dos olhos da elite carioca, essa passagem pode também se remeter aos latifundiários de Minas Gerais, onde a ordem era definida pelos coronéis, a cabresto, e não pelos auspícios de um novo formato de sociedade – republicana e livre.

Os jornais chegavam até a fazenda dando conta da situação de caos no Rio de Janeiro. Certo dia, uma notícia informava que Josefino, “amigo dedicado de Custódio de Melo”, havia fugido para a Europa, mas descobriram que se achava em Minas Gerais. Ao final do relato, desmentiam-se os boatos e confirmava-se que o rapaz estava a bordo do *Uranus*¹⁰. Josefino ficou enfurecido, sentindo-se difamado, pensando na mãe, na noiva, nos amigos, no chefe, que veriam nele um revoltoso, um traidor. Situação análoga ocorreu realmente com Guimarães Passos e Pardal Mallet, amigos de Coelho Neto, conforme se desenvolve mais adiante, pois ambos embarcaram no *Aquidaban*, mas como meio de fugir do país.

Nervoso pela repercussão que a notícia pudesse ter causado em sua mãe, Josefino resolveu escrever a ela. Amaro imediatamente o proibiu, alegando que: “nada de cartas, eram todas abertas no correio” (COELHO NETO, 1994, p. 131); ou seja, as liberdades civis

¹⁰ Segundo o site *Naufrágios do Brasil*, os navios revoltosos da Revolta da Armada eram: *Aquidaban* (encouraçado), *Araguari* (torpedeira), *Esperança* (cruzador auxiliar), *Iguatemi* (torpedeira), *Javari* (encouraçado fluvial), *Madeira* (navio transporte), *Marajó* (canhoneira), *Marcílio Dias* (torpedeira), *Pereira da Cunha* (cruzador auxiliar), *República* (cruzador), *Sete de Setembro* (encouraçado), *Tamandaré* e *Trajano* (cruzadores). Durante o movimento, diversas embarcações civis foram confiscadas pelas forças revoltosas para suprir as necessidades dos navios e tripulantes da esquadra no transporte de combustível, munição e víveres. Foram, então, incorporados às forças rebeldes, os seguintes navios: *Júpiter*, *Marte*, *Mercúrio*, *Paraíba*, *Vênus*, ***Uranus*** e *Pallas* (todos da Companhia Frigorífica Fluminense); *Adolpho de Barros*, *Gil Blas* (*Navegación Lage*); *Meteoro* (*Loide Brasileiro*); *Luci*, *Vulcano*, *Glória*, *Bitencourt* (todos da *Wilson and Sons*) (grifo nosso).

continuavam negadas. Alfredo, um pajem que morava na fazenda, foi mandado à Capital para manter contato pessoal com a mãe de Josefino. Os dias passavam e o menino não retornava, causando apreensão em todos e, inclusive, a desconfiança de que poderia ter desvirtuado para caminhos de perdição. A notícia chegou bombástica: Alfredo havia sido recrutado à força pelas tropas florianistas a fim de defender a Capital dos revoltosos, tal como ocorrera com Guimarães Passos, aliciado compulsoriamente a servir à pátria. Para não causar mais suspeitas, o próprio padre local iria até a casa de Josefino para acalmar a mãe do fugitivo.

4.5 Considerações sobre o romance

Não se pode afirmar que Josefino Soares seja Olavo Bilac, ou José do Patrocínio, tampouco Pardal Mallet tendo em vista que o narrador é ingênuo e sem posicionamento político. O protagonista do romance passou por muitas das agruras semelhantes às que vivenciaram os amigos envolvidos: a fuga de Olavo Bilac para Minas Gerais e o recrutamento forçado de Guimarães Passos. A perseguição política e os ataques policiais que sofreu o jornal *O Combate*, pelas críticas de Pardal Mallet a Floriano Peixoto e sua forma de governar, foram retratadas nos bombardeios que sofreu o escritório de Luís Farinha, obrigando seus funcionários a ficarem de prontidão escondidos na parte inferior do prédio. A boataria em torno da morte de José do Patrocínio foi fomentada porque, dentre todos, foi o mais atingido e, por ser o mais temido, “o mais severamente tratado. Preso, foi deportado para Cucuí e chegou a constar, como boato, que havia sido fuzilado” (MACHADO NETO, 1973, p. 115). Em *Fogo fátuo*, Coelho Neto retomou esse episódio, quando Patrocínio esforça-se para provar a Neiva (Paula Nei) e a Anselmo (Coelho Neto) que estava vivo.

Assim como se encontram analogias a colegas de profissão na pele dos personagens de *O morto* e de *A conquista*, o próprio Autor também se imiscui no perfil de Josefino. Conforme Ubiratan Machado, baseado em um depoimento de Quintino Bocaiúva, quando de uma reunião abolicionista no Politeama, no dia 6 de agosto de 1886, “o teatro viu-se atacado um bando de capoeiras, capitaneado pelo célebre facínora Benjamin, que foi logo subjugado e desarmado pelo moço escritor Coelho Neto” (MACHADO, 2009, p. 261-262). A alcunha de “arruaceiro”, aos que frequentavam esse local, dada pelo futuro sogro de Josefino, pode ter referência ao ataque relatado por Quintino Bocaiúva. Os que eram contrários à ordem vigente, comandada pela elite agrária, eram vistos como agitadores. Cabe lembrar que o Autor, quando jovem, tentou ser médico, tal como era o sonho de Josefino antes de seu pai falecer.

A família de Amaro era composta por sua esposa e sua filha, Lavínia, a qual tinha crises nervosas: cantava, ria, chorava, gritava, deixando todos perplexos e sem saber como proceder. O pai não sabia se o motivo da moléstia da filha era realmente de fundo emocional ou provocada pelo casamento, pois era tio de sua esposa. A menina encantou-se por Josefino, cuidando de suas coisas, arrumando seu quarto, colocando flores para enfeitar o ambiente. Sentindo o assédio da moça e tentando livrar-se de algum problema, refugiava-se no quarto, alegando enxaqueca.

Nesse ínterim, Josefino ficou muito doente, com uma febre que lhe tirou os sentidos, sendo cuidado com muito desvelo por Lavínia. Quando acordou, parcialmente curado, recebeu a notícia de que um homem, vindo da Capital, passara pela fazenda. Amaro pediu notícias da insurreição e ficou chocado ao saber que: “caem balas na cidade todos os dias, tem morrido uma infinidade de gente, há não sei quantos prédios derrubados e da Ilha das Cobras já começaram a fazer fogo para a terra” (COELHO NETO, 1994, p. 159). O pior, porém, estaria por vir, pois a notícia que se espalhara no Rio de Janeiro era de que Josefino estava *morto*, tendo sido fuzilado em Sepetiba. Contavam que, em uma tentativa de abordagem aos navios, Josefino e mais cinco marinheiros teriam resistido e sido mortos a bala.

Lavínia, incansável ao lado do leito de Josefino, quando o rapaz acordou, complementou a informação: que o cadáver de Josefino tinha sido reconhecido por um oficial, amigo do *morto*. Com essa notícia, Josefino teve uma recaída e permaneceu “entre a vida e a morte” por um mês – supostamente um coma. Quando, finalmente, recuperou-se, Amaro relatou a ele os pormenores de sua “morte”, cheia de detalhes. O arauto era Loubeira, uma pessoa das relações da família, mas que não conhecia pessoalmente o narrador, que afirma: “Mas Amaro, **esse** Loubeira representa bem o tipo do fluminense [...] são todos assim: aceitam, **sem discussão**, o primeiro boato como verdade incontestável” (COELHO NETO, 1994, p. 162, grifos nossos).

O romance emprega seguidamente elementos estranhos, ou seja, pessoas aparecem e anunciam os fatos. O interessante é que todos conhecem Josefino mesmo ele sendo um simples funcionário de uma empresa de exportação de café. O narrador sente-se perseguido, e o leitor não acredita que chegue a tanto sua paranoia; todavia, quando tudo parece serenado, um personagem inesperado aparece, confirmando as suspeitas de Josefino e surpreendendo o leitor.

Até então, o padre não havia partido à Capital, pois o estado de saúde de Josefino poderia alterar as notícias que seriam dadas à mãe do *morto*. Tão logo o rapaz recuperou-se, o pároco pôs-se a caminho. Quando retornou, tempos depois, trazia as missivas da mãe e da noiva, presentes, roupas e charutos. Contou os horrores da Revolta na cidade: a população continuava sitiada e os bombardeios não cessavam. Agravando a crise, os gaúchos, pela mão de Gumerindo, “vinham em massa abrindo veredas nas matas, arrastando a artilharia por montes e vales [...] Já deviam estar perto de São Paulo” (COELHO NETO, 1994, p. 184).

Os afetos que Josefino deixara no Rio de Janeiro acreditavam piamente na morte do rapaz. Custaram a acreditar que realmente estivesse vivo, não fossem as cartas que enviava às duas por intermédio do religioso. Ficou combinado que a mãe o encontraria em Juiz de Fora, no domingo seguinte. Quando do encontro, o mistério revelou-se, pois, durante a precipitação da fuga, Josefino deixara cair um cartão com o endereço de outro amigo mineiro; para lá sua mãe enviava as cartas, que ele, por esse engano, não recebeu. E o dono dessa outra fazenda informara que Josefino nunca tinha chegado lá.

De volta à Capital, pois a Revolta havia terminado, Josefino teve dificuldades para provar que estava vivo: “Na Rua do Ouvidor, mostravam-me a dedo, chamavam-me *o morto*. Outros finados quebraram as pesadas lajes dos túmulos e surgiam” (COELHO NETO, 1994, p. 193), configurando-se a ironia utilizada pelo Autor para retratar a perseguição política, as várias mortes decorrentes dela e o reaparecimento daqueles que conseguiram se esconder para não morrer.

Coelho Neto, após ter participado ativamente da campanha abolicionista e da deposição da monarquia, no momento da Revolta da Armada, assistia com aparente passividade aos desmandos de Floriano Peixoto. Anos depois, por intermédio desse romance, criou um personagem, Josefino Soares, homem do povo, que se empolgou com a libertação dos escravos, mas sem criticidade política suficiente, um perfil que abortava uma atitude mais incisiva. A representação social que o texto traz revela como se portava o grosso da população, em sua maioria analfabeta, e é pelo olhar desse narrador que o leitor concebe um panorama da Capital naquele momento.

Na terceira parte de *O triste fim de Policarpo Quaresma* (1911), motivado pela Revolta da Armada, Quaresma volta do campo, abandonando seus projetos pessoais para apoiar Floriano Peixoto a superar esse conflito. O tom de crítica velada e metafórica que aparece no romance coelhonetiano, por medo de represálias, é superado em muito pela voz de

Lima Barreto. Quaresma, militar, tem as mesmas punições que os opositores reais de Floriano sofreram, inclusive sendo transferido para a Ilha das Cobras, pena semelhante à de Bilac, enviado para a Fortaleza do Lage. A retaliação de Quaresma foi dolorosa, pois foi mais um dos executados pela tirania do Marechal de Ferro. O assunto teve grande impacto na população letrada, confirmando que não só opositores políticos, mas também os intelectuais sofreram represálias do ditador.

A abolição e a República modernizaram o país institucionalmente; todavia, os avanços não se estenderam à sociedade brasileira, pois as mazelas que emperravam o Brasil – o analfabetismo, as doenças decorrentes da falta de saneamento, a precariedade das habitações – permaneciam. Os boêmios de 1883 a 1886 que procederam dos românticos paulistas atravessaram vitoriosos a campanha abolicionista e entraram felizes e unidos pela República. Floriano, no entanto, reagiu, seguro e severo, deportando e prendendo alguns; outros fugiram, escondendo-se no interior do país ou em outras nações. “Durante dois anos, não se viu, no Rio, uma roda literária, nas livrarias, nos teatros, nos cafés, nas confeitarias” (CAMPOS, 1933, p. 161-162). Quando retornaram à Capital, o cenário modificara-se, não mais havia o ambiente profícuo que haviam deixado: “uma sociedade nova, utilitária e burguesa, levantara-se sobre os destroços da aristocracia imperial” (CAMPOS, 1933, p. 161-162). Segundo José Murilo de Carvalho, entre as elites, houve, sem dúvida, a sensação de libertação, atingindo as ideias, os sentimentos e as atitudes (CARVALHO, 2005, p. 26); entretanto, a fuga de Olavo Bilac, Guimarães Passos e outros indicou que não foi pacífica a convivência entre o novo regime e os intelectuais.

O resgate interdisciplinar, entre História e Literatura, daria a devida valorização a quem muito contribuiu para tentar mudar o rumo para o qual o país lamentavelmente caminhava e, por esse intento, foram condenados e presos. Poucos, porém, conseguiram se reerguer doravante a perseguição de Marechal Floriano Peixoto. Segundo Sevcenko, Coelho Neto e Olegário Mariano (frequentador das reuniões literárias promovidas por Coelho Neto) são modelos significativos de autores que “introduziram a fissura mais profunda e irremediável dentre o grupo intelectual”. Bilac também pode ser incluído nesse grupo, o dos “vencedores”, que conseguiu acesso aos grupos arrivistas da sociedade e da política, “desfrutando, a partir de então de enorme sucesso e prestígio pessoal, elevados a posições de proeminência do regime e de guias incondicionais do público urbano” (SEVCENKO, 2003, p. 131).

Quem sabe esteja próximo o momento em que o autor de *O morto* poderá abandonar finalmente o incômodo e excêntrico papel de “‘escritor maldito’ a que o condenaram, ironicamente, os adversários” (ALMEIDA, 1994, p. IX). Quiçá consiga-se inverter a apreciação metonímica, que condenou “a parte pelo todo”, para pinçar as obras que foram mais bem elaboradas e significativas, que revelam Coelho Neto “acima de tudo, como um cronista do viver da pequena e média burguesia carioca na virada do século” (ALMEIDA, p. IX).

CONCLUSÃO

Ao final deste estudo, diante do objetivo principal proposto de constatar como a cidade do Rio de Janeiro foi retratada por Coelho Neto, verificou-se que, quando relidos os romances *A conquista* (1899), *A capital federal* (1893) e *O morto* (1898), encontram-se, dentro da diegese da ficção, informações que podem ser cotejadas com dados históricos oficiais, confirmando-se. Os estudos acerca de Coelho Neto, no entanto, desamparam os pesquisadores, pois, ou se encontram elogios, muitas vezes excessivos, dados por seus pares, ou uma análise impiedosa e parcial, desferida por desafetos particulares ou baseada em avaliações que perpetuam o que a crítica até então tem feito: repetir, sem analisar com mais cuidado, o que Coelho Neto produziu.

O sucesso advindo da carreira de escritor propiciou-o a desfrutar de enorme prestígio social e político nos meios burgueses e elegantes da sociedade carioca, trazendo a ele grande popularidade, no entanto, Lima Barreto acusava-o de utilizar a literatura a serviço dos modismos da classe letrada, ocultando as desvalias da população marginal. Um dos grandes entraves à leitura de Coelho Neto concerne à sua construção linguística em virtude de seus textos serem entendidos apenas pelos iniciados no padrão formal do idioma, portanto, uma escrita elitizada. Partindo dessas constatações, estudar um escritor afeito aos valores burgueses, em pleno século XXI, seria, no mínimo, inadequado; todavia, valores sociais não afetaram as ações desta análise, por isso foram buscadas várias fontes, tentando tecer um panorama sobre o que foi dito sobre Coelho Neto.

Sendo um autor pouco conhecido, essas críticas, em um primeiro momento, poderiam inibir o pesquisador moderno já que as diferenças sociais são cada vez mais combatidas nos dias que correm. Aos que ainda se baseiam nessas declarações para retaliar Coelho Neto, basta que sejam lidos romances como *Miragem* (1895), *Turbilhão* (1906), *O rei negro* (1914), por exemplo, para que se encontrem neles retratados os homens comuns, trabalhadores e o sofrimento dos escravos, que representavam a maioria da população do Brasil. Não se escolheu o autor pela quantidade de obras produzidas, por serem relidas até hoje; ao contrário, por se ter encontrado em estudiosos da Literatura, como Alfredo Bosi, por exemplo, o registro do sucesso estrondoso de Coelho Neto na época em que viveu, porém dele se sabe muito pouco. Assim como um médico não escolhe um objeto de estudo pela beleza ou pela nobreza

do órgão, a literatura, como ciência que é, deveria, igualmente, debruçar-se sobre aqueles que são citados, mas pouco estudados, independentemente do gosto pessoal do pesquisador porque a história literária não é feita somente pelos grandes autores e pelas obras-primas que criaram.

A hipótese proposta de que, nos três livros supracitados, haveria *um rico panorama sociológico e histórico da cidade do Rio de Janeiro que se estende dos anos anteriores à abolição, durante os prenúncios da República, ao período ocupado pela Revolta da Armada*, confirma-se por vários motivos. Primeiramente, constata-se que os problemas de então, expostos pelo escritor, são os mesmos que a historiografia relata e, lamentavelmente, persistem até os dias que seguem (CARVALHO, 2005). Seu idealismo acreditava que o país só se tornaria mais justo, mais coeso, quando as pessoas realmente o amassem, trabalhando para que progredisse e se tornasse uma grande nação. Para tanto, reiterou que se deveria investir maciçamente em educação, em patriotismo, letramento, cultura e erudição. Prova disso são suas produções com cunho cívico. É consabido que muitas delas foram escritas para poder sustentar a família; porém, o Autor retoma sempre essas ideias, não somente nessas três obras estudadas, mas também em seus outros escritos (*Miragem* e *O rei negro*, e em muitas crônicas, por exemplo) seja pela voz de Anselmo seja pela de outros personagens.

A Rua do Ouvidor, hoje um logradouro comum da cidade do Rio de Janeiro, foi palco do que de mais moderno poderia haver naquele momento. Explicando melhor: era para esse local que se dirigiam as pessoas mais abastadas à procura das novidades europeias, lojas dos mais diversos estilos povoavam-no, dando a falsa impressão de ser um *boulevard* e não uma rua brasileira. Na contramão dessa fantasia, habitavam-na os pedintes, os ladrões, os tigreiros, os escravos, as lavadeiras, os trabalhadores braçais e, no seu entorno, a prostituição. Essa rua aparece em *A conquista* (1899) e em *A capital federal* (1893), de forma distinta, porém sempre presente no cotidiano dos cidadãos de então. Em *A conquista* (1899), em virtude das andanças dos escritores e por ser sede de vários jornais da época, em que muitos deles trabalhavam; em *A capital federal* (1893), como o local idealizado e não encontrado, o produto da imaginação fértil dos escritores da época, crítica feita não só por Coelho Neto, mas também por José de Alencar e Joaquim Manoel de Macedo.

Discute-se, em *A conquista* (1899) e em *A capital federal* (1893), a necessidade da troca de regime, as opiniões divergentes dos populares quanto ao país permanecer sendo regido por um rei ligado a Portugal (mesmo indiretamente) ou apostar em algum novo nome,

com ideais progressistas. A resposta a esse dilema, que também aparece em *Esau e Jacó*, de Machado de Assis, publicado em 1904, mas antecipado por Coelho Neto, pode ser encontrada em *O morto* (1898), em que aparece o sentimento de medo e de desespero do personagem Josefino porque está sendo perseguido pelos espões de Floriano Peixoto. Utilizando uma personagem sem grande relevância, o Autor dá o tom de como a população sentiu-se diante de uma esquadra direcionada às praias da Capital Federal.

Coelho Neto, em *O morto*, desvenda os eventos que ocorreram após a proclamação da República, os quais contrariaram a ilusão de que a mudança de regime traria maior participação popular, derrubando o mito romantizado daqueles que imaginavam dias melhores apenas pela troca de atores e de modelo de gestão. Igualmente, consegue demonstrar muitos dos motivos pelos quais os laços criados por aquela geração retratada em *A conquista* arrefeceram. Os intelectuais, mais maduros, acuados, desistiram da política e concentraram-se no fazer literário, acomodando-se, portanto aos ditames dos editores e ao gosto do público (CARVALHO, 2005).

Quando se estuda o Arcadismo brasileiro, é indissociável a vida pessoal de Tomás Antônio Gonzaga e de Cláudio Manoel da Costa, por exemplo, pois, para entender *Marília de Dirceu*, é necessário que o leitor saiba os motivos da desvalia do desterro do pastor Dirceu. As *Cartas chilenas* são aclaradas quando se analisa o cotidiano de Minas Gerais de então. Os membros da “confraria” de José do Patrocínio, no entanto, foram desconectados da história oficial. Olavo Bilac passou à história das letras nacionais como um beletrista parnasiano; Pardal Mallet não é citado em livros de Literatura do ensino médio, tampouco nos de História do Brasil, mesmo tendo tido papel muito expressivo no que tange à denúncia das irregularidades e das arbitrariedades de uma ditadura; Aluísio Azevedo teve seu nome perpetuado unicamente como sendo o autor de *O cortiço* (romance que foi adaptado ao cinema com uma conotação quase pornográfica) e de *O mulato*, com que inaugurou o Naturalismo no Brasil. Coelho Neto é sempre citado, com raras exceções de estudos mais atuais, com desprezo pelo seu estilo prolixo e *démodé* contra o qual o movimento de 1922 se insurgiu.

Apesar dos poucos trabalhos acadêmicos publicados acerca de Coelho Neto, apenas quatro dissertações até esta data, sendo esta a primeira tese, no Brasil, que verse especificamente sobre ele, a boa nova é que se encontram disponibilizados na *web* muitos artigos que tratam de seus escritos. Ao mesmo tempo, o resgate de outros contemporâneos

seus, como Aluísio e/ou Artur Azevedo, Humberto de Campos, Olavo Bilac, Raul Pompeia, Lima Barreto, dentre outros, remetem, de forma direta ou indireta, a cruzamentos com a vida e com a história de Henrique Maximiliano Coelho Neto, parceiro, amigo, coautor, inimigo. Sua fortuna crítica é inconstante, sim, existem livros sem valor literário, muitas produções são descabidas, porém, da mesma forma como existe a Bahia de Jorge Amado, a Praga de Kafka, o Moçambique de Mia Couto, pode-se afirmar que os romances estudados nesta tese, *A conquista*, *A capital federal* e *O morto*, traduzem a *Capital Federal*, *o Rio de Janeiro de Coelho Neto*, no período do Império à República.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José Martiniano de. *Teatro completo*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro, 1977.

ALONSO, Ângela. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. *Novos Estudos*, 85, nov. 2009.

ALMEIDA, José Maurício Gomes de. Coelho Neto: escritor maldito. In: COELHO NETO. *O morto*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994. Prefácio.

AMADO, Jorge. Entrevista biográfica. In: _____. *Literatura comentada*. São Paulo, Abril Educação, 1981. p. 12.

AMORA, Antônio Soares. *História da literatura brasileira: séculos XV-XX*. 5. ed. São Paulo: Edições Saraiva, 1965.

AMORIM, Mariana de Oliveira. *A cidade encenada: o Rio de Janeiro – verso e reverso*, de José de Alencar. XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO – Memória e Patrimônio – RJ, 19 a 23 de julho de 2010. UNIRIO, Associação Nacional de História. Disponível em: <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276609521_ARQUIVO_AMORIM_Mariana-ArtigoANPUH2010.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2015.

ASSIS, Machado de. *A semana (1895-1900)*. São Paulo: Mérito, 1961. v. 3. (Obras completas de Machado de Assis, 28).

_____. *Obras completas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v. III, 1994.

AZEVEDO, Artur. Biografia. *Academia Brasileira de Letras, ABL* Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/artur-azevedo/biografia>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BALABAN, Marcelo. Este animal de pelo. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 7, n. 78, mar. 2012.

BARRETO, Lima. *O triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Scipione, 1994.

_____. *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

BELLO, José Maria. *História da República: 1889-1954 – síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira*. 6. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1972.

BENJAMIN, Valter. O narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet, São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.

BEZERRA, Eliezer. *Coelho Netto e a onda modernista*. São Paulo: Ed. Ítalo-Latino-Americana PALMA, 1982.

BILAC, Olavo. *Últimas conferências e discursos (1865-1918): sobre minha geração literária, 1915*. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00293000#page/9/mode/1up>>. Acesso em: 04 maio 2015.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1989.

BROCA, Brito. Coelho Neto, romancista. In: COELHO NETO. *Obra seleta*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1958.

_____. *Naturalistas, parnasianos e decadistas: vida literária do Realismo ao Pré-Modernismo*. Campinas: Unicamp, 1991.

_____. *A vida literária no Brasil: 1900*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

CAMINHA, Adolfo. *Cartas literárias (1867-1897)*. Typ. Aldina: Rio de Janeiro, 1895. Disponível em: <<https://archive.org/details/cartasliterarias00cami>>. Acesso em: 04 maio 2015.

CAMPOS, Humberto de. *Crítica: 2 série*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1933.

_____. *Diário secreto*. Volume II. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1954.

CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CARONE, Edgard. *A república velha: evolução política*. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1974.

_____. *A primeira república: 1889-1930*. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

CARVALHO, Claunísio Amorim. *O insigne pavilhão: nação e nacionalismo na obra do escritor Coelho Netto*. 2012. 218 f. Dissertação. (Mestrado Acadêmico em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão, UFMA, São Luís 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. Uma república sem povo. *História Viva: dossiê República*, nov. 2013. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/uma_república_sem_povo.html>. Acesso em: 14 jan. 2014.

COELHO NETO, Henrique M. *A conquista*. Biblioteca Virtual do Estudante de Língua Portuguesa, 2000.

_____. *A capital federal: impressões de um sertanejo*. 5. ed. Lisboa: Livraria Chanrdron, 1924.

_____. *O morto: memórias de um fuzilado*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994.

_____. *Às quintas: janeiro de 1921 a dezembro de 1923*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *Fogo-fátuo*. Biblioteca Virtual do Estudante de Língua Portuguesa.

_____. *Miragem*. Biblioteca Virtual do Estudante de Língua Portuguesa.

DAVID, Carlos. Coelho Neto, sim. *Diário carioca*, Rio de Janeiro, 07 fev. 1954.

DOMINGUEZ, Andreia Angel de Moraes. *Releituras de Coelho Neto*. 1991. 276 f. Dissertação. (Mestrado em Literatura Brasileira). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 1991.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro de meu tempo*. Brasília: Edições do Senado Federal, v. 1, 2003.

FARIA, Octávio de. *Coelho Neto: romance*. Rio de Janeiro: Agir, 1958.

FONTES, Martins. *Terras da fantasia*. Rio de Janeiro: Santos, 1933.

FORTE TAMANDARÉ DA LAGE. Wikipédia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Forte_Tamandar%C3%A9_da_Laje>. Acesso em: 10 jan. 2014.

FRANCISCO DE PAULA NEI. *Aracatinet*, 2009. Disponível em: <http://aracati.net/site/index.php?option=com_content&view=article&id=181:francisco-de-paula-nei-&catid=34:biografias&Itemid=53>. Acesso em 26 fev. 2016.

GOMES, Laurentino. *1889: como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República do Brasil*. São Paulo: Globo Livros, 2013.

GUIA de leitura de Isaiás Caminha. Cia das letras. Disponível em: <http://www.companhiadasletras.com.br/penguin/guia_leitura.php?codigo=85012>. Acesso em: 20 ago. 2012.

GUIMARÃES PASSOS. Biografia. *Academia Brasileira de Letras, ABL*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/guimaraes-passos/biografia>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

IBGE Cidades. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=330455&search=%7C%7Cinfr%20ogr%20E1ficos:-hist%20F3rico&lang=_ES>. Acesso em: 20 mar. 2015.

ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

_____. O jogo do texto. In: LIMA, Luiz Costa. *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à crítica literária*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994. Série Temas, v. 36.

JESUS, Christianne de. Floriano não morreu: depositado aos pés do túmulo do ex-presidente, opúsculo com textos e poesias demonstra que era grande sua lista de admiradores, 2014. *Revista de História*. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/por-dentro-da-biblioteca/nosso-amado-floriano>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

JOSÉ DO PATROCÍNIO. Biografia. *E-Biografias*. Disponível em: <http://www.e-biografias.net/jose_patrocinio/>. Acesso em: 22 fev. 2016.

LAJOLO, Marisa. *Usos e abusos da literatura na escola: Bilac e a literatura escolar na República Velha*. Porto Alegre: Editora Globo, 1982.

_____. *O que é literatura?* 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos, v. 53).

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A literatura rarefeita: livro e literatura no Brasil*. São Paulo, Ática, 1991.

_____. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

_____. *O preço da leitura: leis e números por detrás das letras*. São Paulo: Ática, 2001.

LÂMPADA YABLOCHKOV. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%A2mpada_Yablochkov>. Acesso em: 25 ago. 2014.

LAOCOONTE e seus filhos. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Laocoonte>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

LEE, Ana. *O sorriso da sociedade: intriga e crime no mundo literário da belle époque*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

LIMA BARRETO. Vida e obra. LPM Editores. Disponível em: <http://www.lpm.com.br/site/default.asp?TroncoID=805134&SecaoID=948848&SubsecaoID=0&Template=../livros/layout_autor.asp&AutorID=618064>. Acesso em: 20 jun. 2016.

LIMA, Herman. Coelho Neto: as duas faces do espelho. In: NETTO, Coelho. *Obra seleta*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1958. (v. 1)

LIMA, Luiz Costa (Org.). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LIMA, Paulo. *Rio de sempre*, 2010. Disponível em: <<http://noblat.oglobo.globo.com/noticias/noticia/2010/05/rio-de-sempre-294730.html>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

LIUTI, Fátima de Lourdes Ferreira. *Representações literárias da rua do Ouvidor*. 2007. 218 f. Tese (Doutorado em Teoria da Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Letras.

Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista. Campus de São José do Rio Preto, São Paulo, 2007.

LOPES, Marcos Aparecido. *No purgatório da crítica: Coelho Neto e o seu lugar na história da literatura brasileira*. 1997. Dissertação. (Mestrado em Literatura). Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1997.

LOPEZ, Luís Roberto. *História do Brasil imperial*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. *História do Brasil contemporâneo*. 5. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

LUIS MURAT. Biografia. *Academia Brasileira de Letras, ABL*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/luis-murat/biografia>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

MACHADO, Ubiratan. Jornalista, abolicionista, capoeirista. In: *Coelho Neto*. Coleção melhores crônicas. São Paulo: Global, 2009.

MACHADO NETO, Antônio Luiz. *Estrutura social da república das letras: sociologia da vida intelectual brasileira, 1870-1930*. São Paulo: Grijalbo, 1973.

MANSUR, André Luís. O que significavam os títulos de nobreza no Brasil? *Revista Aventuras na História*. Editora Abril. São Paulo, edição 79, p. 24-25, fev. 2010.

MATTA, Carmem da. Rio de Janeiro, solo configurador da literatura nacional. *Revista Rio de Janeiro*, n. 10, maio-ago. 2003.

MENDES, Leonardo. Lavadeiros, padeiros, marinheiros: romance brasileiro, boêmia e homoerotismo... *Terra roxa e outras terras – Revista de Estudos Literários*. v. 18, p. 6-15, out. 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/letras/terraroxa/g_pdf/vol18/TRvol18a.pdf>. Acesso em: 19 set. 2012.

MENDES, Leonardo; SILVA, Alessa Patrícia Dias da. Coelho Neto na rua do Ouvidor: experiência urbana e modernidade no romance brasileiro no século XIX. *SOLETRAS*, ano X, n. 20, jul./dez.2010. São Gonçalo: UERJ, 2010.

MENDES, Leonardo; VIEIRA, Renata Ferreira. A república manca: Miragem, de Coelho Neto, e o naturalismo da desilusão. *SOLETRAS*. Revista do Departamento de Letras. Faculdade de Formação de Professores. São Gonçalo: UERJ, Ano IX, n. 18, 2009. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/soletras/18/05.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

MORAES, Marco Antônio de. Coelho Neto entre os modernistas. *Revista Literatura e Sociedade*, FFLCH/DLLV, USP, 2004.

_____. “Às quintas” no tempo modernista. In: COELHO NETO. *Às quintas: janeiro de 1921 a dezembro de 1923*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MURARI, Luciana. Sob o tênue véu da ficção: três eventos da história brasileira nos romances de Coelho Neto. *Navegações*. v. 4, n. 1, p. 26-39, jan./jun. 2011. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/viewFile/9435/6536>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

MURARI, Luciana. Literatura e transformação da sociedade no debate intelectual brasileiro: dos “modernistas” de 1870 aos modernistas de 1922. *Revista Antares*, n. 2, jul.-dez. 2009. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/article/viewArticle/408>>. Acesso em: 19 ago. 2013.

NAUFRÁGIOS DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.naufragiosdobrasil.com.br/revoltaarmada.htm>>. Acesso em: 25 fev. 2014.

NETO, Paulo Coelho. *Coelho Netto*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1942.

_____. *Bibliografia de Coelho Neto*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1956.

_____. *Imagem de uma vida*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1957.

NOSSO SÉCULO. *1900-1910: a era dos bacharéis*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

NUNES, Elton; MENDES, Leonardo. O Rio de Janeiro no fim do século XIX: modernidade, boemia e o imaginário republicano no romance de Coelho Neto. *SOLETRAS*. Revista do Departamento de Letras. Faculdade de Formação de Professores. São Gonçalo: UERJ. Ano 8, n. 16, jul./dez.2008. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/soletras/16/ano08_16.pdf> Acesso em: 14 jan. 2012.

OLIVEIRA, Franklin de. *A Semana de Arte Moderna na contramão da história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

_____. Ler Coelho Neto. In: OLIVEIRA, Franklin de. *A Semana de Arte Moderna na contramão da história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

OLIVEIRA, Ana Luiza Martins Camargo. *Revistas em revista... imprensa e práticas culturais em tempos de República. 1890-1922*. 1997. (Tese). São Paulo, FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1997.

O RIO de Janeiro através dos jornais. Disponível em: <<http://www1.uol.com.br/rionosjornais/rj06.htm>>. Acesso em: 03 jul. 2012.

PARDAL MALLETT. Biografia. *Academia Brasileira de Letras, ABL*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/pardal-mallet/biografia>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

PECHMAN, Robert Moses. De civilidades e incivilidades. *Mediação*. Rio de Janeiro, n. 10, maio-ago., 2003.

PEDRUZZI, Tiago. O Rio de Janeiro sob a pena de Joaquim Manoel de Macedo. *Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas Dossiê: a cidade na crônica*. PPG-LET-UFRGS, v. 03, n. 01, jan./jun., Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<file:///C:/Users/Marcia/Downloads/4902-15671-1-PB.pdf>>.

PEREIRA, Astrogildo. *Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos*. 2. ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Barricadas na Academia: literatura e abolicionismo na produção do jovem Coelho Netto. *Revista Tempo*. Cultura e Movimentos Sociais. Rio de Janeiro, 2000. n. 10. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/tempo/site/?cat=38>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *Prosa de ficção (de 1870 a 1920): história da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1988. (Coleção Reconquista do Brasil).

PEREIRA, Maria Esterlina M. Análise do romance A capital federal como depoimento de uma época: uma contribuição histórica. *Cadernos de Pesquisa São Luís*, 4 (2): 43-53, jul./dez, 1988.

PINA, Patrícia Kátia da Costa. A crônica na imprensa periódica oitocentista: Machado de Assis e a formação do público leitor. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. Associação Brasileira de Literatura Comparada. Rio de Janeiro, n. 9, p. 65-78, 2006. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/download/revista/Revista_Brasileira_de_Literatura_Comparada_-_09.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2012.

PINHO, Adeíto Manoel. O sistema literário de A conquista: nomes, leitura e números para um romance de Coelho Neto. *Revista Literatura em Debate*. v. 3, n. 4, p. 109-128, 2009. Disponível em: <http://www.fw.uri.br/publicacoes/literaturaemdebate/artigos/n4_9.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2012.

PREFEITURA da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal da Casa Civil. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://wpro.rio.rj.gov.br/arquivovirtual/web/>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

PROENÇA, Cavalcanti Manuel. Coelho Netto. In: COELHO NETO, Henrique Maximiliano. *Turbilhão*. Rio de Janeiro: Ediouro.

REVOLUÇÃO FEDERALISTA. Wikipédia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_Federalista>. Acesso em: 28 dez. 2013.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

RIO, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional – Departamento Nacional do Livro, 1994.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *O patriarca em esfinge: a estátua de José Bonifácio*. Encontro Regional da Associação Nacional de História. Rio de Janeiro, RJ. ANPVH: UERJ, 1996.

SANTOS, Simões Júnior Álvaro. *Do cárcere ao exílio: percalços do cronista Olavo Bilac (1892-1894)*, 2011. Disponível em: <http://www.editoraunesp.com.br/artigos-autores-detalle.asp?art_id=7&aut_id=881> . Acesso em: 15 mar. 2012.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

SICILIANO, Tatiana Oliveira. “*O Rio que passa*” por Arthur Azevedo: cotidiano e vida urbana na Capital Federal da alvorada do século XX. 2011. 306 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, RJ, 2011. Disponível em: <<http://teses2.ufrj.br/72/teses/760833.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2014.

SILVA, Ana Carolina Feracin da. *Entre a pena e a espada: literatura e política no governo de Floriano Peixoto. Uma análise do jornal O combate (1892)*. Cad. AEL, v. 9, n. 16/17, 2002. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael_publicacoes/cad-16-17/anacarolina.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2011.

SILVA, Alessa Patrícia Dias da; MENDES, Leonardo. Coelho Neto na rua do Ouvidor: experiência urbana e modernidade no romance brasileiro do final do século XIX. *SOLETRAS*. Revista do Departamento de Letras. Faculdade de Formação de Professores. São Gonçalo: UERJ. Ano X, n. 20, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/soletras/20/03.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

SILVA, Marcelo Pereira da. *Subúrbio, morro e terreiro: a geografia da prática cultural dos negros em meio ao processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro entre 1890 e 1940*. 2010. 130f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Organização e Espaço. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista, Campus Rio Claro, SP, 2010. Disponível em: <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/brc/33004137004P0/2010/silva_mp_me_rcla.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2015.

SILVA, Maurício. A cidade dos vícios: releitura de Coelho Neto. *Itinerários*, Araraquara, n. 11, 1997.

_____. *A Hélade e o subúrbio: conflitos literários na belle époque carioca*. São Paulo, EDUSP, 2006.

SILVA, Maurício. Academia versus confeitaria: duas tendências literárias na *belle époque* carioca. *Revista Letras*. Curitiba. n. 46, p-63-82, 1996. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/letras/article/viewArticle/19044>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

_____. Espaço e vivência: transformações modernizadoras na Primeira República. *Saeculum* – Revista de História. v. 11, João Pessoa, ago./dez., 2004. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum11_art10_silva.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2012.

_____. Consagração e decadência do academicismo literário: o caso do jornalismo. *Aletria: Revista de Estudos de Literatura*. n. 1, v. 20, p. 77-95, 2010. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_pgs/Aletria%2020/n%201/06-Mauricio%20Silva.pdf>. Acesso em: 19 set. 2012.

SIQUEIRA, Joelma Santana. Personagens nas ruas do Rio de Janeiro do século XIX: leitura de A moreninha (1844) e O moço loiro (1845), de Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882). *Rua* [online]. n. 20, v. 1, 2014. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/capaArtigo.rua?id=219>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. Nos caminhos da pena de um romancista do século XIX: o Rio de Janeiro de Diva, Lucíola e Senhora. *Revista Brasileira de História*. v. 30, n. 60, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882010000200011&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 fev. 2015.

SODRÉ, Néelson Werneck. *História da literatura brasileira*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Rainer. Celtas. *História do mundo*. Disponível em: <<http://historiadomundo.uol.com.br/celta/>>. Acesso em: 02 maio 2016.

SURSUM CORDA. In: Dicionário de latim. Disponível em: www.dicionariodelatim.com.br>. Acesso em: 18 maio 2016.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

VENTURELLI, Vanessa Kitizo. *Fagulhas: uma coluna de crônicas de Coelho Neto na Gazeta de Notícias (1897-1899)*. 2009. 467 f. Dissertação. (Mestrado em Literatura Brasileira). Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista, UNESP, Assis, SP, 2009.

ZILBERMAN, Regina. *Estética da recepção e história da literatura*. São Paulo: Ática, 2009.

_____. *Recepção e leitura no horizonte da literatura*. ALEA. v. 10, n. 1, jan./jun. 2008, p. 85-97. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/alea/v10n1/v10n1a06.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2012.

_____. *Brás Cubas autor: Machado de Assis leitor*. Ponta Grossa: UEPG, 2012.

